

Reinaldo Carcanholo

MARX, RICARDO E SMITH

sobre a teoria do valor trabalho

e
d
u
f
e
s

Marx, Ricardo e Smith:

Sobre a Teoria do Valor Trabalho

Reitor

Reinaldo Centoducate

Vice Reitora

Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto

Superintendente de Cultura e Comunicação

Ruth de Cássia dos Reis

Secretário de Cultura

Orlando Lopes Albertino

Coordenador da Editora da Ufes (Edufes)

Washington Romão dos Santos

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)

Gelson Silva Junquillo

*Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social
(PPGPS)*

Márcia Smarzaró Siqueira

Reinaldo A. Carcanholo

Marx, Ricardo e Smith: Sobre a Teoria do Valor Trabalho

Prefácio
Eleutério F. S. Prado
Professor da USP



Vitória (ES)
2013

© 2013 Reinaldo A. Carcanholo.

Equipe técnica:

Revisão de texto: Manoel de Souza Miranda

Projeto de Editoração Eletrônica:

PrintVix - Serviços Integrados de Comunicação

Projeto gráfico da capa: Denise Pimenta

Projeto gráfico do texto e normalização:

Eugenia Magna Broseguini Keys (CRB6ª/MG408-ES)

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento (CRB6ª/MG309-ES)

Conselho Editorial:

Cleonara M. Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo

Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Glícia Vieira dos Santos, José

Armínio Ferreira, Maria Helena Costa Amorim, Sandra Soares

Della Fonte, Sergio Henriques Saraiva, Wilberth Claython Ferreira

Salgueiro.

Catálogo na Publicação

C265m

Carcanholo, Reinaldo Antônio.

Marx, Ricardo e Smith: sobre a Teoria do Valor Trabalho / Reinaldo A. Carcanholo; prefácio Eleutério F. S. Prado. — Vitória: Edufes, 2013.

248 p. : il. ; 15x21cm

Inclui referências ao final dos capítulos.

ISBN 978-85-7772-149-8

1. Economia – Teoria do valor. 2. Marx, Karl, 1818-1883. 3. Ricardo, David, 1772 - 1823. 4. Smith, Adam, 1723-1790. I. Título.

CDU 33



**EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO (EDUFES)**

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras

Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514 - CEP 29075-910 - Goiabeiras -
Vitória - ES

Tel.: (27) 3335 7852 - ediufes@yahoo.com.br

Tel.: (27) 3335 7685 - livrariaufes@npd.ufes.br

A Elias Zelinsky, de cuja trajetória pessoal não tenho a menor informação desde os remotos idos da primeira metade dos anos 60, quando era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A verdade é que teve papel fundamental na minha trajetória acadêmica e política. Foi o primeiro, ainda na época de nossos estudos secundários, a me induzir, quase que obrigar, a ler sobre Marx e a me levar ao PCB pouco antes do golpe cívico-militar de 64. E isso foi o princípio de um processo que me permitiu a felicidade de ler sobre a interpretação marxista da sociedade capitalista e de compreendê-la; de ler Marx. E isso não é pouco. Não são muitos os que têm o privilégio de alcançar o conhecimento da profundidade dessa interpretação. Essa felicidade não pode ser alcançada por aqueles que não fazem o esforço necessário e também por aqueles que ideologicamente são reféns ou pregadores da ideologia burguesa.

PREFÁCIO

Para falar desse importante livro que escova a contrape-lo, *Marx, Ricardo e Smith – Sobre a teoria do valor trabalho*, é preciso encaixá-lo no panorama atual dessa ciência politicamente duplicada Economia Política/Economia.

E, para obter uma visão de conjunto do saber econômico contemporâneo e de como ele vem sendo desenvolvido, é necessário formular uma metáfora espacial. É requerido criar mentalmente um mapa formado por continentes e por ilhas. Na verdade, deve-se pôr nesse mapa um único continente, bem grande, cercado por muitas pequenas ilhas – algumas bem diminutas, mas outras de tamanho apreciável; algumas estão bem próximas, mas outras se encontram distantes da terra principal. O continente representa o pensamento ortodoxo e as ilhas (que, às vezes, formam pequenos arquipélagos) representam as diversas correntes de pensamento heterodoxo. Por sua vez, os espaços cobertos de água representam, nesse mapa, a separação – e assim o distanciamento – entre as diferentes áreas de pensamento econômico.

O que caracteriza atualmente o pensamento ortodoxo não é tanto o conteúdo teórico, mas vem a ser, principalmente, o modo de fazer teoria e de apresentar os resultados teóricos. Não, não é o fundamento neoclássico aquilo que em primeiro lugar diferencia o continente das ilhas. O que demarca atualmente o território principal no mapa do saber econômico vem a ser notadamente o método de construção de argumentos.

No interior do continente, qualquer trabalho teórico

que deseje ser considerado como pertencente ao campo da Economia tem de se apresentar por meio de modelos formais. Eis que aí, se uma proposição sobre o sistema econômico não se configurar por meio de um modelo matemático ou estatístico, ela não é considerada como parte da ciência que soe receber o nome de Economia. É, pois, principalmente o formalismo que caracteriza atualmente o pensamento ortodoxo no campo do saber econômico. Entretanto, como esse formalismo tem-se nutrido de modo importante da noção de equilíbrio – e da noção de otimização –, é evidente que a teorização neoclássica ou assemelhada tem um papel importante na caracterização do continente, que é ortodoxo por excelência.

O continente é bem grande e as ilhas, mesmo se tomadas como um todo, não têm um tamanho muito expressivo frente a ele. Entretanto, de modo algum se pode dizer ou pensar que elas formam um todo homogêneo. Ao contrário, elas estão dispersas em torno do continente, encontrando-se bastante isoladas entre si. O que caracteriza as ilhas enquanto tais são tanto os conteúdos ontológicos aí professados, quanto as preferências metodológicas. Elas se diferenciam entre si, seja por abordagem teórica e filosófica, seja pelo método de enfrentar as questões econômicas. Mas, ao se procurar aquilo que distingue o conjunto das ilhas do continente, deve-se notar que nelas, em geral, não se adota nunca o formalismo como um ideal regulatório da teoria e não se veneram os argumentos econométricos.

As ilhas – assim como certos arquipélagos –, as quais abrigam as correntes heterodoxas de pensamento econômico, não são nem grandes nem populosas. Encontram-se aí muito menos economistas teóricos e aplicados do que no continente. Para dar um número, parece

razoável estimar que, talvez, mais de 90 por cento da população de economistas do mundo seja ortodoxa. É também extremamente difundido entre os estudantes dessa área o anseio para vir ser aceito como ortodoxo e, portanto, respeitável, no campo da Economia. Diante da competição pela sobrevivência acirrada posta pelo capitalismo na sua forma neoliberal no mercado de força de trabalho, a inserção profissional é muito mais fácil para aqueles que optam – ou melhor, se submetem – ao chamado *mainstream*.

Porém, se as ilhas ocupam espaço pequeno em proporção ao espaço ocupado pelo continente, também é verdade que as correntes de pensamento aí encontradas vêm a ser muito heterogêneas entre si. Há ilhas em que se professa um saber de direita que, em última análise, dá sustentação ao sistema econômico realmente existente; mas também, há ilhas em que se cultiva um espírito de contradição, de esquerda, que de algum modo visa criticamente à natureza e o funcionamento desse sistema. Em particular, as correntes caracterizadas pelo inconformismo ao existente veem-se como pertencentes às tradições da Economia Política, as quais não deixaram de se renovar no século XX.

Curiosamente, a proporção de economistas brasileiros no contingente heterodoxo de esquerda é bem expressiva – é certamente uma das mais expressivas do mundo. É, certamente, mais expressiva do que a proporção de economistas norte-americanos. E este é um fato excepcional porque os Estados Unidos, em números absolutos, têm certamente mais economistas do que qualquer outro país do mundo. Ocorre que a dominância da ortodoxia é avassaladora nesse país imperialista em que o pensamento econômico é dominado pelo positivismo e pelo pragmatismo combinados com o ímpeto

de fazer a apologia do capitalismo sob o falso nome de “economia de mercado”. Em contrapartida, o desafio do subdesenvolvimento certamente responde pela expressividade das correntes de esquerda no pensamento econômico brasileiro – e latino-americano.

Uma característica importante do modo de desenvolvimento do conhecimento econômico contemporâneo vem a ser o baixo nível do debate teórico. Note-se, de início, que certa diversidade de idéias não é uma novidade na história do pensamento econômico. É só abrir livros como *Teorias da mais-valia de Marx*, *História das teorias dos juros e do capital* de Böhm-Bawerk ou *História da análise econômica* de Schumpeter, para verificar a variedade e a dessemelhança das teses defendidas pelos economistas de todos os tempos. A existência de opiniões divergentes e contrárias, pois, não é algo novo em Economia Política e em Economia. O que é propriamente uma novidade no panorama desse saber é o reduzido grau de interação crítica entre as diversas correntes de pensamento econômico. Os economistas podem estar atônitos, mas o sistema econômico do capital se mostra impávido – mesmo com o terremoto da crise de 2008, que abalou os seus alicerces e fez tremer todo o edifício.

Nesse panorama, entretanto, é preciso distinguir o marxismo como uma corrente de pensamento que não descança no debate e na crítica das ideias sustentadas pelas outras correntes, sejam elas ortodoxas ou heterodoxas. É de sua natureza trabalhar na compreensão teórica e histórica da sociedade movida pelo sujeito capital, fazendo ao mesmo tempo a crítica das correntes de pensamento que se satisfazem em analisar a aparência do sistema e que se recusam a penetrar no cerne das relações sociais de produção que o constituem. É sempre bom lembrar a distinção de Marx entre “economia

científica”, a qual estuda também os nexos internos do sistema burguês de produção, e “economia vulgar”, a qual ousa somente examinar os seus nexos externos e aparentes, quando não cai em teses apoloéticas.

O marxismo, entretanto, são marxismos – e os marxistas estão hoje plenamente conscientes desse fato, além de estarem, também, plenamente satisfeitos com essa pluralidade. Como se sabe – e aqui se emprega de novo a metáfora espacial com que se iniciou este prefácio, o marxismo não é propriamente uma ilha, mas vem a ser um arquipélago formado por um grande número de ilhas, mais ou menos próximas entre si. É nessa perspectiva que se deve enxergar o livro do Prof. Reinaldo Carcanholo – livro este em que ele procurou retomar criticamente os três clássicos do pensamento econômico. Justamente por respeitar essa pluralidade, ele pode ser bem enfático na defesa de suas posições sobre as teorias do valor dos três autores mencionados. Marx dentre os três, como ele próprio deixa claro, é o mais profundo.

Os ensaios reunidos nesse livro são resultados de um prolongado esforço de compreensão desses três autores, nenhum deles fácil de ler e de compreender como os manuais de economia matemática (cuja dificuldade eventual é meramente técnica). Eles se debruçaram com denodo sobre a complexidade do mundo real para revelá-la em sua verdade e isto está refletido na riqueza conceitual – e certa obscuridade constitutiva – de seus escritos. Pois, aquilo que é contraditório não se deixa conhecer por um discurso claro, sem contradições. O Prof. Reinaldo Carcanholo desenvolveu os seus estudos de graduação no Brasil, continuou os seus estudos de pós-graduação no México, continuando a estudar a economia política clássica e marxista como professor no sistema universitário

brasileiro. Em toda a sua vida intelectual, ele se dedicou com paixão à compreensão dos autores que, agora, ele ousa expor e criticar. Trata-se, pois, de um livro que vem contribuir para o desenvolvimento de uma cultura econômica de esquerda no Brasil.

O teor desse prefácio, o qual recomenda fortemente a leitura do livro *Marx, Ricardo e Smith – Sobre a teoria do valor trabalho*, expõe abreviadamente, com uma visão própria, o resultado de um debate travado pelo Prof. Reinaldo e este prefaciador, diante de uma plateia de estudantes de Economia, em Vitória, em 2009, sobre o panorama atual da ciência econômica e sobre a necessidade do pensamento crítico.

Eleutério F. S. Prado
Professor da USP

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 1 **SOBRE A LEITURA
RICARDIANA DE MARX.....16**
- 2 **SOBRE O TRABALHO
PRODUTIVO EM MARX.....37**
- 3 **RICARDO E O FRACASSO
DE UMA TEORIA DO VALOR.....81**
- 4 **UMA INTERPRETAÇÃO
ANTI-RICARDIANA DA TEORIA
DO VALOR DE ADAM SMITH.....114**
- 5 **ADAM SMITH: UM PRISIONEIRO
DA APARÊNCIA (OBSERVAÇÕES
SOBRE CRÍTICAS À TEORIA
SMITHIANA DO VALOR: UMA
VISÃO ANTI-RICARDIANA).....156**
- 6 **ADAM SMITH: O VALOR
E A TEORIA DA DETERMINAÇÃO
DA TAXA DE LUCRO.....206**

APRESENTAÇÃO

Este não é um texto didático. É muito mais que isso. Na sua forma, é verdade, procura apresentar a temática com uma linguagem que, sem menosprezar o rigor científico, procura ser a mais compreensiva possível e tem como objetivo alcançar a totalidade daqueles que cheguem a se interessar pela teoria do valor. Só um dos capítulos, o de número seis, apresenta maior dificuldade de compreensão, dada a formalização que apresenta. No entanto, o leitor que desejar poderá obviar essa formalização e contentar-se com as conclusões que apresenta logo de início.

Este livro apresenta a ousadia de contestar interpretações de ampla circulação entre nós e que aparecem como indiscutíveis aos olhos de muitos que chegaram a estudar a teoria do valor trabalho nos autores clássicos.

Ele surgiu, além disso, como necessidade derivada do fato de que a bibliografia que circula entre nós sobre a temática rigorosa da lógica da teoria do valor ser muito fraca, para dizer o mínimo. Transmite em geral interpretações deformadoras e pouco esclarecedoras da posição dos principais autores clássicos. É verdade que sobre o pensamento econômico clássico encontramos facilmente bibliografia relevante e satisfatória, inclusive de origem nacional. No entanto, quando falamos da estrita temática do valor, da sua determinação, magnitude, formas, etc. a situação é outra.

Para isso, basta verificar a bibliografia sobre o tema que se utiliza amplamente nos nossos cursos de graduação em Economia e mesmo na pós-graduação. Se desprezarmos os textos que apresentam tratamento superficial e de nível primário sobre o assunto e também aqueles que privilegiam os aspectos mais históricos, o que encontraremos, em geral, é bibliografia de má qualidade, que chega a prejudicar a adequada compreensão sobre o assunto. Um livro de muito melhor nível que o normal, embora de autor ricardiano (autor que se situa, no entanto, entre os de maior lucidez dentro dessa perspectiva), que é o de Jean Cartelier, em pouquíssimos centros acadêmicos brasileiros é conhecido, até onde sabemos. Sua difusão, embora muito reduzida, é em certa parte de nossa responsabilidade, em particular por meio da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE).

Essa carência bibliográfica nos motivou para a elaboração deste livro. Ele é formado por artigos que foram sendo escritos ao longo do tempo, mas que apresentam certa continuidade, em particular no que se refere às teorias de Ricardo e de Smith. Os textos eram apresentados como artigos em eventos científicos e para uma ou outra revista acadêmica, mas tinham, desde o início e em geral, a intenção de, em algum momento no futuro, serem utilizados quase que diretamente como capítulos de um livro. Descontinuidades podem existir, mas serão menores e reduzidas.

Finalmente, é necessário dizer que para a elaboração desta obra houve um objetivo

adicional. Estamos convencidos de que interpretar adequadamente a teoria do valor de Ricardo e de Smith implica entender melhor a de Marx. Há aqui um “círculo vicioso”, ou melhor, virtuoso: o estudo adequado de um favorece o entendimento dos outros. É por isso que, mesmo aqueles que só se interessam pela interpretação marxista do capitalismo, só se beneficiarão com a interpretação adequada das teorias do valor de Smith e Ricardo.

Em Vitória (ES), primavera de 2012.

1

SOBRE A LEITURA RICARDIANA DE MARX¹

I

Marx é praticamente um desconhecido entre os economistas, em particular no Brasil. Se, para muitos, essa afirmação não parece corresponder à verdade, é porque não percebem que a teoria econômica “marxista”, quando estudada, na maior parte das vezes aparece “filtrada” por uma leitura ricardiana.

Estamos convencidos de que, entendida corretamente, a teoria marxista do valor é o núcleo central da teoria econômica desse

Agradeço a
autorização
para a inclusão
do presente
texto neste livro,
dada pelo prof.
Olívio Teixeira
da Universidade
Federal do
Sergipe (UFS),
que colaborou
na sua redação
como co-autor.
Publicado em:
CARCANHOLO, R.
A.; TEIXEIRA, O.
A. Sobre a leitura
ricardiana de
Marx. **Revista
Ensaios-FEE**,
Porto Alegre,
ano 13, n. 2, p.
581-591, 1992.
Texto original
elaborado em
1990.

autor. A teoria do capital e da mais-valia, a acumulação, a circulação, a rotação e a reprodução do capital, a distribuição da mais-valia entre lucro do capital produtivo, lucro comercial e juros, e finalmente, a teoria da renda fundiária - temas contidos n'*O Capital* - são aspectos necessários do que, para Marx, é a teoria do valor. É por isso que o debate sobre ela é, na verdade, a discussão sobre toda a teoria econômica marxista. Assim, não há de nossa parte redução da teoria de Marx à teoria do valor; ao contrário, o que há é uma redução da teoria do valor por parte de seus intérpretes ou críticos, que não conseguem visualizá-la em toda a sua integridade.

No Brasil, na última década, a teoria do valor de Marx efetivamente se incorporou ao debate acadêmico e às salas de aula das universidades. Marx passou a se fazer presente nas discussões sobre teoria econômica, mas - em nossa opinião - distorcido em seu verdadeiro conteúdo, modificado pela postura e ótica ricardianas. O que alguns, no Brasil e também em outras partes, chamam de neomarxismo (ou até, muitas vezes de marxismo propriamente dito) no campo da teoria econômica, não é mais do que um ricardianismo de esquerda, profundamente influenciado pelo trabalho de Sraffa e pelas perspectivas teóricas delimitadas por uma postura reformista.

Essa postura, quando efetivamente transmitida no ensino de Economia, em especial no nível de graduação, implica - sem que haja necessariamente intenção de que as-

sim seja - uma violação do princípio do pluralismo teórico e metodológico, hoje amplamente aceito no Brasil nesse nível de ensino e base fundamental do seu “currículo mínimo”. Apesar de tudo, há de fato um avanço: antes, o pensamento marxista - e também o clássico - era “filtrado” pela ideologia neoclássica, liberal, sendo completamente fragmentado e distorcido em seu conteúdo; hoje, aquele é transmitido depois de passar pelo “filtro” ricardiano, reformista. De outro lado - é preciso reconhecer - há um retrocesso, na medida em que as deformações da interpretação neoclássica sobre o pensamento de Marx eram facilmente entendidas; hoje, as deformações induzidas pela visão ricardiana são muito menos perceptíveis.

Na verdade, atualmente, na grande maioria dos cursos de graduação em economia, ao longo do país, o que se estuda é uma leitura ricardiana do pensamento econômico de Marx e, em particular, uma interpretação ricardiana da teoria marxista do valor. Por certo, esse viés também ocorre com relação a Smith. Nesse caso e sinteticamente, a postura ricardiana situa esse autor como grande pensador na história das idéias econômicas, que teve capacidade de formular adequadamente as questões teóricas centrais dessa ciência, mas, lamentavelmente, não conseguiu dar respostas satisfatórias a elas.

Em que consiste a leitura ricardiana da teoria do valor (e, portanto, da teoria econômica) de Marx é a questão que passamos a discutir a seguir, mas para isso, será indispensável -

ainda que brevemente - considerar alguns aspectos do pensamento de Ricardo.

II

São os seguintes os aspectos da teoria de Ricardo indispensáveis, segundo nossa opinião, para entender a leitura que os autores de orientação ricardiana fazem de Marx: a particular forma como Ricardo concebe as categorias de riqueza, excedente e valor; a relação que existe entre os conceitos de valor e riqueza; e o papel do trabalho na teoria ricardiana do valor.

Se comparado com o de Smith, o conceito de riqueza em Ricardo é muito elementar, quase ingênuo. Para aquele, como sabemos, a riqueza, na sociedade em que a divisão social do trabalho se encontra avançada, consiste numa relação social de domínio: a propriedade de determinada mercadoria confere a seu titular, se o seu objetivo é a troca, a capacidade de comprar determinada quantidade de trabalho alheio. É justamente essa quantidade que mede a magnitude de riqueza (ou valor) representada por aquela mercadoria.²

Ao contrário de Smith, se observarmos o capítulo XX dos Princípios de Ricardo, veremos que a compreensão que ele tem de riqueza é diretamente extraída do pensamento corrente (RICARDO, 1982, p. 189-195). Para ele, a riqueza é concebida fisicamente; está constituída, na verdade, pelo conjunto heterogêneo de bens úteis. Daí se deriva o fato de que o excedente ricardiano é material, fisi-

²Cf. Smith (1981, p. 18). Para uma melhor compreensão do conceito de riqueza em Smith, veja também Carcanholo (1991, p. 193).

³Embora o conceito de “dedução” de Smith também não possa ser pensado como similar ao de exploração de Marx, uma vez que supõe que todo o trabalho é pago, está muito mais próximo.

co e heterogêneo e, evidentemente, por isso, está muito distante da ideia de exploração ou mais-valia que aparece em Marx.³

Da interpretação sraffiana de Ricardo (SRAFFA, 1985; 1976), que nos parece adequada, deduz-se diretamente que o excedente, ou sua produção, é atributo da tecnologia e nenhuma relação tem com o trabalho ou com qualquer qualidade dele. Se observarmos o esquema dos preços de reprodução de Sraffa (1976), perceberemos facilmente que o tamanho do excedente depende exclusivamente dos coeficientes técnicos e a exclusão do salário (ou pelo menos de parte dele) do lado esquerdo das equações e sua conversão em parte a ser disputada do excedente, só contribui para essa ideia. Poderia parecer que essa exclusão do trabalho como determinante do excedente violentaria a teoria ricardiana, mas diremos posteriormente que o papel do trabalho nessa teoria é realmente muito pouco significativo.

Assim, se a interpretação correta sobre Ricardo mostra que, para ele, riqueza é um conjunto heterogêneo de bens, valor e riqueza devem necessariamente ser conceitos opostos. Ele mesmo indica isso no início do capítulo XX dos *Princípios*:

“Portanto, o valor difere essencialmente da riqueza porque o valor depende não da abundância, mas da facilidade ou dificuldade de produção” (RICARDO, 1982, p.189).

Em Ricardo, o conceito de valor está direta e imediatamente associado ao de preço

relativo ou, na terminologia marxista estrita, de valor-de-troca⁴. O valor de qualquer mercadoria, na perspectiva ricardiana, é a quantidade de qualquer outra que se troca por ela no mercado. Assim a teoria do valor é concebida simplesmente como uma teoria da determinação da magnitude ou grandeza dos preços relativos.

E o trabalho? Qual o *status* teórico do conceito de trabalho na teoria do valor de Ricardo? Para ele - em última instância - trabalho aparece como um "simples" fator, entre outros, de determinação dos preços relativos. Os demais fatores seriam a composição do capital (a proporção entre capital fixo e circulante), a durabilidade do capital fixo e o que Sraffa (1985, p.21-22) chama de durabilidade do capital circulante. Nesse sentido é interessante o texto de Stigler (1979) denominado com certa ironia: *Ricardo e a teoria do valor 93% trabalho*⁵ que, mesmo apresentando uma visão neoclássica, expõe os limites da teoria do "valor-trabalho" de Ricardo.⁶

Em algumas versões da teoria ricardiana do valor, posteriores a Ricardo, o trabalho desaparece de maneira completa como determinante dos valores de troca. Em Sraffa, por exemplo, os preços relativos de reprodução determinam-se a partir de uma matriz de coeficientes técnicos de produção, de uma norma de distribuição e da condição suposta de reprodução do sistema, sem que haja qualquer referência direta à participação do trabalho. A quantidade deste, necessária à produção de uma determinada mercadoria

⁴Mesmo quando Ricardo se preocupa com o conceito de valor absoluto, refere-se ao valor-de-troca em relação à mercadoria padrão. Cf. Ricardo [1982]. Veja a discussão dessa questão também em Cartelier (1981).

⁵Stigler (1979). Esse texto apareceu por primeira vez em inglês, como artigo, na *The American Economic Review*, v. 48, jun. 1958.

⁶O autor pergunta-se: "Tinha Ricardo uma teoria do valor trabalho? Acreditava que os valores relativos dos produtos estão regidos exclusivamente por quantidades relativas de trabalho necessárias para produzi-los? Um considerável número de historiadores da economia deu uma categórica resposta afirmativa a essa pergunta; uma quantidade surpreendentemente grande se consideramos o

fato de que não há a menor base para tal resposta" (STIGLER, 1979, p. 195 tradução nossa). Além disso, este autor continua afirmando: "Não posso encontrar sustentação para a crença de que Ricardo tinha uma teoria analítica do valor-trabalho, pois as quantidades de trabalho não são os únicos determinantes dos valores relativos. [...] Por outro lado, não há dúvida que sustentou o que se pode chamar de uma teoria empírica do valor-trabalho, ou seja, uma teoria segundo a qual as quantidades relativas de trabalho necessárias à produção determinam dominantemente os valores relativos" (STIGLER, 1979, p. 197-198, tradução nossa).

⁷Essa perspectiva é ainda mais clara e definitiva em Dmitriev (1977).

qualquer, define unicamente a quantidade de certos insumos necessários àquela (esses insumos são os bens de consumo dos trabalhadores). Em outras palavras, o volume ou quantidade de trabalho contido define apenas alguns dos coeficientes técnicos.⁷

III

Essas características da concepção de Ricardo e de alguns de seus seguidores, sem dúvida nenhuma, determinam o perfil da interpretação ricardiana sobre a teoria marxista do valor que, nos dias de hoje, é muito generalizada. Em geral - quando não identifica de maneira imediata valor com valor-de-troca - ela sustenta que, em Marx, a teoria do valor é simplesmente uma teoria dos preços relativos. Procuraremos demonstrar que, dentro dos marcos de sua concepção, não teria capacidade de entendê-la de maneira diferente. Ou seja, sua postura diante da obra de Marx não lhe permite mais do que essa visão.

Assim, para os ricardianos, o valor e sua determinação quantitativa pelo volume de trabalho contido apareceria então - da mesma forma que preliminarmente em Ricardo - como uma norma de intercâmbio. Marx teria, portanto, definido a "lei do valor", segundo a qual as mercadorias se trocariam segundo as diferentes proporções dos seus trabalhos contidos.

Dessa forma, se o valor é definido como norma de intercâmbio e se, em Marx, a mais-

-valia é um conceito diretamente derivado do valor, ela só teria sentido e seria logicamente compreensível enquanto o valor determinasse realmente as proporções de troca no mercado, pelo menos aquelas de equilíbrio. Evidentemente, não é isso o que acontece; em Marx, no capitalismo e tendo em conta o princípio da uniformidade da taxa de lucro, a existência de diferentes composições orgânicas e tempos de rotação dos capitais determinam que a norma de intercâmbio não seja a grandeza dos valores das mercadorias, mas a magnitude de seus preços de produção. Dessa maneira, a conclusão ricardiana poderia ser, sinteticamente e sem subterfúgios, expressa da seguinte maneira: o valor não é, na verdade, norma de intercâmbio e, portanto, a mais-valia não é teoricamente consistente.

Obviamente, nem todas as versões críticas da teoria do valor de Marx, inspiradas na perspectiva ricardiana, são tão explícitas e diretas como procuramos mostrar. Muitas vezes elas se limitam a discutir a problemática da transformação dos valores em preços de produção, indicando como aspectos inaceitáveis, por exemplo, o fato de que são diferentes a taxa de lucro medida em valor e aquela medida em preço de produção e/ou de que não é possível chegar formalmente à necessária igualdade entre o valor da mais-valia total e o preço de produção do lucro total⁸. De qualquer forma, podemos sustentar que também essas interpretações têm sua base teórica em Ricardo e os mesmos pontos de partida que indicamos anteriormente.

⁸Essas são questões que aparecem em Steedman (1977), por exemplo.

A leitura ricardiana da teoria do valor de Marx tem a propriedade de transformá-la em algo metafísico como, por exemplo, em Napoleoni (1979) ou simplesmente de levá-la a uma esterilidade total e completa. Permite até, a alguns, adotar como válidas muitas das análises e conclusões d'*O Capital* e considerar como equívoco o tratamento que foi dado à problemática do valor, como se fosse possível separar as duas partes e fazê-las independentes.

Na verdade, a teoria do valor de Marx está muito distante daquilo em que foi transformada pela interpretação ricardiana. Superar sua esterilidade supõe previamente destruir todos os elementos ricardianos que hoje se encontram no seu interior. O próprio Mandel - embora não se dedique particularmente ao tema e, por isso não o tenha estudado de maneira adequada - é consciente dos perigos de uma interpretação deformadora:

Na última década [refere-se provavelmente à década dos 60, RCeOT], o renascimento da teoria econômica marxista coincidiu com uma ofensiva neo-ricardiana contra o marginalismo 'neoclássico', conduzido pela chamada Escola de Cambridge, inspirada por Piero Sraffa. Embora deva ser saudada qualquer reabilitação da teoria do valor trabalho, ainda que numa versão pré-marxista, de nossa parte permanecemos convencidos de que nenhuma síntese real é possível entre o neo-ricardianismo e o marxismo. Os marxistas contemporâneos têm o dever de sustentar todos os progressos de-

cisivos conseguidos por Marx frente a Ricardo, e que os teóricos neo-ricardianos estão agora procurando anular (MANDEL, 1982, p. 6).⁹

IV

Sendo assim, em que consiste propriamente a teoria marxista do valor? Ela é - antes de tudo - uma teoria da natureza da riqueza na época capitalista. O valor não é nem preço relativo (ou valor-de-troca) nem tampouco norma de intercâmbio mercantil ou capitalista. Ele é, inicialmente, a expressão, em cada produto econômico, das particulares relações sociais de produção, nas sociedades onde domina a forma capitalista de produzir. Dessa maneira o valor é a forma social e histórica da riqueza nesse tipo de sociedade. A teoria do valor em Marx não é uma teoria dos preços relativos; seu objeto é o estudo do desenvolvimento da forma da riqueza capitalista: da produção, da apropriação (ou distribuição entre as classes, entre frações de classe, entre ramos da economia etc.) e da sua transferência.

Na verdade, para Marx, a riqueza capitalista aparece como um conceito duplamente determinado¹⁰. Ela é ao mesmo tempo, simultaneamente e independente da intenção do seu possuidor, valor-de-uso e valor. Está constituída pelo conjunto de bens que podem direta ou indiretamente satisfazer necessidades humanas mas, ao mesmo tempo, expressa uma relação social de domínio. A mercadoria é a célula elementar da riqueza

⁹Mandel (1982, p. 6). Apesar de revelar nessa passagem não perceber todas as limitações da teoria ricardiana do valor - em particular, o papel absolutamente secundário reservado ao trabalho (mero fator, entre outros, de determinação dos valores-de-troca de equilíbrio) - o que impede pensá-la, propriamente, como teoria do valor-trabalho, Mandel (1982) mostra sua compreensão sobre os perigos de uma versão eclética, ricardiana, da teoria do valor de Marx.

¹⁰Também, de certa maneira, para Smith. Por um lado, ele diz que a riqueza está constituída pelo conjunto de bens materiais que servem para a satisfação das necessidades pessoais do possuidor, desde que eles tenham diretamente como fim o consumo. Daí a importância da divisão do trabalho sobre a produtividade

e o crescimento da riqueza. Por outro lado, quando o destino dos bens é o mercado, a riqueza representada por eles é a capacidade de domínio sobre trabalho alheio que conferem aos seus possuidores, via troca dos mesmos. Portanto, para Smith, a riqueza é uma ou outra coisa, valor-de-uso ou valor, dependendo da intenção do possuidor.

¹¹Da mesma forma que o valor, o trabalho, no capitalismo, também tem um duplo caráter e reflete o processo técnico-material da produção, de um lado, e a sua forma social, de outro.

za capitalista e se define por uma unidade dialética entre dois pólos: o conteúdo material constituído pelo valor-de-uso e a forma social e histórica que é o valor¹¹. O valor é, assim, uma relação social expressa nos produtos do trabalho.

Do ponto de vista da dialética, a categoria mercadoria, como qualquer outra, encontra-se em permanente desenvolvimento e é justamente esse processo de desenvolvimento que é estudado por Marx ao longo de todo *O Capital* e não só em seu primeiro capítulo.

O desenvolvimento da mercadoria visto de outro ponto de vista é o mesmo processo de desenvolvimento das relações mercantis, da sociedade mercantil e capitalista. Esse desenvolvimento consiste no processo por meio do qual modifica-se a contradição entre valor-de-uso e valor, alcançando-se um momento em que se altera o pólo dominante dessa unidade contraditória. Desde a gênese das relações mercantis até o momento imediatamente anterior ao surgimento do equivalente geral convertido em dinheiro, o polo dominante da unidade contraditória denominada mercadoria esteve constituído pelo valor-de-uso, que é seu conteúdo material; a partir do surgimento do dinheiro - entendido este como o equivalente geral estável e permanente - o papel de polo dominante é conquistado pelo valor. Inaugura-se assim a época do domínio da lógica do valor dentro da sociedade, que se coroará, num nível mais elevado, com o posterior nascimento do capitalismo, em que o domínio absolu-

to e cada vez mais completo é exercido pelo valor, pela lógica da valorização. Assim, na sociedade capitalista, mais que em épocas anteriores, a lógica social dos agentes não é a satisfação das suas necessidades, muito menos a dos outros, mas o lucro, a valorização, a acumulação.

O surgimento do capitalismo significou uma sensível modificação da mercadoria e, especificamente, do valor que, como dissemos, consistia numa característica ou propriedade social dos produtos do trabalho, das mercadorias. Quando do aparecimento do capitalismo e, portanto, da conversão do valor em valor-capital (ou simplesmente capital), embora este (o valor) continue sendo uma propriedade das mercadorias, o valor conquista a posição de categoria autônoma, com vida própria: é a substantivação do valor¹². É justamente no ciclo do capital que o valor conquista a posição de agente autônomo e capaz de determinar a lógica social; deixa de ser mero adjetivo das coisas e transforma-se em ser substantivo, capaz de organizar e conduzir a atividade econômica.

Esse processo, denominado substantivação do valor, tratado por Marx especialmente no segundo livro d' *O Capital*, não conhecido por seus críticos e ausente nos manuais, é absolutamente despercebido pela leitura ricardiana e até mesmo incompreensível para ela. De todas as formas, o mínimo que se pode dizer é que a categoria valor, entendida dessa maneira, distancie-se muito da interpretação deformadora que confunde valor com valor-de-troca ou a entende como norma de intercâmbio.

¹²Para um tratamento mais amplo sobre o processo de substantivação do valor; Cf. Carcanholo (1988, p. 24).

Assim, o desenvolvimento mercantil é um processo por meio do qual, partindo da sua gênese com a chamada forma simples, o valor impõe cada vez mais seu domínio sobre o valor-de-uso e chega a converter-se em polo dominante. Essa dominação culmina com a substantivação, mas continua o processo de desenvolvimento mercantil - agora capitalista - e prossegue cada vez mais intensa a dominação do valor sobre o valor-de-uso, da forma sobre o conteúdo da riqueza.

A concepção dialética de Marx permite, então, entender que, sendo a riqueza mercantil unidade de valor-de-uso e valor, ela se torna, com o desenvolvimento, cada vez mais valor e cada vez menos valor-de-uso. No capitalismo, a dialética permite entender que o valor chega a ser a própria natureza da riqueza, embora o valor-de-uso continue existindo (não pode desaparecer) como aspecto subordinado. É por isso que em Marx riqueza capitalista e valor podem ser usados como sinônimos, o que, para Ricardo, seria um absurdo (RICARDO, 1982, p.189-195).

Dessa forma, se o valor é a própria natureza da riqueza na época capitalista, a dimensão quantitativa daquele será a magnitude desta. A grandeza do valor determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário, contido em uma mercadoria, mede-se (embora de maneira não totalmente adequada)¹³ pelo tempo desse trabalho. A magnitude da riqueza produzida e representada nessa mercadoria identifica-se com a magnitude de seu valor e, obviamente, mede-se pelo tempo de trabalho referido. Essa magnitude - e

¹³Há uma certa inadequação do tempo de trabalho para medir a magnitude do valor devido ao conceito de intensidade do trabalho. Sobre esta questão veja Marx (1982, p. 466 e subsequentes).

isso é importantíssimo, pois de outra forma a teoria do valor de Marx não é compreensível - não depende do preço a que foi ou será vendida essa mercadoria.

Entendamos os elementos básicos da relação entre valor e preço tal como aparecem na teoria de Marx.

Inicialmente é indispensável compreender o conceito de “preço de mercado correspondente à magnitude do valor” ou simplesmente “preço correspondente ao valor”. Se a proporção de troca entre duas mercadorias, no mercado e intermediadas pelo dinheiro, é a mesma proporção que existe entre as magnitudes de seus respectivos valores, dizemos que há uma correspondência entre preço e valor. Se o mesmo ocorre com todas as mercadorias do mercado, na relação com todas as demais, diremos que há uma completa correspondência entre preços e valores. O preço correspondente ao valor seria aquele que deveria necessariamente existir para que o valor fosse, no mercado, norma de intercâmbio. Mas isto só existe na leitura ricardiana, deformadora da teoria marxista do valor.

A completa correspondência entre preço e valor - e só ela - garantiria que, no mercado, todos os produtores apropriar-se-iam de uma magnitude de valor igual à que entregaram. O mercado, nesse caso, não redistribuiria a riqueza pré-existente nas mãos dos possuidores de mercadorias. Quando qualquer produtor vende sua mercadoria e compra outra, em condições de correspondência entre preços e valores, a magnitude

de riqueza de que ele se apropria, sob a forma de mercadoria comprada ou adquirida, é exatamente igual àquela que ele produziu sob a forma da mercadoria que vendeu. A correspondência do preço ao valor, fato circunstancial, garante a identidade entre “produção” e “apropriação” de riqueza (valor); nesse caso, a “transferência” de valor pelo mercado é igual a zero.

Que implicações têm o fato de, em determinadas circunstâncias, ser o preço de mercado de uma determinada mercadoria superior (ou inferior) àquele correspondente ao seu valor? A única consequência é permitir ao produtor uma apropriação, no mercado, de magnitude de valor maior (ou menor) que a produzida e que está contida em sua mercadoria. Nesse caso a transferência de valor é diferente de zero.

Assim, em termos do cômputo da magnitude do valor produzido, em nada influencia o preço que a mercadoria tenha recebido no mercado, pois seu valor é completamente independente desse preço. Ele somente vai interessar na medida em que a preocupação seja a apropriação de valor e não sua produção. Essa distinção clara entre produção e apropriação de valor ou produção e apropriação da riqueza capitalista é exclusiva da teoria marxista do valor. A leitura ricardiana não é capaz de entendê-la; em Ricardo, há praticamente identidade total entre ambas.

Portanto, para Marx, não há nenhuma “lei do valor” - pelo menos no sentido que encontramos nos manuais de economia e da

maneira em que aparece em leituras ricardianas - como definidora das proporções das trocas das mercadorias, de seus preços relativos, ou ainda, de seus preços monetários de mercado. A teoria do valor de Marx, na verdade e antes de tudo, é uma teoria da riqueza, especialmente do período capitalista da evolução da sociedade e, portanto, não apenas do século XIX. É óbvio que os valores-de-troca não podem distanciar-se completamente da magnitude dos valores ou, em outras palavras, a apropriação não é independente da produção, sob pena de destruir os produtores (capitalistas ou não) ou uma parcela deles. Mas isso é tema para a teoria da apropriação, parte integrante, mas não única, nem a primeira (por lógica de exposição), da teoria do valor.

A teoria da apropriação é tratada especificamente por Marx n' *O Capital* em dois lugares¹⁴. Em primeiro lugar, ainda no primeiro livro, é estudada a distribuição do valor produzido entre as classes fundamentais da economia capitalista: a burguesia e o proletariado. Isso ocorre nos capítulos dedicados ao conceito de mais-valia, mais-valia absoluta e relativa, salário e suas formas e - de certa forma - o assunto também é discutido nos capítulos sobre acumulação. Num segundo momento, a problemática da apropriação, no que se refere às diferentes frações da burguesia, é discutida ao longo do terceiro livro, onde aparecem as seguintes questões: preços de produção, lucro produtivo, lucro comercial, juros, renda da terra etc. Além disso, ela também é discutida de maneira circuns-

¹⁴Destaque-se que a teoria da apropriação não trata somente de aspectos quantitativos, mas também do que Marx chama, conforme a tradução, "alheamento", "alienação" ou "mistificação". Cf. Marx (1982a, p. 52) e também Marx (1982a, p. 189-193).

tancial no capítulo 10 do livro I, quando se trata da mais-valia extraordinária, assunto que se refere à diferente apropriação de valor e - conseqüentemente - a transferência entre produtores do mesmo ramo ou setor.

O tema preços de produção é apresentado por Marx no livro III, iniciando a problemática da distribuição (da apropriação) da mais-valia dentro da burguesia, entre suas diferentes frações. Engana-se a leitura ricardiana ao pensar que, com esse tema, Marx está preocupado diretamente em construir uma teoria dos preços ou dos preços relativos. Em Ricardo, a determinação dos preços relativos é fundamental para determinar quantitativamente a taxa de lucro. Para Marx não, a taxa de lucro fica determinada no nível do valor. O fato de que, uma vez determinados os preços de produção de maneira completa, possa ser determinada uma magnitude diferente para a taxa de lucro (agora em preços de produção)¹⁵, nada significa para Marx, senão uma natural divergência entre a essência e sua manifestação fenomênica¹⁶. É necessário destacar também que a determinação dos preços de mercado, dos preços relativos e também a dos preços de produção nada têm a ver com distribuição do valor entre a burguesia e o proletariado, uma vez que a magnitude da mais-valia fica definida exclusivamente pela magnitude dos valores.

É verdade que podemos entender os preços de produção como ponto de partida para a

¹⁵A constatação de Steedman (1977) é óbvia; suas ingênuas conclusões devem-se à sua leitura ricardiana.

¹⁶Com isso não se quer dizer que a aparência não seja relevante para Marx. Ao contrário, ela é aspecto necessário da realidade, e sobre isso não há dúvida.

construção de uma teoria dos preços, da determinação de suas magnitudes, dentro da perspectiva de Marx. No entanto, é indispensável compreender, o que não é fácil dentro de uma perspectiva ricardiana, que os preços de produção não são preços relativos de equilíbrio ou de reprodução, nem preços monetários de mercado. O preço de produção, ao lado do valor, é, rigorosamente, uma segunda dimensão social da mercadoria; consiste na magnitude apropriável de valor (na forma de uma mercadoria produzida por capital com composição orgânica e de rotação de capital médias) em condições de uniformidade da taxa de lucro. Assim, a unidade de medida dessa dimensão da mercadoria chamada preço de produção é a hora de trabalho. A relação que pode haver entre ele e o valor-de-troca, o preço, ou o preço relativo é o de “correspondência”, da mesma maneira que entre valor e preço, já referida.

A leitura ricardiana transforma o conceito de preço de produção em algo idêntico a preço relativo de equilíbrio ou de reprodução e atribui-lhe o dinheiro (ou qualquer mercadoria que funcione como tal) como unidade de medida de sua magnitude; transforma o preço de produção em simples valor-de-troca, ainda que de equilíbrio. Dessa maneira, o trabalho converter-se-ia simplesmente em fator determinante (entre outros) dos preços relativos e a teoria do valor de Marx ficaria submetida às mesmas dificuldades e limitações que suportou dentro da obra de Ricardo.

Em resumo e para concluir, podemos dizer que a teoria do valor de Marx é uma teoria da produção, apropriação e transferência da riqueza e não uma teoria dos preços no capitalismo, embora esta possa ser construída e integrada àquela, como uma de suas partes. N'*O Capital*, Marx estuda teoricamente o processo de desenvolvimento do valor desde a sua gênese até sua forma mais avançada: o capital. Assim, o estudo das leis que governam o movimento e desenvolvimento do capital - tema presente ao longo de toda essa obra - é o estudo do valor na sua manifestação mais desenvolvida. Entendido assim, o tratamento da teoria do valor de Marx não se limita ao capítulo da mercadoria (primeiro do livro I) e aos referentes aos preços de produção; ela se encontra ao longo de todo *O Capital* e, assim, ela é núcleo e conteúdo de toda a teoria econômica marxista sobre o capitalismo.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, R. A. Crítica a ideia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho. **Revista Raízes**, Campina Grande, n.6, p. 19-32, mar. 1988.

CARCANHOLO, R. A. O valor, a riqueza e a teoria de Smith. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 15, p. 183-205, mar. 1991.

CARTELIER, J. **Excedente y reproducción (la formación de la economía política clásica)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. c1976.

DMITRIEV, V. K. **Ensayos económicos sobre el valor, la competencia y la utilidad.** México: Ed. Siglo XXI, 1977. ©1904.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. ©1972.

MARX, K. **O capital.** 7. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1982. Livro I, v. 2. ©1867.

MARX, K. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982a. Livro 3, v. 1, 2 e 3.

MARX, K. **O capital:** livro 1, v. 1 e 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980a. ©1867.

MARX, K. **O capital:** livro 2, v. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980b.

MARX, K. **O capital:** livro 3, v. 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980c. ©1894.

MARX, K. **O capital:** livro 3, v. 5 e 6. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981. ©1894.

NAPOLEONI, C. El enigma del valor. In: GAREGNANI, P. et al. **Debate sobre la teoría marxista del valor.** México: Ed. Siglo XXI, 1979. (Cuadernos de Pasado y Presente, n. 82).

OHLWEILER, O. A. As formas diferenciadas do capitalismo e a lei do valor. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 11, v. 21, n.1, 1990.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. © 1817.

RICARDO, D. Valor absoluto e valor de troca. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. © 1951.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Ed. Hemus, 1981. © 1776.

SRAFFA, P. Introdução. In: RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. © 1951.

SRAFFA, P. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. © 1960.

STEEDMAN, I. **Marx after Sraffa**. Londres: NLB, 1977.

STIGLER, G. J. **Historia del pensamiento economico**. Buenos Aires: El Ateneo, 1979. © 1965.

2

SOBRE O TRABALHO PRODUTIVO EM MARX¹⁷

2.1 INTRODUÇÃO

Nosso objetivo aqui é não só esclarecer a perspectiva de Marx sobre o tema¹⁸, expressa em diferentes textos seus, mas avançar (dentro do possível) na precisão da categoria, de maneira coerente com a nossa particular interpretação da teoria marxista do valor e sem violentar a perspectiva geral de Marx sobre o assunto.¹⁹

Em uma primeira aproximação, poucos duvidariam em afirmar que, para a teoria marxista, trabalho produtivo é aquele que

¹⁷Texto original elaborado em 2006. Publicado em: CARCANHOLO, R. A. A categoria marxista de trabalho produtivo In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., 2007, São Paulo. **Anais....** São Paulo: SEP, 2007. Também em: CARCANHOLO, R. A. O trabalho produtivo na teoria marxista In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. **Anais....** Campinas: CEMARX, 2007.

¹⁸Que é a perspectiva de Rubin (1980).

¹⁹Agradeço a Claus Germer por ter opinado sobre alguns aspectos deste texto.

produz mais-valia. Isso significa ser indispensável que se trate de trabalho assalariado e que a força de trabalho seja comprada pelo capital; precisa ser explorada diretamente pelo capital.

Apesar de que essa “definição” expresse resumidamente de maneira adequada os diferentes textos de Marx, a questão não fica resolvida facilmente e muitas divergências e discussões existem sobre o assunto. As dificuldades aparecem quando se pretende concretizar minimamente a análise. E talvez o grande responsável por elas seja o próprio Marx, ao não haver tratado do assunto de maneira totalmente sistemática e, porque, quando discutiu o tema, não o fez de forma a deixar claros o nível de abstração e as questões metodológicas envolvidas na análise. Na verdade, porém, e para ser mais exato, a responsabilidade, em nossa opinião, está em nós mesmos, ao não sermos capazes de entender, em todo momento, o método utilizado pela análise marxista, necessário para a compreensão dos conceitos e categorias derivados da sociedade capitalista. Por isso é indispensável realizar um esforço de superar essas dificuldades.

Marx trata da categoria de trabalho produtivo em vários lugares de sua obra. Faz isso em diversas passagens dos *Grundrisse* (cadernos manuscritos de 1857-1858) e em muitas oportunidades dispersas nos cadernos manuscritos de 1861-1863, quando comenta ou critica a posição de vários autores sobre o assunto, em especial a de Adam Smith

com quem apresenta muita concordância²⁰. Nestes últimos, além do mais, apresenta por primeira vez um estudo mais amplo sobre o tema, que aparece publicado como anexo nas Teorias da Mais-Valia (livro primeiro), sob o título *Produtividade do capital - Trabalho produtivo e improdutivo*²¹. Em seguida, volta a tratar do assunto nos materiais preparatórios para a redação d' *O Capital*, escritos entre 1863 e 1866, parte dos quais foi publicada posteriormente sob o título *Capítulo VI – Inédito*. Além disso, no primeiro livro de sua mais importante obra, *O Capital*, Marx se refere à questão em dois momentos diferentes. Inicialmente, trata do tema no capítulo V, na parte correspondente ao “processo de trabalho”, conteúdo material do processo de produção. Ali, a categoria é exposta de maneira independente da forma social. Suas particularidades para as relações capitalistas ficam apresentadas, embora de maneira pouco extensa, no capítulo XIV.

Importante para o tema é também o capítulo VI do livro II d' *O Capital*, que trata dos custos de circulação e onde se discutem quais gastos são produtivos ou improdutivos, capítulo esse construído por Engels a partir de quatro manuscritos escritos presumivelmente por Marx entre 1865 e 1867²². Além disso, são relevantes vários capítulos do livro III, que tratam do capital comercial e do capital a juros, em particular o capítulo XVII (O Lucro Comercial), capítulos nos quais aparecem algumas considerações sobre trabalho produtivo/improdutivo nesses ramos de negócios, mas onde se discute am-

²⁰Sobre a relação entre Smith e Marx no que se refere ao nosso tema, cf. Fiorito (1974), especialmente o capítulo *Acumulación y trabajo productivo*, p. 127 e seguintes.

²¹Aqui, esse texto será chamado de *Aditamentos*.

²²Cf. Prefácio de Engels ao livro II (MARX, 1980b, livro 2, p. 3) e Mandel (1985, p.123) afirma que foram escritos entre 1867 e 1870.

plamente o caráter não produtivo das atividades específicas dos capitais comercial e a juros, que operam no âmbito da circulação.

Observado o conjunto dessas referências esparsas e dos textos que apresentam um tratamento um pouco mais amplo sobre o tema, o que ressalta à vista é a existência de uma continuidade total na perspectiva do autor sobre a categoria de trabalho produtivo/improdutivo. Não se encontram contradições nem incoerências que sejam significativas²³. Cada um dos textos mais sistemáticos trata de vários aspectos do tema, mas não de todos. Alguns desses aspectos aparecem em mais de um desses textos e, inclusive, entre um e outro algumas vezes repetem-se passagens inteiras. Tudo isso nos parece indicar que podemos tratá-los como se representassem um só texto, embora não estruturado sistematicamente.

A mencionada continuidade, coerência e não surgimento de contradições relevantes não significa que inexistam certas passagens obscuras e que podem levar a confusões. Elas existem, mas são em número totalmente insignificante. Mencionaremos mais adiante três: duas no capítulo VI do livro 2 *d'O Capital* e uma terceira do capítulo XVII do livro 3 (MARX, 1981, notas de rodapé 37, 41 e 42). O que surpreende não é a existência delas, mas seu número tão reduzido em textos que, em sua grande maioria, não foram escritos diretamente para publicação e que, em certos casos, foram redigidos de maneira apressada e fora do contexto de uma discussão mais atenciosa sobre o assunto.

²³Essa não é a opinião de Mandel (1976, p. 121). Em muitos aspectos sobre o trabalho produtivo/improdutivo divergimos da posição desse autor.

O texto marxista mais amplo e melhor estruturado sobre o tema é, sem dúvida, o que aparece nas Teorias da Mais-Valia (os *Aditamentos*), seguido pelo apresentado no Capítulo Sexto – Inédito. É por isso e pelo fato que permite entender alguns aspectos metodológicos presentes na análise de Marx que aquele será o mais relevante no nosso estudo. Na verdade será decisivo para o avanço que pretendemos expor na compreensão da categoria que nos preocupa aqui.

O tema da categoria trabalho produtivo não é de menor significação. Destaque-se o fato de que, aceita a teoria marxista do valor e interpretada corretamente²⁴, tal categoria, em oposição à de trabalho improdutivo, adquire relevância indiscutível. O trabalho produtivo produz não só o valor necessário à reprodução da força de trabalho do trabalhador, como também a mais-valia, o valor excedente do qual se origina o lucro dos diferentes capitais, os juros, aluguéis e rendas de todos os tipos, além dos gastos improdutivos tanto públicos como privados. Entre estes gastos improdutivos incluem-se até mesmo o salário dos trabalhadores improdutivos. Assim, os salários pagos aos trabalhadores improdutivos implicam uma dedução do excedente produzido na sociedade. Não só não produzem mais-valia, como reduzem (ou melhor, consomem parte da) a massa total dela gerada pelos trabalhadores produtivos. Além disso, todos os gastos de materiais, sejam matérias primas e auxiliares, sejam os referentes à depreciação do capital fixo que implicam, também constituem des-

²⁴Suas perguntas centrais são: 1) onde se produz a riqueza e o excedente capitalista e 2) quem se apropria dele. Essas questões são centrais em qualquer interpretação econômica marxista, seja em análises de âmbito mais geral (como sobre o capitalismo mundial em uma época concreta), seja em mais particulares (sobre, por exemplo, as perspectivas econômicas de um país concreto), mas nem sempre ou quase raramente (se é que isso não é exagero), estão presentes.

truição de excedente real produzido pelos produtivos, redução, portanto, da massa de mais-valia disponível para distribuição entre as diferentes camadas da sociedade que dela recebem seus rendimentos.

Por outra parte, se o conceito de trabalho produtivo/improdutivo é relevante para se entender a economia capitalista, ele ganha maior importância ainda na atual etapa do capitalismo mundial, caracterizada pelo predomínio do capital especulativo parasitário. Nela, a contradição principal é a que existe entre a produção e a apropriação de excedente valor (em particular, da mais valia), que se vê pressionado de maneira exacerbada pelo crescimento desmedido do capital especulativo parasitário. A atual etapa especulativa do capitalismo encontra uma de suas formas de prosseguir na elevação, a níveis sem precedentes, da exploração do trabalho produtivo em suas diversas formas.

Sendo, portanto, o conceito de trabalho produtivo/improdutivo da maior relevância para se entender, em particular, a presente etapa capitalista, vejamos com calma o assunto.

2.2 ELEMENTOS PRELIMINARES

2.2.1 Trabalho produtivo, conteúdo e forma

Há uma diferença substancial no tratamento que Marx dá à categoria de trabalho produtivo nos dois lugares d' *O Capital* em que discute o assunto. No capítulo V do Livro I, como já dissemos, ele estuda o processo de produção capitalista do ponto de vista do *pro-*

cesso de trabalho. Isso significa que a estuda no que ela possui de comum à produção em qualquer época histórica, independentemente das relações sociais existentes. Assim, analisa os elementos que compõem o *processo de trabalho*, ou seja, os meios de trabalho, o objeto de trabalho e a ação humana transformadora, independentemente das relações sociais existentes. Nessa análise, o trabalho produtivo aparece como sendo aquele que *diretamente* produz valores de uso. Mas afirma categoricamente que caracterizá-lo dessa maneira não é suficiente para a etapa capitalista e nem mesmo para a mercantil:

No capítulo V, estudamos o processo de trabalho em abstrato, independentemente de suas formas históricas, como um processo entre o homem e a natureza. Dissemos: Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção, e o trabalho é trabalho produtivo'. Na nota 7, acrescentamos: 'Essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo nenhum adequada ao processo de produção capitalista' (MARX, 1980a, livro 1, cap. XIV, p. 583).²⁵

Essa tradução não é satisfatória em um aspecto.²⁶ Uma coisa é não ser adequada, outra coisa totalmente diferente é não ser suficiente ou não bastar, que é como aparece em outras traduções para o espanhol e português, que são mais felizes²⁷. E a conceituação não é suficiente por corresponder a um só dos dois aspectos, a um só polo contraditório do processo de produção ca-

²⁵ As referências a O Capital, de Marx (1980), neste texto serão resumidas assim e se referem à edição da Difel/Civilização Brasileira, salvo quando explicitado.

²⁶ Agradeço a ajuda, nesse aspecto, de Claus Germer.

²⁷ Siglo XXI (p. 219): "[...] de ningún modo es suficiente en el caso del proceso capitalista de producción". FCE (p. 133): "[...] no basta, ni mucho menos, para el proceso capitalista de producción". Os Economistas (p. 151): "[...] não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista".

pitalista, que é unidade de processo de trabalho (seu *conteúdo* material) e do processo de valorização (sua *forma* social e histórica). A caracterização do trabalho produtivo no capitalismo deriva ao mesmo tempo do *conteúdo* e da *forma* do processo capitalista de produção. São duas determinações contraditórias, mas necessárias para entendê-lo completa e adequadamente.²⁸

²⁸A discussão do trabalho produtivo do ponto de vista da forma e do conteúdo aparece também em Wim Dierckxsens, em vários de seus trabalhos (especialmente em 1998), mas desde outro ponto de vista (em uma análise muito concreta) e com uma perspectiva algo diferente em muitos aspectos.

Já vimos, então, o que é trabalho produtivo do ponto de vista do *conteúdo* material. Mas, como ele se caracteriza do ponto de vista da *forma*, do ponto de vista do *processo de valorização* capitalista? Isso fica explicado por Marx nos seus vários manuscritos e, em particular, no capítulo XIV do Livro I *d'O Capital*. No mencionado capítulo, o autor vai afirmar que do ponto de vista da *forma*, a categoria se restringe e se amplia ao mesmo tempo.

Ela se restringe, por que agora, desse novo ponto de vista, *não basta* produzir valor de uso para que o trabalho possa considerar-se produtivo. Ele precisa produzir mais-valia. Em outras palavras, para ser produtivo o trabalho precisa ser trabalho assalariado, mas não só isso: necessita trocar-se por capital e trocar-se por capital produtivo. Como este último aspecto (só por capital produtivo) só ficará explicitado quando Marx tratar dos gastos de circulação, do capital comercial e do capital a juros, deixemo-lo de lado, por enquanto.²⁹

²⁹Voltaremos ao assunto posteriormente neste capítulo.

Assim, para ser produtivo, o trabalho precisa produzir valores de uso e, ao mesmo tempo, ser trocado por capital. Necessita, então,

ser assalariado, mas ser assalariado do capital. Uma conclusão importante que podemos avançar, neste momento, é que, nas palavras de Marx, aqui a categoria de trabalho produtivo se confunde com a de trabalho subsumido diretamente ao capital, seja pela subsunção formal ou real. Uma dúvida que poderia ser apresentada, nesse aspecto, é a seguinte: por que a necessidade de duas categorias, ou duas diferentes expressões para a mesma questão (trabalho produtivo e trabalho subsumido diretamente ao capital)?

Em resumo, eis a explicação de por que, na sociedade capitalista, a categoria de trabalho produtivo se restringe: pois nem todo trabalho que produz valor de uso está subsumido diretamente ao capital, como seria o caso dos produtores familiares (camponeses ou artesãos), do trabalho doméstico e do trabalho em certos setores do serviço público (educação, saúde).

Agora vejamos em que sentido, no capitalismo, o trabalho produtivo se amplia. Para entendermos esse aspecto, que é simples, mas pouco considerado, basta compreender a categoria de trabalhador coletivo. Para isso, utilizemos as palavras do próprio Marx:

O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem pôr em ação seus músculos sob controle do seu cérebro... o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se pro-

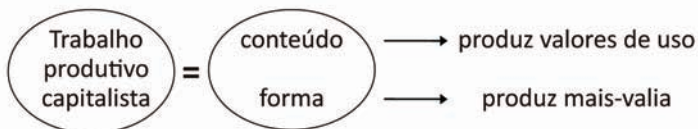
duto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre o que incide o trabalho. A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias (MARX, 1980a, livro 1, cap. XIV, p. 584).

Isso significa concretamente que, se antes era necessário “botar a mão na massa” para ser trabalho produtivo ou, em outras palavras, tocar diretamente na matéria prima utilizando-se dos meios de trabalho, agora, uma série de serviços realizados por trabalhadores assalariados deve ser considerada parte do que realiza o *trabalhador coletivo*. Entre outros desses serviços podemos citar, na construção civil, os trabalhos dos arquitetos, engenheiros, projetistas, calculistas, desenhistas, decoradores. Todos esses serviços são realizados por trabalhadores que fazem parte do *trabalhador coletivo*. E, como vimos pelas palavras de Marx analisadas até aqui, devem ser considerados trabalhadores produtivos quando assalariados pelo capital. Produzem valor, produzem mais-valia e, junto com os demais membros do trabalhador coletivo, produzem valores de uso.³⁰

³⁰Na verdade, essa determinação do trabalho produtivo deriva, não diretamente da *forma*, mas do *conteúdo* do processo de produção capitalista. Deriva do conteúdo, mas de um conteúdo que dialeticamente foi alterado pela forma.

Assim, vimos que, para Marx e no capitalismo, a categoria trabalho produtivo apre-

senta-se com duas caracterizações diferentes, correspondentes a duas dimensões que lhe são próprias; dois polos constituintes da unidade dialética e contraditória em que se configuram:



Qual das duas caracterizações é importante? As duas são importantes e, dar maior destaque a uma ou a outra, depende do ponto de vista a partir do qual se quer analisar a questão. No entanto, da mesma maneira que na dialética da mercadoria, na qual a forma vai predominando sobre o conteúdo cada vez mais e na medida em que as relações mercantis se desenvolvem, aqui também predomina cada vez mais a *forma*, na proporção em que as relações salariais capitalistas vão avançando ou se estendendo. Assim, na nossa época, a extensão e o domínio do capitalismo no nível mundial faz com que a determinação *forma* da categoria trabalho produtivo predomine sobre o *conteúdo*³¹. A compreensão adequada dessa questão pressupõe um entendimento das implicações do pensamento dialético que, à diferença do que ingenuamente pensava Böhm-Bawek (1974) e outros tantos, não se trata simplesmente, de um recurso retórico.

Como na nossa época há o domínio da forma na determinação da categoria de trabalho produtivo, nossa análise a seguir privilegiará esse determinante.³²

³¹Há uma curiosidade nesse aspecto que só poderemos explicitar quando tratarmos, no item 3.4, da conceituação alternativa de trabalho produtivo no capitalismo desenvolvido.

³²Isso não significa que devemos esquecer totalmente a determinação pelo *conteúdo*.

2.2.2 Mercadoria material e não material

Uma vez que estamos tratando particularmente do que aparece explícito no capítulo XIV do Livro 1 *d'O Capital*, convém desde já afirmar taxativamente, e sem nenhuma margem de erro³³, que para ser trabalho produtivo não é necessário que o trabalhador coletivo produza uma mercadoria material. Para Marx (1980a) nesse texto, e em inúmeros outros, essa questão é absolutamente clara e ele mesmo apresenta muitos exemplos nesse sentido, como o do professor, da cantora, do ator etc. Além disso, deveríamos também mencionar o trabalhador coletivo dos transportes, da armazenagem etc., como produtores de mercadorias não materiais objeto de trabalho produtivo.

Essa também é a opinião de Dierckxsens (1998):

Trabalho produtivo, em abstrato, é aquele trabalho que cria riqueza material ou espiritual. Pelo seu conteúdo, o trabalho produtivo não é somente o que gera riqueza tangível, mas também serviços que satisfazem necessidades. Nesse contexto, o turismo e os espetáculos são tão produtivos como a agricultura e a indústria (DIERCKXSENS, 1998, p. 33, tradução nossa).

Independente do tipo de mercadoria, nas palavras expressas de Marx, basta ser membro do trabalhador coletivo e assalariado do capital (salvo os da circulação, como veremos posteriormente), para pertencer ao trabalhador coletivo produtivo.

³³Isso pelo menos em nossa opinião.

Poderíamos, como o faz Dierckxsens, chamar a mercadoria não material de *serviço* ou *mercadoria-serviço* e caracterizá-la como aquela mercadoria cujo consumo deve ser realizado no exato instante de sua produção, da mesma maneira como já o fizera Jean-Baptiste Say e o que foi aceito por Marx (BELOTO, 2003).

É verdade que a opinião de alguns autores significativos e entre eles Mandel é diferente, condicionando que a mercadoria seja material para que, dentro da perspectiva marxista, o trabalho seja produtivo. Mas, ao que parece, entre outras coisas, o erro desse autor está em uma interpretação equivocada de uma passagem que Marx escrevera nos *Aditamentos*.³⁴

2.2.3 O trabalho assalariado para os capitais comercial e a juros

Uma pergunta que sempre surge quando tratamos do capital comercial e do capital a juros é se os trabalhadores desses setores são ou não produtivos e se eles são ou não explorados³⁵. Mas, antes de tudo, é necessário entender teoricamente a significação dessas formas de capital.

A análise de Marx sobre o conceito de capital inicia-se, como é natural, em um nível muito alto de abstração. O pressuposto é de que uma só empresa realiza todas e cada uma das ações necessárias para a produção e comercialização de uma determinada mercadoria, desde a compra dos insumos necessários, até a venda do pro-

³⁴Cf. Beloto (2003, p. 65-66). Esse assunto será esclarecido um pouco mais no item 3.4 deste capítulo.

³⁵Dai se deriva a questão também de se eles participam ou não do proletariado. Sobre o assunto, são indispensáveis as opiniões de Antunes (2000, p. 101 e seguintes) e Mandel (1985, p. 127 e seguintes). Texto resumido e muito interessante é do de Beluche (2002), que também discute a questão do trabalho produtivo e com o qual temos vários pontos concordantes.

duto final. Considera que essa empresa produz exclusivamente uma única mercadoria, nada vende dela a não consumidores, vende exclusivamente o seu produto e, por fim, possui toda a estrutura necessária para guardar e administrar seu dinheiro, realizar pagamentos e recebimentos, não possuindo nem mesmo conta bancária: é o conceito de capital industrial (nome pouco adequado para o conceito nesse nível de abstração). O esquema da circulação desse capital industrial é muito bem conhecido:

$$\begin{array}{c}
 \mathbf{Mp} \\
 / \\
 \mathbf{D} - \mathbf{M} \quad \dots (\mathbf{p}) \dots \mathbf{M}' - \mathbf{D}' \\
 \backslash \\
 \mathbf{Ft}
 \end{array}$$

Onde: **Mp** = Meios de produção
Ft = Força de trabalho

Nesse esquema, D, M e M' são *formas funcionais* de existência do capital, respectivamente: capital-dinheiro, capital-produtivo, capital mercadoria. Obviamente que a produção da mais-valia ocorre no processo produtivo "... (p) ...", nem antes e nem depois.

E nesse mesmo nível de análise pode afirmar que as ações de compra e venda não criam valor:

A mudança de forma (M-D e D-M) custa tempo e força de trabalho, mas não para

criar valor e sim para efetuar a conversão de uma forma do valor em outra, e em nada altera a natureza da coisa [...]. Este trabalho, acrescido pelas intenções maliciosas das duas partes, não cria valor (do mesmo modo que o trabalho empregado num processo judicial não aumenta a magnitude do valor do objeto em litígio) (MARX, 1980b, livro 2, cap. VI, p. 133).

Em um segundo momento, de análise mais concreta, tais *formas funcionais* passam a ser funções exclusivas de uma empresa específica, de um capital, de forma que entre os capitais, ou empresas, produz-se uma divisão de tarefas. Assim, surgem as *formas funcionais autonomizadas*: capital bancário, capital produtivo e capital comercial (ou, mais precisamente, *capital de comércio de mercadorias*). Obviamente que os capitais comercial e bancário são capitais não produtivos.

O que significa que trabalho gasto nas operações de compra e venda, necessárias a circulação do capital, não produz valor nem mais-valia? Se esse trabalho é assalariado, sua remuneração não é compensada por valor produzido por ele; ela resulta da dedução de mais-valia produzida pelos trabalhadores do setor produtivo. A redução do tempo de trabalho gasto nessas operações não só não reduz a riqueza (valor e valor de uso) produzida socialmente como, ao mesmo tempo, reduz a transferência de mais-valia do capital que se transforma em salário de trabalhadores improdutivos.

Por outro lado, obviamente, a improdutividade desse trabalho não se altera se é re-

³⁶Ou, o que é a mesma coisa, o capital constante consumido nelas.

³⁷No capítulo XVII do livro 3 *d'O Capital*, há uma passagem entre parêntesis que pode levar a confusão: "(o valor que o comerciante, com seus custos, acrescenta às mercadorias, reduz-se a valor preexistente que adiciona, embora se imponha aí a questão de saber como mantém, conserva o valor de seu capital constante)" (MARX, 1981, livro 3, p. 337). Que o valor do capital constante gasto na atividade estritamente comercial reapareça no valor da mercadoria vendida é algo totalmente incoerente com toda a análise que o autor faz em diferentes momentos. A passagem não é clara; é confusa.

³⁸O tratamento dado por Marx (1981), no cap. XVII do livro 3 *d'O Capital* às vendas a

alizado pelo próprio empresário produtivo, por assalariados especialmente contratados para esse tipo de operações ou por empresas especializadas nas tarefas comerciais:

Como sempre, o tempo empregado na compra e venda não cria valor. O funcionamento do capital mercantil dá origem a uma ilusão. [...] se uma função, em si mesmo improdutiva, embora necessária à reprodução, se transforma, com a divisão do trabalho, de uma tarefa assessoria de muitos em tarefa exclusiva, especializada de poucos, não muda ela, com isso, de caráter (MARX, 1980b, Livro 2, cap. VI, p. 134).

O que se aplica à metamorfose do capital-mercadoria, considerada de per si, naturalmente não se modifica em virtude de parte dele assumir a figura de capital comercial [...]" (MARX, 1981, livro 3, cap. XVII, p. 324).

É também importante ressaltar que o valor dos gastos de trabalho passado (materiais de consumo, depreciação de equipamentos e instalações) nessas atividades³⁶, não se conserva por transferência às mercadorias objeto dessas ações³⁷. Constituem gastos improdutivos do excedente-valor produzido na sociedade, da mais-valia total produzida por trabalhadores produtivos. No entanto, tais gastos, assim como os salários pagos pelos empresários do setor, lhes são ressarcidos e acrescidos do lucro normal³⁸.

O comerciante, além de conseguir a reposição desse capital (capital constante consumido na atividade comercial, RC), obtém o lucro que lhe corresponde. Am-

bas as coisas reduzem o lucro do capitalista industrial (MARX, 1981, livro 3, cap. XVII, p. 341).

Duas aclarações são agora indispensáveis: a natureza precisa do capital mercantil ou comercial (rigorosamente, capital comércio de mercadorias) puro e a distinção entre *capital a juros* e *capital de comércio de dinheiro*.

De certo ponto de vista, a atividade comercial é mais restrita do que normalmente se considera. As atividades que devem ser consideradas como comerciais, para os efeitos teóricos que nos interessam, restringem-se exclusivamente às operações de transferência de propriedade de uma determinada mercadoria. Na realidade concreta, porém, essas atividades estritamente comerciais estão normalmente associadas a outras, tais como estocagem, transporte, embalagem, fracionamento, expedição de produtos. Elas não são comerciais e não podem, como diremos posteriormente, ser consideradas atividades improdutivas.

O capital comercial, despojado de todas as funções heterogêneas com ele relacionadas, como estocagem, expedição, transporte, classificação, fracionamento das mercadorias, e limitado a sua verdadeira função de comprar para vender, não cria valor nem mais-valia [...] (MARX, 1981, livro 3, cap. XVII, p. 325).

Assim, se considerarmos um pequeno comerciante, devemos ter presente que muitas das atividades que realiza não são comerciais. Em oposição a isso, o exemplo mais puro de atividade comercial é a do operador

varejo nos leva a pensar que ele as considera tão improdutivas quanto as vendas por atacado, não havendo a diferença que Rubin (1980, p. 289) parece sugerir.

de uma bolsa de mercadorias, de batatas, por exemplo. Ele não precisa entender de batatas, não as toca, não transporta nem armazena e pode nunca tê-las visto em seu estado natural e só conhecê-las fritas em saquinho plástico. Não importa. Sua função exclusiva é trocar papéis que representam propriedades, títulos de propriedade: de um lado, propriedade sobre quantidades de batatas de determinado tipo; de outro, propriedade de certa quantidade de dinheiro ou título de promessa dele no futuro. Pode também vender ou comprar batatas que não existem; isto é, pode realizar operações comerciais de batatas *no futuro*. Um outro exemplo de atividade comercial pura seria a de um caixa de supermercado. Mas, não é um bom exemplo, pois em alguns casos esses profissionais também realizam a operação de embalagem (eventualmente outras), que não constitui operação comercial.

De outro ponto de vista, a atividade comercial é mais ampla do que normalmente se considera. Ela inclui uma série de operações relacionadas com o dinheiro como guarda, pagamentos e recebimentos, cobrança, compensação, que são típicas do setor bancário. Marx chama o capital dedicado a essas operações de *capital de comércio de dinheiro* (forma de capital comercial)³⁹:

Pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação, escrituração de contas-correntes, guarda de dinheiro (atesouramento, RC) etc., todas essas operações técnicas, separadas dos atos que as tornam necessárias transformam em capital financeiro (capital de

³⁹Nas traduções para o português os nomes escolhidos diferem de uma para outra. Optamos por esse por considerarmos o mais adequado. Definitivamente o termo capital financeiro não é aceitável.

comércio de dinheiro, RC) o capital nelas adiantado (MARX, 1981, livro 3, cap. XIX, p. 365).

No mesmo capítulo, Marx (1981, livro 3, cap. XIX, p. 366) também se refere ao câmbio de divisas como um tipo de operação correspondente *ao capital de comércio de dinheiro*.

Por outro lado, mostra existir uma relação concreta entre esse *capital de comércio de dinheiro e o capital a juros*:

O comércio de dinheiro atinge seu pleno desenvolvimento, o que sempre se verifica nas suas origens, quando às suas demais funções se associam as de emprestar, de tomar emprestado e de negociar com crédito. Voltaremos ao assunto na parte seguinte, quando trataremos do capital a juros (MARX, 1981, livro 3, cap. XIX, p. 369).

Esse é o que rigorosamente Marx chama de *capital a juros*. Suas atividades são: emprestar, negociar com crédito.

E sobre o *capital de comércio de dinheiro*, Marx ainda esclarece:

[...] é evidente que o comércio de dinheiro não promove a circulação do dinheiro, mero resultado da circulação das mercadorias, maneira de esta aparecer. Para ele é um dado a própria circulação do dinheiro, aspecto da circulação das mercadorias, e o que ele propicia são as operações técnicas da circulação monetária, as quais concentra, abrevia e simplifica. O comércio de dinheiro não forma os tesouros, mas fornece os meios técnicos para reduzir ao mínimo econômico o entesouramento [...] (MARX, 1981, livro 3, cap. XIX, p. 370).

Assim, o que conhecemos como capital bancário não pode ser confundido com capital a juros. O bancário, em grande parte, é capital comercial, capital de comércio de dinheiro. Dessa maneira, o capital a juros fica reduzido à sua verdadeira natureza: simples existência de dinheiro disponível para ser emprestado. Todas as ações de administração das operações financeiras são próprias do *capital de comércio de dinheiro*.

Obviamente o capital a juros, forma de existência do capital que, aliada à do capital de comércio de dinheiro, conformam o que constitui a forma funcional substantivada do capital-dinheiro. Assim, o capital bancário reúne funções de capital a juros e de comércio de dinheiro e, por seu lado, o que tratamos teoricamente como capital comercial ou mercantil, reúne atividades do capital de comércio de mercadorias e do capital de comércio de dinheiro.

Muito bem, mas qual a resposta que se pode dar à questão de se o trabalhador do comércio ou do setor financeiro é ou não explorado? Ele não é produtivo do ponto de vista global, mas...

(O trabalho no setor comercial, RC) É produtivo para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando trabalho em parte não-pago (MARX, 1981, livro 3, cap. XVII, p. 345).

Mas, atenção: os salários desses trabalhadores são, na verdade, deduções da mais-valia produzida pelos trabalhadores produtivos. Além disso, como já ficou dito, os gastos de todo tipo necessário (capital constante) para essas funções são também outras deduções, de maneira que o lucro global dos capitais existentes na sociedade devem sofrer essas diminuições no volume da mais-valia disponível.

Ao contrário dos assalariados pelo capital produtivo, os trabalhadores do capital comercial (incluindo os bancários) não são explorados, pois não produzem mais-valia, mas...

Sob certo aspecto o trabalhador comercial é um assalariado como qualquer outro. Primeiro, o comerciante compra o trabalho utilizando capital variável e não dinheiro que despende como renda; assim, não o adquire para serviço pessoal e sim para valorizar o capital adiantado nessa compra. Segundo, determina-se então o valor da força de trabalho e, por conseguinte, o salário, como acontece com todos os demais assalariados, pelos custos de produção e reprodução dessa força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho (MARX, 1981, livro 3, cap. XVII, p. 336-337).

Por isso, devem ser considerados explorados⁴⁰.

O capitalista comercial em grande parte faz os empregados desempenhar a própria função que torna seu dinheiro capital. O trabalho não-pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais-valia, o

⁴⁰E, assim, Ricardo Antunes (2000) e Mandel (1985) os incluem acertadamente no proletariado, embora distinguido-os, obviamente, do proletariado industrial.

⁴¹Nesse ponto do texto de Marx (1980b, livro 2, cap. VI, p. 140) há uma continuação que pode gerar dúvidas. Trata-se da seguinte: "Por outro lado, do ponto de vista social, podem não passar de meros custos, de dispêndio improdutivo de trabalho vivo ou de trabalho materializado mas, em virtude desse dispêndio, criar valor para o capitalista individual, constituir acréscimo ao preço de venda de sua mercadoria". A possível explicação para essa passagem é que ele esteja se referindo aos custos mencionados quando derivem de prática meramente especulativa, como se explica a continuação.

que para esse capital é a mesma coisa; esse trabalho não-pago é, portanto, fonte de lucro (MARX, 1981, livro 3, cap. XVII, p. 338).

2.2.4 Gastos de circulação produtivos e não produtivos

No capítulo VI do livro 2 *d'O Capital*, Marx (1980b), depois de reiterar que as atividades comerciais não criam valor e que, portanto, o capital comercial ou mercantil é capital improdutivo, vai considerar os custos de circulação de outro tipo, quais sejam: os de conservação, estocagem ou armazenagem, e transporte. Por nossa conta, poderíamos incluir, por serem de tipo similar e mencionados por Marx no livro III, os custos de embalagem, expedição e manutenção.

De outra natureza são os custos de circulação que ora passamos a examinar. Podem originar-se de processos de produção que prosseguem na circulação, ficando o caráter produtivo dissimulado pela forma circulatória⁴¹ (MARX, 1980b, livro 2, cap. VI, p. 140).

No que se refere às atividades de transporte, não existem dúvidas de nenhum tipo. Trata-se de um setor produtivo como qualquer outro, que produz uma mercadoria, só que não se trata de mercadoria material, mas de uma mercadoria-serviço. Todo o trabalho nessa atividade produz valor e maisvalia, além do que os gastos em valor do capital constante consumido reaparecem no produto como valor transferido. As atividades de transporte aumentam a riqueza - valor da sociedade.

Mas, o valor de uso das coisas só se realiza com seu consumo, e esse consumo pode tornar necessário o deslocamento dela, o processo adicional de produção da indústria de transporte. Assim, o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte. Este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valia (MARX, 1980b, livro 2, cap. VI, p. 153).

Há, no entanto, uma situação particular que deve ser considerada e sobre a qual uma conclusão diferente é exigida e deriva da necessidade de coerência com uma idéia de Marx que aparece no que se refere à armazenagem. Trata-se do seguinte: quando os gastos de transporte resultam não de uma atividade necessária à normal distribuição do produto para o local do consumo, mas derivam de atitude exclusivamente especulativa, esses gastos devem ser considerados “falsos custos”, gastos improdutivos. Isso fica claro, por exemplo, quando uma determinada mercadoria é transportada do lugar A para B e, posteriormente, devido a questões de mercado e variação favorável dos preços em A, transportada de volta de B para A. Obviamente que esses gastos são absolutamente improdutivos, derivados de ação meramente especulativa. Constituem redução da riqueza-valor produzida pela sociedade, desperdício de mais-valia produzida.

Da mesma forma que em relação aos gastos em transporte, Marx trata os gastos de

⁴²Nesse ponto do texto de Marx também há uma continuação fonte de fortes dúvidas: "Como dantes, os custos de formação de estoques continuam sendo reduções da riqueza social, embora desta sejam condição de existência" (MARX, 1980b, livro 2, cap. VI, p. 151). Para essa dificuldade, tendemos a acreditar que o autor, quando se refere à riqueza social, não está se referindo à riqueza-valor, mas à riqueza-valor-de-uso. Assim, a redução dessa riqueza material (valores de uso), a riqueza valor de uso potencial que deixa de ser produzida pela existência dos gastos de armazenagem, aparece, no capitalismo, como valor adicional, o que não deixa de ser expressão do seu caráter contraditório. De todas as maneiras, qualquer que seja a explicação do texto de Marx (1981),

estocagem ou armazenagem e também os de conservação das mercadorias. Constituem verdadeiros custos, são gastos produtivos, mas isso quando não resultam, como já deve ter ficado claro, de ação meramente especulativa do capital.

Enquanto o estoque de mercadorias é apenas a forma mercadoria do estoque que, se não existisse como estoque de mercadorias, existiria em dada escala da produção social como estoque produtivo (fundo latente de produção) ou como fundo de consumo (reserva de meios de consumo), — os custos exigidos pela manutenção do estoque, os custos de formação de estoques, isto é, o trabalho vivo ou materializado aí aplicados são apenas custos, transpostos, da conservação do fundo social da produção ou do fundo social de consumo. Ao elevar-se o valor das mercadorias em virtude desses custos, rateiam-se eles pelas diferentes mercadorias, pois diferem para as diferentes espécies de mercadorias⁴² (MARX, 1980b, livro 2, cap. VI, p. 151).

Assim, os gastos ou custos de estocagem e conservação, que envolvem tanto o trabalho materializado passado como o trabalho vivo, significam elevação do valor da mercadoria (por transferência do valor dos elementos gastos do capital constante e por criação de valor novo e, portanto, de mais-valia por parte do trabalho vivo, quando o "[...] estoque de mercadorias é apenas a forma mercadoria de um estoque que [...]]" (MARX, 1980b, livro 2, cap. VI, p. 151) em qualquer caso, deveria existir independente da forma como está organizada a sociedade). Representam deduções (consumo improdutivo)

da riqueza-valor produzida pela sociedade e são financiados com a mais-valia produzida pelo trabalho humano, quando o estoque não é condição do caráter necessariamente contínuo das operações mercantis, mas resultado da dificuldade de venda da mercadoria.

A justificativa para considerar os gastos de armazenagem como produtivos, quando não resultantes de pura especulação, poderia ser apresentada, utilizando e adaptando as mesmas palavras que Marx (1980, Livro 2, cap.VI, p.153) utilizou para os transportes: *o valor de uso das coisas só se realiza com seu consumo, e esse consumo pode tornar necessário o armazenamento dela (por pelo menos um tempo), o processo adicional de produção da indústria de armazenagem. Assim, o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos armazenados, formado pela transferência de valor dos meios de armazenagem e pelo valor adicional criado pelo trabalho de armazenagem. Este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valia.*

2.2.5 Contabilidade

No que se refere aos gastos de trabalho com as atividades de contabilidade, Marx mostra que ocorre o mesmo que com os de compra e venda: trata-se de gastos improdutivos. Sustenta também que os meios de trabalho gastos nessa atividade não transferem seu valor ao produto, mas constituem deduções da mais-valia criada nas atividades produtivas.

as palavras apresentadas no capítulo XVII do livro 3 d'O Capital não deixam a menor dúvida: os gastos de estocagem são tratados da mesmíssima maneira que os de transporte, eliminando-se, assim, as dificuldades.

vas (MARX, 1980b, livro 2, cap. VI, p. 139).

No entanto, Rubin (1980) apresenta uma visão algo diferente, afastando-se neste ponto do seu simples objetivo de expor a posição de Marx sobre o assunto:

[...] como afirmam alguns autores, Marx negou o caráter produtivo do trabalho de contabilidade, em qualquer caso. Sustentamos que essa opinião é errônea. Na realidade as concepções de Marx acerca da 'contabilidade' (O Capital., L. II, cap. VI), caracterizam-se por sua extrema obscuridade e podem ser interpretadas no sentido acima mencionado. Mas do ponto de vista da concepção de Marx sobre trabalho produtivo, a questão do trabalho dos contadores não coloca particulares dúvidas. Se a contabilidade é necessária para a execução de funções reais da produção [...] então a contabilidade relaciona-se ao processo de produção (RUBIN, 1980, p. 290-291).

Assim, para esse autor, em outras palavras, se o contador é membro do trabalhador coletivo e, dessa maneira, contribui com seu labor para a organização do processo produtivo, ele é trabalhador produtivo.

Consideramos correta a perspectiva de Rubin (1980) no sentido de considerar como trabalho produtivo a ação do contador quando ligada diretamente à produção e, ademais, parece-nos que só assim haveria coerência com a visão geral de Marx. No entanto, as palavras deste último sobre o assunto, no livro 2 *d'O Capital*, não são nada obscuras; para ele claramente o trabalho de contabilidade é improdutivo. Cabe sim res-

saltar um aspecto da questão: Marx (1980b) trata o tema como direta continuação da sua análise sobre as atividades comerciais de compra e venda. Posteriormente, ele não volta a discutir o assunto quando discute – no mesmo capítulo, mas em seção diferente – os custos aparentes de circulação que se originam de processos de produção. Assim, Marx teria se equivocado por omissão.

2.2.6 Trabalho de supervisão e gerência

Do capítulo XXIII (Juro e Lucro do Empresário) do Livro 3 *d'O Capital* de Marx (1981), podemos concluir que os gastos de gerência e supervisão direta do processo de produção podem ser produtivos ou improdutivos. Na verdade, normalmente no capitalismo eles são em parte uma coisa e em parte a outra.

O trabalho de supervisão e direção surge necessariamente todas as vezes que o processo imediato de produção se apresenta em processo socialmente combinado e não no trabalho isolado de produtores independentes. Possui dupla natureza (MARX, 1981, livro 3, cap. XXIII, p. 441).

Em tal caso, mais uma vez, o trabalho será produtivo ou não se deriva de necessidades técnicas do processo produtivo ou se responde ao caráter antagônico das relações sociais capitalistas.

De um lado, em todos os trabalhos em que muitos indivíduos cooperam, a conexão e a unidade do processo configuram-se necessariamente numa vontade que comanda e nas funções que não concer-

nem aos trabalhadores parciais, mas à atividade global da empresa, como é o caso do regente de uma orquestra. É o trabalho produtivo que tem de ser executado em todo sistema combinado de produção.

De outro lado, omitindo-se o setor mercantil, esse trabalho de direção é necessário em todos os modos de produção baseados sobre a oposição entre o trabalhador – o produtor imediato – e o proprietário dos meios de produção. Quanto maior essa oposição, tanto mais importante o papel que esse trabalho de supervisão desempenha (MARX, 1981, livro 3, cap. XXIII, p. 441-442).

O trabalho de supervisionar e dirigir, na medida em que decorre do caráter antinômico do domínio do capital sobre o trabalho, é comum a todos os modos de produção baseados na oposição entre as classes (MARX, 1981, livro 3, cap. XXIII, p. 444).

2.2.7 Trabalho para o consumo improdutivo

Não importa que o trabalho assalariado produza arroz e feijão ou, ao contrário, champagne e caviar. O fato de que as primeiras mercadorias destinem-se ao consumo produtivo dos trabalhadores e que as últimas se destinem ao consumo suntuário e improdutivo em nada altera o caráter da ação produtiva do trabalhador submetido ao capital. Trata-se de trabalhos produtivos, sem dúvida nenhuma.

Isso significa que o caráter produtivo do trabalho não depende do destino que se dê ao produto desse trabalho; e essa é uma conclusão nada trivial. Nessa conclusão, podemos incluir os casos de trabalhos produti-

vos destinados à fabricação dos meios de “produção” de serviços improdutivos, como os de propaganda, e os de outros diversos tipos de serviços improdutivos realizados por profissionais autônomos, como advogados, publicitários, contadores, consultores financeiros etc. A mesma coisa no caso desses serviços improdutivos serem realizados por empresas capitalistas dedicadas a esses negócios. O trabalho gráfico, por exemplo, destinado a ser utilizado para executar um serviço de propaganda, é tão produtivo quanto o de um marceneiro que produziu a escrivaninha utilizada no escritório da agência de publicidade.

Devem ser tratados da mesma maneira os gastos suntuários e improdutivos da burguesia e, por outro lado, os gastos militares. Quaisquer desses gastos não contribuem *ulteriormente* para o crescimento da riqueza da sociedade em nenhum dos dois sentidos: material (valores de uso) ou formal (valor). No entanto, as mercadorias necessárias para esses gastos foram produzidas, produziu-se valor e mais-valia, o trabalho realizado foi produtivo. O fato de que tenham tido destino improdutivo em nada altera a questão. O mesmo ocorre quando as mercadorias depois de produzidas sejam destruídas por qualquer razão, até como consequência de atos especulativos. O trabalho não perde seu caráter de produtivo, quando o possui, pelo destino de seu produto.

Há, no entanto, uma diferença entre os gastos suntuários da burguesia e os gastos militares. Vejamos.

Os gastos militares, da mesma maneira que os suntuários, se financiados com impostos, representam um consumo improdutivo da mais-valia produzida pelos trabalhadores. A única diferença entre eles é que uns atendem aos desejos de poder da burguesia e outros atendem à sua vontade de desfrutar as vantagens do consumo.

No entanto, quando os gastos militares são financiados com incremento da dívida pública, a situação é diferente. Esses gastos improdutivos, quando referidos a bens produzidos por trabalho produtivo, terão como contrapartida o incremento do capital da burguesia. O valor total produzido por esse trabalho aparecerá, de um ponto de vista global, integralmente como incremento do patrimônio, dos ativos de posse de rentistas. Trata-se obviamente de capital fictício, mas, de todas as maneiras, tem existência real e exige remuneração futura na forma de juros.

Devemos também considerar outra questão relacionada aos gastos improdutivos: os gastos da sociedade capitalista relacionados com os meios de circulação ou de pagamento, concretamente aos gastos em substituição (reposição do desgaste) e ampliação no volume do papel-moeda e das moedas circulantes. Embora as atividades produtivas relacionadas a esses gastos impliquem produção de valor e de mais-valia e, portanto, o trabalho nelas empregado deva ser considerado produtivo, constituem consumo improdutivo. O valor produzido é totalmente destruído e, nesse caso, o volume total do

valor da força de trabalho termina reduzindo a mais-valia produzida pelos demais trabalhadores produtivos.

2.3 O PONTO DE VISTA DA TOTALIDADE: TRABALHO PRODUTIVO E CAPITAL

2.3.1 Camponeses e artesãos

Retornemos a uma questão já discutida. Em inúmeros lugares Marx, como sabemos, afirma que para ser trabalho produtivo, no capitalismo, ele precisa ser assalariado e assalariado para um capital. Qualquer tipo de trabalho que não seja assalariado não pode ser considerado produtivo. As palavras de Marx nesse sentido são indiscutíveis e isso também nos *Aditamentos*.

Mas, o que ele afirma ali sobre o trabalho de camponeses e artesãos que produzem, no interior da sociedade capitalista concreta, mercadorias? Afirma que não se trata nem de trabalho produtivo, nem improdutivo e a razão para isso está no fato de que não produz mais-valia por não ser trabalho assalariado:

Mas que sucede então com os artesãos ou camponeses independentes que não empregam trabalhadores e por isso não produzem na qualidade de capitalistas?... são eles produtores de mercadorias e lhes compro as mercadorias... Nessa relação confrontam-se como vendedores de mercadorias e não de trabalho, e tal relação, portanto, nada tem a ver com a troca de capital por trabalho, nem com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, a qual deriva meramente da alternativa de o trabalho se trocar por dinheiro como di-

⁴³Marx (1980a) se refere às formas intermediárias de subsunção tanto no capítulo XIV do livro 1 d'O *Capital*, quanto no Capítulo VI – Inédito, mas não chega a relacionar com a questão do trabalho produtivo.

⁴⁴“[...] devemos lembrar que sempre que Marx falava de trabalho produtivo como trabalho empregado pelo capital, nas Teorias Sobre a Mais-Valia (*Aditamentos*, RC), tinha em mente apenas o capital produtivo” (RUBIN, 1980, p. 286).

⁴⁵“Aqui nos limitamos apenas a tratar do capital produtivo, isto é, do capital empregado no processo de produção imediato. Mais tarde cuidaremos do capital no processo de circulação”. (MARX, 1980d, *Aditamentos*, p. 406). Essa passagem aparece no último parágrafo dos *Aditamentos*.

nheiro ou por dinheiro como capital. Por isso, não pertencem à categoria do trabalhador produtivo nem à do improdutivo... Mas sua produção não está subsumida ao modo de produção capitalista (MARX, 1980d, *Aditamentos*, p. 401).

Para considerar adequadamente essas afirmações de Marx é indispensável ter em vista não só a circunstância em que aparecem, mas, sobretudo, o nível de abstração em que está trabalhando.

Recordemos, em primeiro lugar, que já dissemos que, nesse autor, há uma identificação entre a categoria de trabalho produtivo e a categoria de subordinação direta (formal ou real ao capital). Em nenhum momento de sua análise da questão do trabalho produtivo Marx dá atenção à possibilidade de que a subordinação ocorra por meio de formas intermediárias⁴³. Tampouco levanta a possibilidade de que as mercadorias em geral possam ser vendidas por preços distintos dos correspondentes aos valores, que é o que justamente permite a transferência de valor ou mais-valia de um lado para outro. Além de tudo, nos *Aditamentos* fica totalmente claro que sua perspectiva é a do *ato individual e isolado* (e não a da totalidade).

Já Rubin (1980) advertira para o fato de que, nos *Aditamentos*, Marx se limita a analisar o capital produtivo⁴⁴, deixando para depois as determinações derivadas da circulação⁴⁵. Mas, há muito mais do que isso. Marx só trata o assunto observando a relação capital individual e trabalhador; é o ponto de vista do ato individual e isolado. E desse

ponto de vista afirma que, no capitalismo, trabalho produtivo só é aquele que produz mais-valia para o capital.

Pensemos o assunto, agora, não do ponto de vista individual, mas do ponto de vista da totalidade do capital e, ao mesmo tempo, consideremos a possibilidade, que corresponde ao real do dia-a-dia do capitalismo, de que os preços não correspondam aos valores, existindo, portanto, transferências de valor de um lado para outro. Limitemos, por agora, a considerar apenas os camponeses e os artesãos que não vendem suas mercadorias diretamente aos consumidores, mas vendem ao capital comercial, que funciona como intermediário, de maneira a existir uma forma de subsunção intermediária⁴⁶.

Nessas condições, nossa conclusão será diferente da de Marx, mas diferente por que situada em um nível distinto de abstração.

Esses produtores “independentes” produzem valor, produzem excedente econômico na forma de valor, caso sua produtividade não seja extremamente baixa (o que é o esperado na realidade) e normalmente esse excedente-valor é apropriado pelo menos em grande parte pelo capital comercial. Tal excedente, embora não se constitua em mais-valia, será somado a ela para formar o montante total do lucro do capital global, depois de deduzidas as outras partes em que a mais-valia se divide. Assim, aqueles trabalhadores não produzem mais-valia, mas produzem valor-excedente que eleva os lucros do capital. Para o capital comercial

A tarefa proposta por Marx será cumprida posteriormente no capítulo VI do livro 2 *d'O Capital* e no livro 3, em vários capítulos, especialmente no XVII e também no XXIII (MARX, 1980b; 1981).

⁴⁶Veremos, posteriormente, que as conclusões seguintes também serão válidas para os camponeses e artesãos que vendem diretamente para o consumo de trabalhadores produtivos, dos improdutivos e também para o consumo suatório.

que se beneficia diretamente, são trabalhadores produtivos; para o capital global também seu trabalho é trabalho produtivo, pois aumenta o lucro global.

2.3.2 Os serviços de educação e saúde e a reprodução da força de trabalho

Não há divergências⁴⁷ sobre o fato de que a educação e a saúde, quando prestadas diretamente por empresas privadas ao consumidor e quando operam com trabalhadores assalariados, constituem atividades capitalistas produtivas e seus trabalhadores são produtivos.

Essas atividades produzem serviços que, quando prestados a trabalhadores que serão trabalhadores produtivos (também para os demais) contribuem para a reprodução de suas forças de trabalho, ou mesmo, no caso da educação, transformam força de trabalho simples em potenciada ou complexa⁴⁸.

Consideremos, em oposição a isso, o caso de professores e profissionais da saúde que trabalhem por conta própria e que, em princípio, para Marx, seriam improdutivos. Sem dúvida, eles produzem valor e caso não logrem vender seus serviços pelo valor produzido (coisa que tende a ser cada vez mais verdade no capitalismo atual), não só produzem excedente-valor como o transferem, pelo menos em parte, para seus clientes. E se esses trabalhadores forem produtivos, assalariados de capital produtivo? Poderíamos considerar que exploram aqueles profissionais por conta própria?

⁴⁷Exceto quando se apresenta o erro de considerar produtivo só o trabalho que se concretiza em mercadorias materiais.

⁴⁸No trabalho de professores, de qualquer tipo que seja, deveríamos deixar de lado, como não produtivo, aquela parcela que corresponde a simples labor de transmissão ideológica, embora essa parte seja importante para a submissão dos trabalhadores aos ditames do capital.

A resposta à pergunta formulada é obviamente negativa. É certo que o valor produzido por aqueles profissionais, incluindo o valor excedente, repõe o valor desgastado da força de trabalho ou o eleva. No momento em que os trabalhadores, agora com o valor de sua força de trabalho repostado ou ampliado, forem receber seus salários de parte do capital que os emprega, não precisam ser ressarcidos inteiramente, pois não pagaram nada pelo excedente-valor produzido por aqueles profissionais (ou não o pagaram todo). O capital poderá pagar-lhes um salário inferior àquele correspondente ao verdadeiro valor da força de trabalho. Isso reduz o tempo de trabalho necessário para repor o valor correspondente ao salário recebido e aumenta o trabalho excedente, fonte do lucro capitalista.

Em resumo, o valor-excedente produzido pelos profissionais, apropriado provisoriamente pelos trabalhadores produtivos do capital, finalmente reaparecem nas mãos do capital na forma de lucro adicional. Aqueles profissionais por conta própria contribuem para elevar o montante total dos lucros do capital: são trabalhadores produtivos e explorados indiretamente pelo capital, embora não assalariados.

E que dizer da educação e da saúde públicas e gratuitas? A resposta é similar à do caso anterior, mas não exatamente a mesma. Aqueles profissionais produzem valor e excedente-valor que não é pago pelos que imediatamente usufruem que, se são trabalhadores, têm o valor da sua força de tra-

⁴⁹É verdade que a parte correspondente aos seus salários, embora reapareça inicialmente como lucro geral do capital, será posteriormente deduzida na forma de impostos. No entanto, se a categoria de lucro a tratamos em um nível muito elevado de abstração, podemos afirmar que todo o valor se torna lucro do capital.

⁵⁰É verdade que a parte correspondente aos seus salários, embora reapareça inicialmente como lucro geral do capital, será posteriormente deduzida na forma de impostos. No entanto, se a categoria de lucro a tratamos em um nível muito elevado de abstração, podemos afirmar que todo o valor se torna lucro do capital.

balho repostou ou ampliado. Não só o excedente, mas o próprio valor produzido pelos profissionais funcionários públicos reaparecerá nas mãos dos capitais sem que lhes custe nada (salvo quando pagam algo de impostos correspondentes), que contratem os trabalhadores que, se produtivos, aquele valor e aquele excedente se transformam em mais lucros para o capital global. O labor dos mencionados profissionais funcionários públicos é, então, duplamente produtivo; não só o excedente que produzem, mas todo o valor reaparece como lucro do capital⁴⁹.

O trabalho dos profissionais da saúde ou educação (por conta própria ou do setor público), quando beneficiarem trabalhadores improdutivos, obviamente não aparecerá como aumento dos lucros gerais do capital, mas, no mínimo, como uma redução das transferências que o capital deve fazer de mais-valia para esse tipo de trabalhadores. Assim, esse trabalho profissional não aumenta os lucros do capital, mas contribui para que não haja reduções maiores. Caso o trabalho daqueles profissionais beneficie os recebedores de mais-valia não trabalhadores, o caso é um pouco diferente: a mais-valia total apropriada por parte desses setores da sociedade simplesmente se traduzirá em uma elevação do volume de valores de uso apropriados por eles⁵⁰.

2.3.3 Trabalho doméstico

Para discutir a categoria de trabalho produtivo no que se refere às tarefas domésticas,

precisamos esclarecer algo antecipadamente. Trata-se simplesmente do verdadeiro conceito de força de trabalho.

Se perguntássemos qual o número máximo de horas que a força de trabalho pode operar durante uma jornada específica, a resposta óbvia seria 24. E isso durante um ou dois dias seguidos; talvez três. Mas, na verdade, essa resposta está errada.

O problema está no fato de que, ao pensar a força de trabalho, nossa visão não deve dirigir-se ao indivíduo, mas à sua família e isso por uma razão muito simples: o valor da força de trabalho deve incluir não só a reposição do desgaste ocorrido depois de um dia de trabalho de um indivíduo, mas deve considerar também a necessária reposição do próprio indivíduo, a partir do momento em que ele deixar de ser ativo. Assim, a reprodução do trabalhador pressupõe, obviamente, a reprodução da espécie. E esta pressupõe a existência e reprodução da mulher, do homem e de seus filhos.

Vamos supor uma família de trabalhadores produtivos, composta por mulher, homem e dois filhos. A jornada máxima da força de trabalho dessa família dependerá dos limites impostos pela legislação à jornada de trabalho individual e do número de membros da família que trabalha de maneira assalariada para o capital.

Vamos além do mais supor que se trata de uma família típica (o que, obviamente não corresponde à realidade, mas isso não importa aqui). O capital, para poder extrair mais-valia

dessa família e para fazê-lo de forma normal (e não como ocorre na realidade, pelo menos da periferia do sistema), precisa garantir sua adequada reprodução, remunerando-a por meio do salário, supostamente correspondente de maneira exata ao seu valor. Tal reprodução pressupõe a compra por parte dos trabalhadores tanto de mercadorias materiais como de serviços, sejam eles produzidos por empresas capitalistas ou por produtores independentes, submetidos ou não ao capital comercial. Já discutimos o caráter produtivo desse último tipo de trabalho.

Agora podemos perguntar: e se parte desses serviços ou dessas mercadorias produzidas não é comprada no mercado e é produzida no seio da própria família? O salário a ser pago normalmente à força de trabalho é, por essa razão, menor, o que significa maior lucro para o capital.

Para ser coerente com a linha de análise que apresentamos anteriormente (no caso dos serviços públicos e gratuitos de educação e saúde), deveríamos concluir que os serviços produzidos no seio da família de trabalhadores produtivos, são serviços produtivos; o labor realizado para obtê-los constitui trabalho produtivo, produz valor e esse valor vai ser em parte apropriado pelo capital que empregar aquela família de trabalhadores produtivos.

2.3.4 Conceituação alternativa de trabalho produtivo

Quase ao final dos *Aditamentos*, Marx (1980d) vai apresentar uma “definição acessória” para

a categoria de trabalho produtivo, que curiosamente termina identificando sua forma com seu conteúdo material. Isto é, para ser trabalho produtivo bastaria, no capitalismo desenvolvido, produzir valor de uso.

Isso poderia ser visto, se é que pode, como uma violação da perspectiva dialética; uma igualação forma-conteúdo. Mas a violação é pura aparência. Em que condições ele apresenta essa “definição”?

Ele vai supor um momento do desenvolvimento capitalista em que toda a produção da riqueza material da sociedade estivesse diretamente submetida ao capital:

[...] podemos, portanto, supor que o mundo inteiro das mercadorias, todos os ramos da produção material [...] estão sujeitos (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista (pois, essa tendência se realiza cada vez mais [...]). De acordo com esse pressuposto, que denota o limite e assim tende a ser cada vez mais a expressão exata da realidade, todos os trabalhadores ocupados na produção de mercadorias são assalariados [...] (MARX, 1980d, Aditamentos, p. 403).

Duas observações importantes. A primeira: no nosso entendimento, Marx não está aqui se referindo à riqueza material, opondo as mercadorias materiais aos serviços (às mercadorias-serviços). Na verdade, está se referindo ao conteúdo *material* da riqueza, isto é, ao seu conteúdo valor de uso, que engloba, também, os serviços produtivos⁵¹. A segunda observação é a de que, na reali-

⁵¹Na opinião de Beloto (2003, p. 65-66), aqui está a origem do erro de Mandel (1985) ao considerar que trabalho produtivo necessariamente se refere a trabalho produtor de mercadoria material, excluindo os serviços.

dade, não é possível pensar que existirá um momento em que o capital dominará diretamente a produção de todas as mercadorias materiais e os serviços produtivos, o conjunto da economia. Sempre haverá algum espaço, eventualmente cada vez menor, até o desaparecimento do capitalismo, para a produção independente (atividades domésticas de autoconsumo, produtores mercantis autônomos).

Tendo isso em consideração, o que Marx destaca é que, embora esse limite nunca chegue a ser alcançado, ele “[...] tende a ser cada vez mais a expressão exata da realidade [...]”; e dizia isso antes do final do século XIX! O que dizer nos dias de hoje? E qual é a conclusão que chega? Qual é a “*definição*” acessória?

Pode-se então caracterizar os trabalhadores produtivos... pela circunstância de seu trabalho se realizar em mercadorias, em produtos do trabalho, em riqueza material⁵². E assim ter-se-ia dado ao trabalho produtivo uma segunda definição, acessória [...] (MARX, 1980d, p. 403).

No mundo capitalista atual, em que até coisas que não são mercadorias e nem mesmo fruto do trabalho aparecem como se o fossem⁵³, e muito mais do que na época de Marx, *expressão praticamente exata do real* é considerar todo o produto do trabalho como mercadoria e como mercadoria capitalista. E isso independente de se tratar de produto material ou de mercadoria serviço produtivo. Assim, produtivos são os professores, os profissionais da saúde, os

⁵²Segundo nosso entendimento, riqueza valor de uso.

⁵³A honra, o voto parlamentar, a consciência, pelo menos muitas vezes.

assistentes sociais, os artistas, artesãos, camponeses, empregados domésticos... Não é necessário ser trabalhador assalariado do capital, nem mesmo assalariado, para ser considerado produtivo.

E então, a categoria de trabalho produtivo, agora, determina-se pelo seu conteúdo e não mais pela forma⁵⁴, mas isso justamente pelo fato de que a forma subordinou totalmente ou quase totalmente o conteúdo, e a dialética não foi violada.

2.4 A MODO DE CONCLUSÃO

Apresentamos acima um texto controvertido. Mas, estamos convencidos de que, para abordar o significado da categoria de trabalho produtivo, o ponto de vista adequado é o da totalidade e o da reprodução, ponto de vista esse que se opõe ao do ato individual e isolado. Aliás, esse é o único ponto de vista que nos permite alcançar a essência do real (LUKACS, 1974).

Isso significa que o que interessa, no capitalismo concreto, não é somente a produção de mais-valia, mas ela e a do resto do excedente-valor apropriado pelo capital. Com isso, a categoria de trabalho produtivo se amplia. Não interessa tampouco para a determinação do trabalho produtivo, o destino do produto desse trabalho, se o consumo produtivo, improdutivo ou suntuário.

Dessa maneira, além do que é normalmente considerado produtivo, também consideramos o trabalho de camponeses e artesãos,

⁵⁴Cf., nesse aspecto, a posição de Dierckxsens (2003, p. 175-176): "El derecho a un ingreso depende, bajo la racionalidad capitalista, del vínculo del mercado y más en particular de la inserción en el mercado laboral. Visto por el contenido y desde la óptica de la totalidad, los trabajos pagado y no pagado (el trabajo doméstico, el voluntario, etcétera) son (re)productivos. Cocinar en casa es tan productivo como hacerlo en calidad de asalariado en un restaurante. Así, ambos trabajos son igualmente improductivos si se dedican a actividades improductivas: vigilar como empresa un barrio es un trabajo tan improductivo como lo es cuidar la casa propia. En una economía de mercado, el carácter social del trabajo se manifiesta exclusivamente por el pago del

mismo, es decir,
por la forma.
La distinción
entre trabajo
productivo
y trabajo
improductivo,
desde la óptica
de la totalidad,
sólo se puede
regir por el
contenido”.

professores e profissionais da saúde, contabilistas e gestores ou administradores (em parte), profissionais do serviço doméstico.

E essa perspectiva fica reforçada pela “definição acessória” explicitada por Marx para um capitalismo avançado, em que todo o trabalhador (ou membro do trabalhador coletivo) que produz valores de uso, materiais ou não, é produtivo.

De fora da categoria ficariam os trabalhos e atividades relacionadas rigorosamente ao comércio, e a atividades do tipo como as seguintes: propaganda e publicidade, segurança, manutenção da ordem, da propriedade e da “justiça”, funcionamento do aparato político, elaboração e transmissão ideológicas, atividades militares etc.

2.5 Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BELOTO, Divonzir L. **O Capital de comércio de mercadorias**. 2003. Tese (Doutoramento em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2003.

BELUCHE, Olmedo. Os trabalhadores do Estado e a teoria marxista das classes sociais. **Marxismo Vivo**, n. 6, 2002. Disponível em: <<http://www.marxismalive.org/olmedo6port.html>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

BÖHM-BAWERK, Eugen von. La conclusión del sistema de Marx. In: HILFERDING et al.

Economía burguesa y economía socialista.

Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1974. (Cuadernos de Pasado y Presente, n. 49).

DIERCKXSENS, Wim. El ocaso de capitalismo y la utopía reencontrada.

Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2003.

DIERCKXSENS, Wim. Los límites de un capitalismo sin ciudadanía.

4. ed. San José: Costa Rica, 1998.

FIORITO, R. División de Trabajo y Teoría del Valor. Madrid: Felmar, 1974. (Comunicación série B, n. 36).

LUKACS, Georg. História e consciência de classe.

Lisboa: Publicações Escorpião, 1974. (Biblioteca e sociedade, 11).

MANDEL, Ernest. El capital:

cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. México, D.F: Siglo XXI, 1985.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio.

São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858.

15. ed. México: Siglo XXI, 1987.

MARX, K. O capital:

livro 1, Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. O capital:

livro 1, v. 1 e 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980a. ©1867.

MARX, K. **O capital**: livro 2, v. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980b.

MARX, K. **O capital**: livro 3, v. 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980c. ©1894.

MARX, K. **O capital**: livro 3, v. 5 e 6. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981. ©1894.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980d. v.1.

RUBIN, Isaak I. **A Teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TABLADA, Carlos; DIERCKXSENS, Wim. **Guerra global, resistencia mundial y alternativas**. 2. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

3

RICARDO E O FRACASSO DE UMA TEORIA DO VALOR⁵⁵

Para compreender os preços de produção, que aparecem na superfície, devemos procurar sua causa oculta, o valor. Quem não quiser fazê-lo ficará limitado ao mero empirismo. Renunciará a obter uma verdadeira explicação dos processos da economia capitalista (Roman Rosdolsky).

Neste capítulo apresentamos nossa interpretação sobre a teoria do valor de Ricardo (1973; 1983a; 1983b), que oferece alguns elementos originais e que procura entender logicamente o conjunto de suas afirmações contidas tanto no *Ensaio sobre o preço do trigo*, quanto nas três diferentes edições dos *Princípios*⁵⁶, bem

⁵⁵Texto original elaborado em 2002. Publicado em: CARCANHOLO, R. A. Ricardo e o fracasso de uma teoria do valor; (versão preliminar). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., 2002, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SEP, 2002.

⁵⁶A três edições, em língua espanhola, podem ser encontradas na edição da Fondo de Cultura Económica de México (RICARDO, 1973).

como no artigo denominado Valor absoluto e valor relativo. A interpretação se situa entre aquelas que sustentam que Ricardo nunca conseguiu uma solução satisfatória para os problemas que identificou.

O ponto de partida de Ricardo é a crítica da ideia, atribuída equivocadamente a Smith, de que uma elevação salarial eleva o valor das mercadorias e não altera o nível da taxa geral de lucro. É a partir daí que Ricardo adere à determinação dos preços relativos pelo trabalho contido ou incorporado. Nasce, então, as suas vacilações, hesitações e incoerências. Pouco de substancial e positivo agrega em defesa da perspectiva de ser o valor determinado pelo trabalho contido. Suas contribuições, que Marx acolhe e desenvolve muito mais, referem-se, na verdade, aos motivos pelos quais, no capitalismo, os preços jamais podem ser proporcionais ao trabalho incorporado. Marx se utiliza disso entendendo que a grandeza do valor não define diretamente as proporções de troca entre as mercadorias, mas representa a magnitude da riqueza social produzida; para ele, os preços de mercado devem corresponder aos preços de produção, supondo-se uniformidade da taxa de lucro. Depois de tudo podemos concluir que, afinal, Smith não se equivocara: os preços só são proporcionais às quantidades de trabalho contido nas mercadorias no “[...] estágio antigo e primitivo” (SMITH, 1983, p. 77) da sociedade.

Para que não haja dúvidas e surpresas, convém afirmar, desde já, que nossa in-

interpretação – embora se utilize dos avanços obtidos por Sraffa (1976; 1982), difere da apresentada por esse autor – tem como pano de fundo nossa perspectiva de que a teoria de Marx é, em todos os seus aspectos relevantes, insuperável. O fracasso da teoria do valor-trabalho em Ricardo está em pretender construir uma teoria do valor que seja imediatamente uma teoria dos preços e que o trabalho contido seja, de maneira direta, norma de intercâmbio.

3.1 Aspectos iniciais da Teoria Ricardiana

Não é de fácil compreensão a teoria do valor de David Ricardo. E a principal explicação para isso não está no fato de que ele possuía, como é bem sabido e por ele reconhecido explicitamente, dificuldade em expor suas ideias com clareza. Em nossa opinião, o problema encontra-se especialmente na obscuridade de suas próprias ideias, nas vacilações e hesitações que emergem de seus textos e, em particular, nas diferentes versões do primeiro capítulo de sua principal obra: *Princípios de Economia Política e Tributação*.

É bem conhecido o fato de que sua motivação inicial não era científica, mas política; isso fica muito claro no seu artigo *Ensaio sobre o preço do trigo* (RICARDO, 1983a). Tratava-se de demonstrar que os interesses dos proprietários da terra eram contrários aos do resto da sociedade e que a livre importação de cereais do continente seria favorável aos lucros do capital e, em geral, para a economia inglesa.

3.2 O ensaio sobre o preço do trigo e as dificuldades ricardianas

No referido ensaio, Ricardo (1983a) apresenta o primeiro esboço de sua teoria econômica que, ao contrário de sua teoria do valor, é de fácil compreensão. Parte da suposição de que os salários reais são constantes e que não são introduzidas inovações tecnológicas na produção. Tais suposições são legítimas, pois o que interessa para ele é entender a relação mais abstrata entre a renda da terra e os lucros do capital, ao longo do crescimento econômico.

Sua análise parte de uma sociedade pouco desenvolvida, com população limitada, de maneira que, para que se produzisse toda a alimentação necessária para ela, ocupava-se somente uma parcela reduzida das terras mais adequadas, todas de uma mesma qualidade. Existia abundância desse tipo de terra e, por isso, elas eram livres no sentido econômico: seu uso não exigia pagamento de um preço (a renda).

A análise prossegue com a ideia de que a população cresce e também a produção dos alimentos necessários, bem como o capital necessário para isso. O crescimento dessa produção alcança tal dimensão que ocorre o esgotamento das terras mais adequadas e, dessa maneira, o capital se vê obrigado a ocupar um tipo de terra de segunda qualidade, seja por menor fertilidade ou por maior distância do mercado consumidor. Assim, o capital na pior terra (tipo B) obtém um excedente físico inferior ao obtido pelo mesmo volume de capital na terra de tipo A.

3.3 Sobre o que denominamos “efeito renda”

Se inicialmente supusermos a existência de homogeneidade entre os insumos (ou, o que no caso é a mesma coisa, entre o capital) do setor agrícola e o seu produto (trigo), fica fácil calcular a taxa de lucro daquele capital que opera nas terras do tipo B, uma vez que não depende dos preços relativos do sistema. É óbvio que, se não houvesse a suposta homogeneidade, a taxa de lucro não seria calculável antes de conhecidos os preços dos diferentes componentes do capital e do produto. Um setor com essas características é chamado setor homotético⁵⁷.

A taxa de lucro dos capitais que operam nas terras do tipo B será, assim, menor que a que era obtida (antes do início da utilização desse tipo de terra) pelos capitais que operavam nas do tipo A. Como, na teoria de Ricardo, a uniformidade da taxa de lucro dos diferentes capitais é um pressuposto fundamental, o excedente físico obtido nas terras do tipo A que supere em volume aquele necessário para remunerar o capital que ali opera, se transformará em renda da terra, que será apropriada pelos seus proprietários.

Assim, os donos de terras, que se consideram como pessoas diferentes dos proprietários do capital, aparecem como aqueles que se apropriam do excedente físico que, nas terras do tipo mais adequado, supera o necessário para pagar aos empresários a taxa média de lucro, definida sempre pela terra de pior qualidade.

⁵⁷Embora Ricardo nunca tenha explicitado claramente esse entendimento e as implicações dele (o fato de que a taxa de lucro, assim, determina-se independente dos preços), Sraffa (1982, p.14) apresenta argumentos para sustentar que ele estava implicitamente presente no texto ricardiano.

O crescimento da população segue seu curso. Novas terras serão ocupadas, cada vez menos adequadas. A renda fundiária exigida pelo proprietário de qualquer terra cresce quanto maior a diferença de qualidade ou distância do mercado em relação àquela ocupada que seja a menos adequada. A pior terra não exige renda; estamos tratando, pois, de um tipo de renda que se conhece como renda diferencial.

Dessa maneira, a terra de pior qualidade é a que determina a taxa de lucro do setor agrícola. Já vimos que, por ser o setor agrícola um setor homotético, sua taxa de lucro fica determinada independente dos preços relativos. Por isso, alterações nestes preços não afetam a magnitude dela. Se o pressuposto básico é a existência de uniformidade da taxa de lucro, a taxa de lucro de cada um dos demais setores, quando diferente daquela do setor agrícola, terá de ajustar-se e isso devido à concorrência e à mobilidade dos capitais. O mecanismo desse ajuste é a modificação dos preços relativos. Dessa forma, todos os setores não agrícolas, por meio da mudança em seus preços relativos, ajustarão sempre suas taxas de lucro à do setor agrícola, garantindo a referida condição de uniformidade.

Estamos frente ao que poderíamos denominar *efeito renda*: com o aumento da população e o crescimento econômico, parcela crescente do excedente físico deixa de ser apropriado pelo capital e se transforma em renda fundiária, apropriada pelos donos da terra. Como consequência, o crescimento econômico implica

uma progressiva redução da taxa de lucro dos capitais e elevação da riqueza apropriada pelos possuidores de terra.

3.4 Sobre o que denominamos “Efeito Preço”

Os proprietários da terra, além de se beneficiarem de um cada vez maior volume de renda fundiária, em termos físicos, beneficiam-se também de outro resultado do crescimento econômico. É o que afirma Ricardo. Com o aumento da produção agrícola e com a crescente dificuldade de produzir esses bens, em razão do uso de terras cada vez menos adequadas, os preços relativos de seus produtos tendem a elevar-se⁵⁸. Dessa maneira, os donos da terra beneficiam-se pelos dois lados: pela crescente renda fundiária em termos físicos e, adicionalmente, pelos crescentes preços dos bens agrícolas que formam o conteúdo da renda que recebem dos empresários capitalistas.

A partir da referência de Ricardo às variações dos preços relativos, é possível fazer-lhe uma crítica relevante, que é o que passamos a explicar⁵⁹.

A suposição de que o setor agrícola apresenta homogeneidade insumo/produto e que, portanto, é um setor homotético, constitui obviamente uma simplificação excessiva da realidade. Sem dúvida, é indispensável considerar, entre os insumos do setor agrícola, a existência de produtos do setor manufatureiro. Estes, ao lado dos que se originam do próprio setor agrícola, são elementos

⁵⁸Para Ricardo, os preços relativos ou, o que é a mesma coisa, os valores, determinam-se pela dificuldade de produção. Isso é o que ele afirma nos *Ensaio*s.

⁵⁹Segundo Napoleoni (1983, p.90), ainda durante a redação do *Ensaio*, Ricardo já tinha consciência da dificuldade: “Dessas colocações decorrem problemas acerca dos quais pode-se afirmar que Ricardo já possuía ciência durante a redação do *Ensaio*. Entretanto, a reflexão completa a esse respeito pertence ao período imediatamente posterior à publicação dessa obra, e seus frutos se encontrarão, mais tarde, nos *Princípios* de 1817, os quais, iniciados como uma ampliação do material contido no *Ensaio* de 1815, acabarão por se transformar em obra independente, precisamente em virtude do amadurecimento no tratamento dado àqueles problemas”.

materiais que compõem seu capital, não só de sua parte constante (nas palavras de Marx), mas também da variável. Afinal, na cesta de consumo dos trabalhadores agrícolas entram direta ou indiretamente bens manufaturados.

Pois bem, abandonemos agora, por ser muito irreal, a suposição de homogeneidade insumo/produto no setor agrícola. Nessas condições, a conclusão de Ricardo de que os preços agrícolas tendem, com o crescimento econômico, a elevar-se em relação aos dos produtos dos demais setores, implicará um problema para sua teoria, como veremos agora.

A taxa de lucro dos capitais que operam na agricultura, com o abandono da suposição de homoteticidade, não pode mais ser calculada em termos físicos: ela não é mais independente dos preços. Com o crescimento econômico e a progressiva maior dificuldade de produzir bens agrícolas, seus preços elevam-se e isso terá um efeito positivo sobre a taxa de lucro do setor: é o *efeito preço*.

Explicando melhor: a elevação do preço do cereal significa que seu preço relativo se elevou em relação aos outros produtos, em particular aos do setor manufatureiro. Como no setor agrícola o produto teve preço majorado em relação a alguns de seus insumos, sua taxa de lucro tenderá a aumentar.

A mesma variação (de preços, RC) atua [...] de forma favorável sobre a taxa de lucro uma vez que, levando-se em conta que na agricultura o lucro é constituído

pelo cereal, ao passo que o capital constitui-se apenas em parte pelo cereal, a relação entre lucro e capital aumenta quando aumenta o preço do cereal em face dos demais meios de produção (NAPOLEONI, 1983, p. 91).

Chegamos então a uma dificuldade. Por um lado temos o efeito renda: com o crescimento econômico (crescimento da população e da produção de alimentos, com o consequente uso de terras cada vez menos adequadas), tende a diminuir a taxa de lucro do sistema, em razão da elevação da renda fundiária. Por outro lado, temos o efeito preço. Que implicação tem esse efeito sobre a taxa de lucro da economia? A taxa de lucro do setor agrícola tende a crescer e, como consequência, também cresce a taxa geral da economia. Os dois efeitos são opostos.

O problema que se apresenta agora é: qual dos dois efeitos prevalece? Ou melhor, qual dos dois é mais forte para determinar o destino da taxa de lucro da economia? E esse não é um problema menor, pois, para Ricardo, a taxa de lucro é a variável chave que determina o ritmo do crescimento econômico, da capacidade de produção de riqueza.

É bem verdade que a concepção de Ricardo sobre riqueza e excedente, entendendo-os singelamente como um conjunto heterogêneo de bens⁶⁰, sugeria-lhe que, se os salários são fixos e se a tecnologia não se altera, uma elevação da renda fundiária deve, necessariamente, produzir uma redução na taxa de lucro. No entanto, não era suficiente essa intuição; seria necessária uma

⁶⁰Trata-se de uma perspectiva trivial e primitiva de riqueza física, material (Cf. RICARDO, 1982, cap. XX), que já havia sido superada, na história do pensamento econômico, por Adam Smith e, posteriormente, desenvolvida plenamente por Marx.

⁶¹Cf. Sraffa (1982) e Guerrero (1997, p. 150). É certo que Napoleoni (1983) nos explica que a solução, na verdade, encontra-se no setor manufatureiro e não no setor agrícola. Pode-se mostrar que, naquele, há uma tendência à redução da taxa de lucro; logo, tendo-se presente o pressuposto de uniformidade, a taxa de lucro do setor agrícola também tende a diminuir. "Nessas condições, o fato de que a taxa de lucro na agricultura tende a diminuir pode ser demonstrado unicamente através de referência ao processo que se desenrola na indústria. O aumento do preço do cereal - e, portanto, do custo do capital antecipado em salários - não é compensado, na indústria, por um aumento do preço do produto. Por essa razão, a taxa de lucro na indústria decai em razão de a concorrência fazer igualmente decair a taxa de lucro também na agricultura. Na verdade,

demonstração teórica desse fato. O efeito preço, observado na agricultura como setor não homotético, impedia tal demonstração. Colocava-se como indispensável construir uma teoria dos preços, de maneira a poder determinar se o efeito preço efetivamente não seria suficiente para contrabalançar o efeito renda.

Por essa razão⁶¹, Ricardo sente a necessidade de enfrentado-se o problema teórico da determinação dos preços relativos⁶². Toma consciência da necessidade de estudar o que denomina valor. Lança-se nessa tarefa teórica e, como resultado desse ponto de partida, surge sua principal obra: *Princípios de Economia Política e Tributação*. Suas dificuldades continuarão.

3.5 A Teoria Ricardiana do valor como teoria dos preços relativos

Talvez facilite nosso trabalho se fizermos um resumo do que terminou sendo a teoria do valor de Ricardo, na sua última versão, na terceira edição dos *Princípios*.

Dois detalhes iniciais, já mencionados aqui, são fundamentais para que se entenda adequadamente essa teoria. Em primeiro lugar, a questão econômica chave para Ricardo é a distribuição e, em particular, a taxa geral de lucro (a determinação do seu nível), pois é ela que determina o crescimento econômico. Em segundo lugar, a suposição que sempre estará presente em sua preocupação com o valor das mercadorias é a da uniformidade da taxa de lucro: todos os setores

econômicos e todas as empresas devem ter a mesma taxa de lucro.

Riqueza e valor são tratados como conceitos totalmente diferentes, pelo menos explicitamente no texto de seus escritos. Enquanto a riqueza está associada à abundância e é entendida como um conjunto heterogêneo de bens, o valor depende da dificuldade de produzir-se a mercadoria, em particular da quantidade de trabalho. Dada uma determinada quantidade deste, a riqueza pode crescer com o avanço tecnológico e consequente aumento da sua produtividade; a magnitude do valor, não.

Para Ricardo, pelo menos explicitamente, o valor é sempre preço relativo (valor relativo ou valor de troca⁶³) e sua teoria do valor resume-se basicamente a encontrar os fatores que determinam os preços relativos das mercadorias.

A teoria ricardiana do valor sustenta, na forma como aparece expressa pelo autor, que os preços relativos das mercadorias estão determinados fundamentalmente pela quantidade de trabalho incorporado nas mercadorias, mas sofrem alterações em razão de variações salariais, dada a existência de diferentes estruturas nos diversos capitais existentes na economia. Elevações de salário implicam redução da taxa geral de lucro, mas afetam diferencialmente as empresas, em razão de suas diferentes estruturas de capital. Assim, as taxas de lucro desajustam-se e, para se obter novamente a uniformidade, é necessário um reajuste na estrutura dos preços relativos.

porém, é exatamente a taxa de lucro industrial que regula a taxa de lucro agrícola, e não o inverso" (NAPOLEONI, 1983, p. 91). Napoleoni afirma ter-se inspirado em Marx para essa conclusão, quando esse autor expõe tese similar ao criticar J. Mill. De certa maneira, posteriormente, Ricardo (1973; 1982) reconhece essa questão nos Princípios. No entanto, Hunt (1987, p. 132) parece ter opinião diferente, afirmando que a ideia de que a taxa de lucro do setor agrícola determina a taxa da economia como um todo continua nos Princípios.

⁶²Cf. Sraffa (1982). Veja-se, também, Guerrero (1997): "Sraffa combateu a tendência neoclássica de ver-se em Ricardo um mero precedente da análise marginalista e ver-se, portanto, na sua teoria da renda o núcleo do sistema ricardiano. Sraffa, ao contrário, defendeu a teoria dos lucros como

o centro da teoria de Ricardo e demonstrou como a preocupação de Ricardo pelo valor foi um subproduto de sua preocupação com essa teoria" (GUERRERO, 1997, p. 150, tradução nossa).

⁶³Todas essas expressões são sinônimas de valor. Há em Ricardo a ideia, às vezes pouco clara, de valor absoluto, mas ele é um valor relativo particular, referido a uma mercadoria escolhida como padrão, como unidade de medida.

Esse é o resumo que podemos adiantar; agora, discutamos alguns dos pontos relevantes dessa teoria.

3.6 A Teoria Ricardiana do Valor em discussão

Na época de Ricardo, não seria possível construir uma nova teoria do valor, sem que o ponto de partida fosse uma crítica à perspectiva de Adam Smith. Isso em virtude do reconhecimento que A Riqueza das Nações desfrutava, então, entre os diferentes autores. Além disso, a concepção ricardiana sobre a natureza física e heterogênea da riqueza e do excedente, em nossa opinião, impunha-lhe não aceitar como válidas as conclusões smithianas sobre a determinação do valor pela soma de remunerações e a sua medida pelo trabalho comandado.

Por uma ou por outra razão, o fato é que a obra ricardiana parte de uma crítica radical à teoria do valor de Adam Smith. O próprio Ricardo sente-se na obrigação de desculpar-se por isso, já no prefácio dos Princípios:

Para combater opiniões aceitas, o autor julgou necessário assinalar mais particularmente aquelas passagens das obras de Adam Smith com as quais não está de acordo. Mas espera que não se pense, por esse motivo, que ele não participe, juntamente com todos aqueles que reconhecem a importância da Economia Política, da admiração que com justiça desperta a profunda obra desse celebrado autor (RICARDO, 1982, p. 40).

Já tivemos oportunidade de discutir as críticas que Ricardo apresentou à teoria smithiana e de mostrar o quanto foram incorretas e até injustas (CARCANHOLO, 1991; 1997; 1998). Não as lembraremos aqui; apenas mencionaremos, pois nos interessa para o propósito deste trabalho, que Ricardo entendia (e, na verdade, de maneira equivocada) que, na teoria de Smith, uma elevação dos salários resultaria em uma elevação no valor das mercadorias e não em uma redução dos lucros⁶⁴.

Essa conclusão lhe era inaceitável. Se partimos da idéia ricardiana de natureza física do excedente e da riqueza, alterações na distribuição da renda não podem alterar a magnitude deles, nem da riqueza e nem do excedente (se os salários fossem entendidos aqui, como em Sraffa, como parte do excedente). É por isso, em nossa opinião, que Ricardo não pode admitir a ideia smithiana de trabalho comandado, nem a de que o valor fique determinado por soma de remunerações.

É verdade que Ricardo, como já dissemos, faz explicitamente uma radical e inflexível distinção entre riqueza e valor⁶⁵, diferenciando-se, assim, tanto de Smith e de Say (RICARDO, 1982, cf. o cap. XX), quanto de Marx. Tivemos oportunidade de mostrar em outro lugar a genialidade de Smith que, mesmo não dispondo da perspectiva dialética do mundo, foi capaz de perceber a bidimensionalidade da riqueza capitalista (CARCANHOLO, 1991; 1998). É verdade que só em Marx essa bidimensionalidade ganha os adequados contornos dialéticos,

⁶⁴É verdade que, para Smith, uma elevação dos salários causará uma elevação dos preços naturais nominais, mas não dos preços naturais reais (que é o valor). Eles diminuirão, uma vez que o valor das mercadorias é a capacidade de comprar trabalho alheio. Para maiores detalhes veja-se capítulos seguintes deste livro. Também mostraremos, em capítulo próximo, que a taxa de lucro, dentro de uma teoria da distribuição coerente com o pensamento smithiano e totalmente derivada de sua teoria do valor, depende dos salários e da produtividade do trabalho no setor que produz bens de consumo dos trabalhadores, resultado similar ao de Marx e ao de Ricardo.

⁶⁵Guerrero (1997, p.144, tradução nossa) sustenta que um ponto importante no pensamento de Ricardo é a distinção que ele faz entre riqueza e valor: "Outro ponto

importante é a sua (de Ricardo) crítica aos autores que não distinguem entre valor e riqueza (Princípios, cap. XX). Para Ricardo, a introdução da maquinaria e a divisão do trabalho podem aumentar a riqueza produzida por um determinado conjunto de desenvolve a mesma quantidade de trabalho [...].”

⁶⁶Lembremos que foi só depois que iniciou a redação da 1ª edição dos Princípios, que Ricardo se deu conta do curioso efeito das mudanças salariais sobre os preços relativos. Pode ser que isso tenha reforçado sua idéia de distinção radical entre valor e riqueza, mas a busca de uma mercadoria padrão perfeita mostra que, depois, continuou intuindo que o valor seria a medida da riqueza: “Foi só depois do aparecimento do Ensaio

mas a postura smithiana, por anterior, sugere a pobreza do pensamento formal de Ricardo e o retrocesso que a concepção ingênua de riqueza, como conjunto heterogêneo de bens, implicou para o desenvolvimento da economia política crítica.

No entanto, parece-nos que, apesar da mencionada distinção entre valor e riqueza, a obsessiva busca da mercadoria padrão por Ricardo, e a ideia de valor absoluto que está associado a ela, relaciona-se com um inconsciente desejo seu de utilizar o valor como medida da riqueza. Voltaremos a esse assunto com mais detalhe depois.

Por ora, fiquemos com a ideia de que, justamente por ser o volume total de riqueza (concebida como física) constante, o valor para Ricardo não pode sofrer alterações frente a mudanças nos salários⁶⁶.

Assim, não aceitando o princípio da soma de remunerações de Smith como determinante do valor e do trabalho comandado como sua medida, que alternativas lhe restavam a Ricardo? Não tinha muitas opções. Nessas condições, chegar a sustentar que era o trabalho incorporado o que determina os preços relativos era um passo muito pequeno⁶⁷. E isso é o que ele faz já no título da primeira seção do capítulo I de Os Princípios:

O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho (RICARDO, 1982, p. 43)⁶⁸.

Dessa maneira, na sua exposição final e mais acabada, na 3a edição dos *Princípios*, inicialmente as alterações na distribuição, em particular nos salários, não modificam os preços relativos, isto é, os valores das mercadorias; eles dependem do trabalho incorporado nelas. Isso significa que os preços relativos de duas mercadorias quaisquer deveriam ser proporcionais aos trabalhos contidos nelas e que mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho teriam valores iguais. Mas isso só inicialmente, pois a continuação e no mesmo capítulo, a ideia de Ricardo se altera: modificações salariais são entendidas como uma segunda causa para a variação dos valores, embora não tão significativa quanto o trabalho incorporado.

Não há dúvidas de que se trata, mesmo nessa exposição final, de um texto confuso; as ideias são confusas. Talvez a interpretação mais aceitável sobre essa dificuldade na exposição ricardiana sobre o valor seja a de Hunt, que sustenta que o trabalho só aparece como determinante numa primeira aproximação⁶⁹:

Ricardo formulou a teoria, apresentada, primeiro, como a hipótese simplificada de que os preços das mercadorias eram estritamente proporcionais ao trabalho nelas empregado, durante o processo produtivo. Depois, descreveu com algum detalhe como este princípio simples teria que ser modificado, devido a uma variedade de circunstâncias especiais. Acreditava que estas modificações fossem inteiramente explicáveis de modo siste-

e no processo de escrever os *Princípios* que Ricardo 'descobriu' o 'curioso efeito' – como o chamou – que uma elevação nos salários (tem) sobre os produtos da indústria na qual se utiliza uma quantidade de capital fixo relativamente grande; isto é, que seus preços diminuíssem realmente (com a conseqüente queda dos lucros)" (DOBB, 1976, p. 95, tradução nossa). O fato de esse curioso efeito ter sido apresentado na 1a edição como uma vitória sobre Smith, pode tê-lo feito despreocupar-se da outra questão, isto é, do valor como medida da riqueza.

⁶⁹ Claro que outras possibilidades existiam, mas ficavam descartadas para Ricardo. Guerrero (1997) afirma sobre Ricardo: "[...] são muito importantes também as críticas que faz tanto à teoria

da oferta e da demanda, como à vinculação da teoria do valor com a utilidade e a escassez". (GUERRERO, 1997, p. 143, tradução nossa).

⁶⁸É verdade que a subdivisão do cap. I e o nome citado da primeira seção é da 2a edição e não da 1a (SRAFFA, 1982, p. 28).

⁶⁹Ou então, como aparece algumas vezes em Sraffa: como a existência de exceções à regra geral (SRAFFA, 1982).

⁷⁰Na teoria de Marx, diferente composição orgânica do capital e diferente rotação das distintas partes do capital.

⁷¹Isso se a mercadoria usada como padrão dos preços for tal que sua produção tenha sido feita por capital com estrutura média ou, pelo menos, intermediária.

mático e coerente e que, portanto, não constituíam argumentos contra a teoria do valor-trabalho, mas que mostravam, isto sim, a complexidade e o realismo da teoria (HUNT, 1987, p. 119).

O problema que se apresenta para Ricardo, ao sustentar inicialmente que os preços relativos são exatamente proporcionais aos trabalhos incorporados, como já dissemos, está relacionado com a suposição de permanência da uniformidade da taxa de lucro nos diferentes setores e nas diferentes empresas. É até intuitivo que uma modificação salarial, supondo a renda fundiária igual a zero (ou, pelo menos, constante) implicará uma alteração inversa na taxa geral de lucro. Como as empresas operam com diferentes estruturas de capital⁷⁰ (em particular, com diferentes proporções de salário no capital total), algumas serão mais afetadas que outras por uma, por exemplo, elevação dos salários. Assim, as taxas de lucro tenderão a diferenciar-se, favorecendo aquelas empresas com menor proporção de salários no seu capital. Para que se alcance novamente a uniformidade da taxa de lucro, é necessário um reajuste na estrutura global dos preços relativos, fazendo com que alguns preços se elevem e outros baixem⁷¹. Dessa forma, uma proporcionalidade preços/trabalho incorporado, caso existisse, desapareceria.

De fato, na seção IV do cap. I dos Princípios, em que introduz a existência de diferentes estruturas do capital nos distintos setores econômicos, Ricardo sente necessidade de modificar suas afirmações iniciais. No próprio título da seção afirma:

O princípio de que a quantidade de trabalho empregada na produção de mercadorias regula seu valor relativo é consideravelmente modificado pelo emprego de maquinaria e de outros capitais fixos e duráveis (RICARDO, 1982, p. 52).

Na seção seguinte do mesmo capítulo, a questão é reforçada com a introdução das diferentes “durabilidades do capital” e do desigual “tempo de retorno” e que, na terminologia e na análise (embora quase desconhecida, mas muito mais precisa de Marx) resume-se a diferentes tempos de rotação das distintas partes componentes da magnitude do capital. Na verdade, a conclusão de Ricardo é bem conhecida:

[...] convém observar que Adam Smith e todos os autores que o seguiram, sem nenhuma exceção que eu saiba, sustentaram que um aumento no preço do trabalho seria uniformemente acompanhado por um aumento no preço de todas as mercadorias. Espero ter conseguido mostrar que tal concepção não tem fundamento, e que só aumentariam aquelas mercadorias nas quais se utiliza menos capital fixo que na medida-padrão pela qual se estima o preço, e que todas aquelas nas quais se empregasse mais capital fixo teriam seu preço positivamente reduzido quando os salários aumentassem. Ao contrário, se os salários diminuíssem [...] (RICARDO, 1982, p. 35).

É dessa maneira que Ricardo se sente obrigado a abandonar sua ideia inicial de que as alterações na distribuição da renda não alteram os preços⁷²:

Essa diferença no grau de durabilidade do K fixo e as variações nas proporções

⁷²“A tese inicial de Ricardo é que uma elevação dos salários somente tem efeito sobre os lucros e sobre a taxa de lucro (que descerão), mas não sobre os preços. No entanto, depois das críticas recebidas de Malthus sobre este aspecto, cf. Hunt (1987). Ricardo reconhece que foi um erro [...]” (GUERRERO, 1997, p. 145, tradução nossa).

⁷³Um pouco depois dessa passagem, Ricardo agrega aos dois fatores mencionados (proporção k fixo circulante e durabilidade do K fixo) uma terceira: tempo em que a mercadoria tarda em ser lançada ao mercado (esta última só aparece na 3ª edição, como consequência de uma observação de um de seus críticos) (SRAFFA, 1982, p. 21). "Não é preciso acrescentar que as mercadorias que têm a mesma quantidade de trabalho gasta em sua produção terão valores de troca diferentes, se não puderem ser lançadas no mercado ao mesmo tempo" (RICARDO, 1982, p. 56).

⁷⁴Marx se dá conta disso nos preços de produção e nas Teorias da Mais-Valia, como bem assinala Napoleoni (1975, p. 106).

em que se podem combinar os dois tipos de capital introduzem outra causa, além da maior ou menor quantidade de trabalho necessária à produção de mercadorias, das variações do valor relativo das mesmas: esta causa é o aumento ou redução do valor do trabalho⁷³ (RICARDO, 1982, p. 53) .

Logo mais poderemos mostrar que, colocado o assunto nesses termos, esconde-se, na verdade, a questão principal da economia política. Veremos que, como já assinalara o criticado Smith, o que está por trás de tudo isso é que, na sociedade capitalista, com a acumulação de capital e com a exigência deste de lucros (e a suposição teórica normalmente é a da uniformidade da taxa de lucro), os preços não podem ser proporcionais aos trabalhos incorporados⁷⁴.

3.7 A mercadoria padrão

A verdade é que a ansiosa busca de uma mercadoria padrão, ou das condições para sua existência, por parte de Ricardo, é algo que deve intrigar qualquer leitor com alguma informação sobre a teoria do valor. Qual é o objetivo de determinar com precisão essas condições?

Talvez, justamente do anterior, isto é, da variabilidade dos preços em função de alterações nos salários, derive a maior relevância do conceito ricardiano de mercadoria padrão, pelo menos tal como aparece apresentado na terceira edição dos Princípios.

É verdade que, nas duas primeiras edições, a questão das variações salariais, como fa-

tor de alteração dos preços, apresenta-se de maneira diferente e ali, a mercadoria padrão deve responder a uma preocupação distinta. É provável que esteja relacionada com a crítica que Ricardo faz a Smith sobre o uso do trabalho como medida do valor. Nela, o argumento de Ricardo é de que, como os salários podem variar, varia o valor do trabalho. Como sabemos na teoria de Smith a variação salarial é entendida como uma modificação inversa no valor dos bens que compram o trabalho (isto é, dos bens-salário).

Apesar disso, não é fora de propósito pensar que, na terceira edição de sua obra, Ricardo tenha atribuído outro e mais importante objetivo à questão da mercadoria padrão e a tenha pensado como uma salvação para a dificuldade de sustentar a teoria do valor-trabalho frente aos efeitos, sobre os preços relativos, das modificações salariais. Essa é nossa interpretação.

No entanto, Sraffa (1982) dá uma resposta diferente e que é a seguinte:

[...] o problema que mais o interessou não era o de encontrar uma mercadoria real que medisse com precisão o valor do trigo ou da prata em diferentes épocas ou lugares, mas sim o de encontrar as condições que uma mercadoria teria de satisfazer para ter um valor invariável – e nisso quase chegou a identificar o problema da medida com o da lei do valor (SRAFFA, 1982, p. 20).

E, em seguida, cita uma carta de Ricardo a McCulloch de 21 de agosto de 1823:

Não é claro, então, que assim que obtivermos o conhecimento das circunstâncias que determinam o valor das mercadorias estaremos em condições de dizer o que é necessário para contar com uma medida invariável do valor? (SRAFFA, 1982, p. 20).

A interpretação de Sraffa teria mais força se a carta de Ricardo fizesse a pergunta de maneira invertida (se encontrássemos as condições para que uma mercadoria tivesse valor invariável, não teríamos descoberto os determinantes do valor?); mas não o faz.

Sem poder afirmar que essa interpretação de Sraffa seja desprovida de lógica e independente da anterior, a nossa é diferente. Apresentando-a de outra maneira, acreditamos que a angustiante busca de uma mercadoria padrão por parte de Ricardo ou, o que aqui é a mesma coisa, das condições para encontrar uma medida invariável, está relacionada com uma associação talvez inconsciente desse autor: se a riqueza é invariável frente às variações na sua distribuição - e isso por ser a riqueza algo físico, material -, o valor tampouco deveria alterar-se frente a variações salariais. É justamente essa associação que explicaria o vigor da recusa ricardiana em aceitar a teoria de Smith de que o trabalho comandado é a medida do valor e que este se altere com uma mudança salarial.

Se de fato existe essa associação riqueza/valor no obscuro pensar ricardiano, o valor deveria estar totalmente determinado pelo trabalho incorporado (e essa é a afirmação categórica de Ricardo na primeira parte do

cap. I dos Princípios). Como isso não é possível devido às diferentes estruturas dos capitais e à suposição de uniformidade da taxa de lucro, talvez pudéssemos nos contentar com uma mercadoria que, funcionando como padrão, permitisse que, pelo menos no total, a soma dos valores relativos permanecesse constante.

Assim, na 3ª edição dos Princípios, a mercadoria a ser escolhida como padrão deveria ser tal que, frente a mudanças nos salários, os preços relativos que se elevam deveriam ver-se compensados precisamente pelos que diminuem, de maneira que, no total, a soma dos preços relativos de todas as mercadorias da economia, medidos por aquele padrão, não se alterasse. Seria uma forma de sair honrosamente do embate com Smith: os preços alteram-se (Smith tem razão), mas uns sobem e outros descem (Smith não tem razão) e, no total, os preços permanecem (Smith equivocou-se totalmente)⁷⁵.

Depois da radical crítica acadêmica a Smith, apresentada no início do primeiro capítulo dos Princípios, a saída anterior pode até ser considerada honrosa, mas não é aceitável. Talvez justamente por isso e dessa maneira possa ser entendida a passagem de Ricardo que insinua pensar em uma mercadoria padrão para cada uma das mercadorias existentes na sociedade. Com isso, todos os seus preços estariam a salvo de alterações frente a mudanças na distribuição.

É verdade que pensar uma mercadoria padrão dessa forma é um completo despropó-

⁷⁵O valor absoluto, entendido como o faz Ricardo, como o valor relativo de uma mercadoria em relação à mercadoria padrão, passa a assumir função interessante. Com ela, a riqueza total, medida pelos preços, fica invariável frente a mudanças na distribuição. E, assim, os conceitos de riqueza e valor podem voltar a se conciliar na mente ricardiana, apesar da crítica feita a Smith. Trata-se de outra hesitação do pensamento ricardiano: se riqueza e valor possuem naturezas totalmente diversas, não tem sentido utilizar-se do valor como medida da riqueza. Se fizermos uso dele como medida real da riqueza, por que criticar Smith, como o faz Ricardo no cap. XX dos Princípios?

⁷⁶Hunt (1987, p.131) também parece indicar a mesma coisa, mas de maneira acrítica: "Seguia-se, desta definição de média (capital com estrutura média, RC), que os desvios para cima da média compensavam exatamente os desvios para baixo da média. Também se poderia deduzir que qualquer mercadoria 'produzida exatamente com as mesmas combinações de capital fixo e capital circulante que todas as outras', ou com a mesma combinação que a média social, 'seria uma medida perfeita de valor', porque seu preço dependeria somente do trabalho nela incorporado". - (o que aparece entre aspas simples é citação de Ricardo) - (Cf. também o parágrafo seguinte).

sito; muito mais para uma mente, como a de Ricardo, com profundo domínio da lógica formal. Mas é o que ali aparece no interior do capítulo I dos Princípios, na sua terceira edição. Vejamos: ele estava analisando as dificuldades que implicaria usar o ouro como a mercadoria padrão e mostrando que a quantidade de trabalho na produção dessa mercadoria varia, em particular, devido a inovações em sua extração/produção e, então, afirma:

Supondo-se inexistente essa variação e, portanto, que se necessita sempre a mesma quantidade de trabalho para obter a mesma quantidade de ouro, ainda assim o ouro não será uma medida perfeita de valor pela qual possamos, com exatidão, determinar as variações em todos os outros produtos, pois ele não seria produzido precisamente com as mesmas combinações de capital fixo e capital circulante que seriam utilizadas em todos os demais; nem com capital fixo da mesma durabilidade; nem demoraria exatamente o mesmo tempo para ser colocado no mercado. Seria uma medida de valor perfeita para todas as coisas produzidas sob as mesmas circunstâncias em que ele próprio é produzido, mas para nenhum outro (RICARDO, 1982, p. 59-60).⁷⁶

O que ele quer, então? Uma mercadoria padrão que seja produzida nas mesmas condições que cada uma das demais, sendo que cada uma delas se produz com estruturas diferentes de capital? Quer uma mercadoria padrão para cada uma das diferentes mercadorias, produzidas por capitais com distintas estruturas, mas que servisse como a mercadoria padrão de todo o sistema? As-

sim, convenhamos, cada mercadoria seria padrão de si mesma e a idéia de mercadoria padrão tornar-se-ia um *non sense*.

Mas, mesmo ficando com um conceito não irracional de mercadoria padrão, imaginando-a como aquela cuja quantidade de trabalho é invariável e que é produzida por um capital com estrutura média em relação aos três mencionados fatores, poderíamos nos atrever a dizer que muitas das hesitações de Ricardo derivam de sua dificuldade em encontrar uma mercadoria real que fosse aceitável para esse papel. Ricardo dedicou-se, no resto de sua vida, entre outras coisas, a encontrá-la e morreu frustrado. É verdade que, seu seguidor, Sraffa⁷⁷, resolveu o problema com a mercadoria padrão composta por determinadas proporções de mercadorias básicas. Mas sua solução padece de sérias debilidades, e o próprio Ricardo ficaria insatisfeito com elas. Baste que se diga que qualquer modificação tecnológica, em qualquer empresa do sistema, por menor que seja, faria com que a mercadoria padrão, antes escolhida, deixasse de servir. Assim, temos uma mercadoria padrão, mas só funciona para cada instante infinitesimal do tempo.

Mas, façamos uma concessão e esqueçamos essas limitações. Em algo poderíamos avançar se considerássemos a mercadoria padrão, mas com uma pequena mudança na sua definição. Se, ao invés de ser produzida sempre com a mesma quantidade de trabalho, sua produção sofresse alterações na produtividade do trabalho sempre igual à média das alterações da produtividade

⁷⁷Muitas vezes equivocadamente identificado como simpatizante ou mesmo continuador da teoria do valor de Marx, até por sua simpatia, grande amizade e solidariedade por Gramsci, preso nos porões fascistas. O fato é que simpatia política ou ideológica não é sinônimo de identidade teórica, nem mesmo de identidade político-ideológica. Estas são o resultado muito mais da razão e aquelas mais relacionadas com a emoção. O humanismo reformista, por exemplo, muitas vezes e até hoje (apesar do stalinismo) tem simpatias pela crítica marxista ao capitalismo.

nas outras mercadorias. Ela ganharia uma qualidade adicional: a de ser medida adequada, dentro da perspectiva de Ricardo, para a riqueza.

Dessa maneira, não só o valor ficaria, no conjunto da produção, invariável frente a alterações na distribuição, como seria capaz de funcionar como medida adequada da riqueza econômica, invalidando a preocupação de Ricardo expressa no cap. XX dos Princípios, pois, agora, no mesmo tempo de trabalho, com um aumento na sua produtividade, aumentaria a riqueza física produzida como também, na mesma proporção, o valor medido pela mercadoria padrão. O “valor absoluto” de Ricardo, isto é, o valor relativo das mercadorias, em relação à mercadoria padrão redefinida por nós, seria a própria magnitude da riqueza representada pelas mercadorias. E ficaria assim estabelecido mais um aspecto das hesitações de Ricardo na sua teoria do valor.

3.8 E a crítica ricardiana a Smith revela-se equivocada

Voltemos, neste momento, ao assunto da forma como Ricardo expressa sua grande dificuldade: modificações salariais alteram os preços relativos em razão da existência de capitais com diferentes estruturas. Trata-se de uma maneira enganosa de apresentar o problema.

Para mostrar a questão de maneira mais acertada, partamos de uma situação na que especificamente os preços sejam rigorosa-

mente proporcionais aos trabalhos incorporados. Como corretamente aponta Ricardo, devido à existência de diferentes estruturas dos capitais, qualquer mudança nos salários faz com que os preços, em maior ou menor medida, se alterem, deixando de ser proporcionais, não importa se sobem ou se baixam; só assim se restabelece a uniformidade da taxa de lucro.

Se prestarmos bem a atenção sobre o fato, podemos constatar que só haverá um nível geral de salários para o qual os preços serão proporcionais aos trabalhos incorporados, pois qualquer mudança nesse nível, por menor que seja, implicará alterações nos preços. De maneira nenhuma existirão dois ou mais níveis salariais compatíveis com aquela proporcionalidade.

Em outras palavras e para reforçar o anterior, podemos dizer que existe um único nível de salários, como proporção de toda a riqueza nova produzida, que garante a uniformidade da taxa de lucro, em condições de preços determinados pelos trabalhos incorporados. E agora podemos nos perguntar: será possível saber qual é esse nível de salários?

Uma coisa é certa, se elevarmos progressivamente os salários, a partir de um determinado nível, a taxa geral de lucro irá se reduzindo na mesma forma e haverá um momento em que (supondo renda fundiária igual a zero ou, caso contrário, pelo menos constante) ela será igual a zero. Obviamente, assim, quando ela for exatamente igual a zero, necessariamente haverá uniformidade da taxa de lucro se os preços forem proporcionais aos trabalhos incorporados, isto é,

⁷⁸Sraffa (1976, cap. III, §14, p. 222), por seu lado, também percebe que os preços só podem ser proporcionais aos trabalhos contidos quando a taxa de lucro é igual a zero. Cf. também Guerrero (1997, p. 156, tradução nossa): "Enquanto Smith e Ricardo, por diferentes motivos, encontraram razões circunstanciais pelas que, segundo eles, não era válida a teoria do valor-trabalho, o que se observa em Sraffa é um passo a mais na direção do abandono total dessa particular teoria, uma vez que sua vigência ficaria reduzida ao caso especial [...]". Nossa opinião difere um pouco da de Guerrero (1997), no sentido de que, no caso de Smith, a teoria do valor-trabalho mantém sua vigência, só que com as particularidades que a fazem diferente da teoria marxista. Por outro lado, de fato, concordamos com a apreciação que faz sobre Sraffa e Ricardo; vamos além, pois neste último

todos os capitais terão taxa de lucro nula.

Quaisquer outros preços determinariam lucros positivos para alguns setores (ou empresas) e negativos para outros. Qual é, então, nossa conclusão? Ela reconhece a total correção das afirmações de Smith nesse sentido: só no "estágio antigo e primitivo" da sociedade, quando ainda não haviam sido acumulados os "fundos" ou "patrimônio", os preços ficavam determinados pelos trabalhos incorporados. Assim, ironicamente, depois de toda a crítica de Ricardo e partindo de suas próprias conclusões, chegamos à confirmação de que Smith tinha toda a razão e, dessa maneira, a crítica que se lhe fazia (de possuir duas diferentes teorias do valor e de confundir, muitas vezes, trabalho contido com comandado) se desintegra totalmente. Tudo indica, no entanto e lamentavelmente, que Ricardo não se deu conta disso⁷⁸.

Assim, a teoria ricardiana do valor é um completo fracasso. A própria constatação do autor de que os preços não podem ser direta e totalmente determinados pelo trabalho contido é distorcida. Para ele, não é que as diferentes estruturas dos capitais impedem essa proporcionalidade sempre (salvo no caso limite e irreal de salário tais que a taxa de lucro seja igual a zero), para ele essas diferentes estruturas "[...] introduzem outra causa, além da maior ou menor quantidade de trabalho necessária à produção de mercadorias, das variações do valor relativo das mesmas: esta causa é o aumento ou redução do valor do trabalho" (RICARDO, 1982, p. 53). Dessa maneira, podemos afirmar categoricamente: Ricardo está errado. Não é que variações salariais consti-

tuam uma outra causa, embora de menor relevância, para variações do valor das mercadorias. Em nenhuma circunstância plausível, no capitalismo, os preços (ou valores como ele chama) podem ser proporcionais aos trabalhos incorporados⁷⁹. E essa já era uma constatação de Smith, criticada por Ricardo; foi também, posteriormente, uma conclusão de Marx com o seu conceito de preço de produção.

Ricardo não tem, no que se refere à teoria do valor, conclusões positivas⁸⁰. Apesar de não encontrar uma resposta satisfatória para a determinação do valor e de haver se atrapalhado nas suas deduções, talvez tenha um mérito teórico ou, se mais de um, talvez esse seja seu mérito maior: demonstrou, de maneira definitiva, inequívoca que, supondo uniformidade da taxa de lucro ou qualquer outra distribuição dos lucros entre os capitais (salvo se os lucros fosse proporcionais aos salários pagos), os preços das mercadorias não podem estar direta e imediatamente determinados pelo trabalho incorporado. Com ele, a ideia de preços proporcionais ao trabalho, dentro do capitalismo, ficou definitivamente abandonada.

É verdade que tal ideia já se encontra morta e sepultada desde a Riqueza das Nações, mas seu autor, Adam Smith, não chegou a explicitar com detalhe e de maneira conclusiva as razões para tal fato. Essa tarefa ficou, na história do pensamento econômico, reservada para Ricardo e talvez aí se encontre sua maior contribuição: não algo de positivo, que ele tenha proposto como resposta a uma questão teórica relevante, mas de negativo (a demonstração da impossibili-

encontramos uma tentativa fracassada de construção de uma teoria do valor-trabalho.

⁷⁹É verdade que Ricardo, como consequência das críticas que recebeu, a partir da 2ª edição dos *Princípios*, passa a mencionar o fato de que existe diferença entre os valores de duas mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho, se as estruturas dos capitais são diferentes. No entanto, privilegia a preocupação com o efeito das variações salariais sobre os preços relativos das mercadorias (SRAFFA, 1982, p. 24-25). É o próprio Sraffa (1982, p.25) quem diz: "Por outro lado, Ricardo não tinha um interesse especial no problema de saber por que duas mercadorias produzidas com as mesmas quantidades de trabalho não possuíam o mesmo valor de troca. Interessou-se por ele apenas para esclarecer até que ponto

os valores relativos eram afetados pelas alterações dos salários. Os dois pontos de vista, da diferença e das alterações, estão intimamente vinculados; apesar disso, a busca de uma medida invariável do valor, ponto crucial do sistema de Ricardo, nasce exclusivamente do segundo e não teria contrapartida numa investigação sobre o primeiro".

⁸⁰Nesse aspecto, temos uma posição diferente de Guerrero (1997, p. 143).

lidade do trabalho como explicação direta e imediata dos preços das mercadorias).

Sem dúvida, Marx se utilizou e é tributário dessas conclusões de Ricardo: deu a maior importância ao conceito de composição orgânica do capital (que aparece na teoria ricardiana como proporção entre capital fixo e circulante) e dedicou grande parte do livro 2 de *O Capital* aos problemas da circulação e rotação do capital (a mesma questão, como já dissemos, denominada por Ricardo "durabilidade do capital fixo" e "tempo em que a mercadoria tarda ao chegar ao mercado"). Enquanto Marx dedicou muitos capítulos a esses temas, Ricardo ficou limitado a duas ou três pequenas seções do capítulo I dos seus Princípios.

3.9 Palavras finais

Afinal, o que resta da *teoria do valor trabalho* de Ricardo? E a resposta só pode ser: muito pouco em termos positivos! Napoleoni (1983) refere-se a isso da seguinte maneira:

Tendo de fazer frente às dificuldades da teoria do valor-trabalho. Ricardo não consegue tomar outro partido senão contentar-se com uma determinação apenas aproximada do valor de troca (NAPOLEONI, 1983, p. 108).

Que pobreza teórica! E o próprio Napoleoni (1983) conclui:

Assim como é obvio que numa questão desse tipo a simples aproximação não pode ser tolerada [...], a investigação ricardiana deve ser considerada equivocada (NAPOLEONI, 1983, p. 109).

Nem mesmo a questão colocada mais acima, apresentada por Ricardo no Ensaio, sobre qual dos dois efeitos predominava (o efeito renda e o efeito preço) pode, com as indefinições sobre a determinação do valor, ser solucionada.

O interessante a ser destacado aqui é que, apesar de tudo, a teoria ricardiana continua desfrutando de certo prestígio, pelo menos em certos setores da economia crítica e até em economistas que apresentam certa simpatia por Marx.

É verdade que Ricardo, logo depois de sua morte, foi dura e generalizadamente criticado, em particular no que se refere à sua teoria do valor. Mas essa contestação teve origem conservadora e teve como motivação muito mais o fato de que sua teoria apresentava, então, a possibilidade de uso político perigoso por parte de alguns economistas radicais (DOBB, 1976, p. 111 e seguintes e também MEEK, 1971).

Por outro lado e talvez pela mesma razão, justifique-se a posição de Marx ao enfrentar-se às confusões de Ricardo. Sua postura benevolente no que se refere à teoria ricardiana do valor e a injustiça que, em certa medida, comete contra Smith, deve ter algo de político e transcender, em grande medida, o simplesmente teórico.

Marx e, sobretudo mais recentemente Sraffa, são, sem dúvida, responsáveis pelo prestígio que ainda desfruta Ricardo, apesar de todas as suas confusões, hesitações e incoerências.

É curioso constatar que, sem debilidades teóricas similares e, com uma teoria coerente, bem estruturada e sólida, com características que lhe permitem dar conta, com profundidade, da natureza, da fisiologia, das contradições, do desenvolvimento e das potencialidades e perspectivas da economia capitalista, a teoria marxista do valor seja alvo hoje, como tem sido desde sempre, das críticas mais agressivas. Em particular, a problemática dos preços de produção tem sido vítima de ingentes esforços para mostrar as supostas dificuldades de Marx. Seus próprios defensores, em nossa opinião, mais dificultam a compreensão do substantivo da problemática, que permitem avançar⁸¹. E essa crítica, pelo menos no que se refere à teoria dos preços de produção, tem encontrado a maioria de seus militantes entre aqueles que se colocam como anticonservadores. Como seria então essa fúria contra a teoria de Marx, se ela apresentasse, pelo menos em parte, debilidades similares às da teoria ricardiana do valor?

É verdade que Ricardo tem sido menos lembrado ultimamente, mesmo na sua versão sraffiana, mais radical por relegar a quase nada o papel teórico do trabalho. No entanto, nessa versão, de maneira consciente ou não, continua influenciando, e muito, amplos setores do pensamento crítico em economia. Afinal, aqueles que querem ser críticos, mas nem tanto, precisam de alguma sustentação teórica de última instância. É uma forma cômoda de não se render à profundidade do pensamento de Marx.

⁸¹Nossa perspectiva sobre os preços de produção encontra-se em Carcanholo (1983; 2000; 2001).

Sem dúvida, a crítica teórica tem muito mais de ideologia e política que de teoria. Mas isso não é nenhuma novidade: Ciência e Ideologia sempre estiveram juntas.

3.10 Referências

BLAUG, Mark. **História do pensamento econômico**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989. 837p. Título original: Economic theory in retrospect.

CARCANHOLO, R. A. La teoría del valor-trabajo y los precios de mercado. In: LOPEZ DIAS, Pedro. (Org.). **El capital, teoria, estructura y metodo**. 1. ed. Mexico, DF: Ediciones de Cultura Popular, 1983. v. 2, p. 225-271.

CARCANHOLO, Reinaldo A. O valor, a riqueza e a teoria de Smith. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 9, n. 15, p. 183-205, 1991.

CARCANHOLO, R. A. Determinação inequívoca do valor e da distribuição em Smith In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2., 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEP, 1997. p.192 – 209.

CARCANHOLO, R. A. Uma interpretação anti-ricardiana da teoria do valor em Adam Smith. **Revista Economia - Ensaios**, Uberlândia, v. 12, n. 2/v. 13, n. 1, p. 153-180, dez. 1998. Editada em 1999.

CARCANHOLO, R. A. O paradoxo da desigualdade dos iguais: incompreensões ricardianas sobre os preços de produção. **Revista Perspectiva Econômica**, Vitória, ano 1, v.1, n. 0, jan. 2000.

CARCANHOLO, Reinaldo A. As várias dimensões da dissimulação da origem da mais-valia (versão preliminar). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6., jun. 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEP, 2001. 1 CD-ROM.

CARCANHOLO, R. A. (Org). **Capital: essência e aparência.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARTELIER, Jean. **Excedente y reproducción:** la formación de la economía política clásica. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. 364p.

COUTINHO, Maurício C. **Lições de economia política clássica.** São Paulo: Hucitec, 1993. 220p.

DOBB, Maurice. **Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith.** Buenos Aires: Siglo XXI, 1976. ©1973. 329p.

GUERRERO, Diego. **Historia del pensamiento económico heterodoxo.** Madrid: Editorial Trotta, 1997. 276p.

HOLLANDER, Samuel. **La economía de David Ricardo.** México: Fondo de Cultura Económica, 1988. 677p.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico.** Rio de Janeiro: Campus, 1987. 518p.

MEEK, Ronald L. **Economia e ideologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 288p.

NAPOLEONI, Cláudio. Prólogo a la segunda edición. In: BIANCHI, Marina. **La teoría del valor desde los clásicos a Marx.** Madrid: Alberto Corazón Editor, 1975. p. 7-13.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 239p.

RICARDO, David. **Principios de economía política y tributación**. México: FCE, 1973. 332p.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286p.

RICARDO, David. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital (Ensaio sobre o preço do trigo). In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983a. p. 195-225.

RICARDO, David. Valor absoluto e valor de troca. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983b. p. 226-239.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 765p.

SRAFFA, P. Produção de mercadorias por meio de mercadorias. In: KEYNES, Kalecky, Sraffa, Robinson. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Economistas, tomo 47).

SRAFFA, P. Introdução. In: RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 3-35.

STIGLER, George J. **Historia del pensamiento económico**. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 1979. 230p.

4

UMA INTERPRETAÇÃO ANTI-RICARDIANA DA TEORIA DO VALOR DE ADAM SMITH⁸²

A teoria do valor de Smith é vista por muitos como confusa, incoerente, insatisfatória etc. Mas isso não passa de simples aparência e é o que procuraremos mostrar nas próximas linhas.

No nosso país, para o estudo de Smith, na graduação ou na pós-graduação, uma coisa indiscutível é que os estudantes encontram grande dificuldade para entender a teoria do valor desse autor, ou, no mínimo, ficam

⁸²Texto original elaborado em 1995.

Publicado em: CARCANHOLO, R. A. A teoria do valor e a mágica de Smith: uma interpretação anti-ricardiana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA, Niterói, 1996.

Anais... Niterói: UFF, 1996.

Também em: CARCANHOLO, R. A. Uma interpretação anti-ricardiana da teoria do valor em Adam Smith. **Revista Economia - Ensaios**, Uberlândia, v. 12, n. 2/v. 13, n. 1, p. 153-180, dez. 1998. Editada em 1999.

com uma visão absolutamente superficial dela. Aqueles professores que são obrigados a assumir a tarefa de transmitir essa temática, muitas vezes de maneira improvisada, também se enfrentam com dificuldades. Em nossa opinião, a maior dificuldade para que se entenda essa teoria, nos dias de hoje, está no fato de circular entre nós, na verdade, uma interpretação ricardiana, que a deforma e mutila.

Ricardo (1982) estrutura sua obra fundamental sobre a base de uma crítica à Riqueza das Nações de Smith que é, naquele momento, ponto de referência para qualquer abordagem científica sobre economia⁸³. A primeira seção do primeiro capítulo dos *Princípios* de Ricardo (1982) contém uma discussão sobre alguns aspectos da teoria smithiana do valor.

Ali, duas críticas fundamentais aparecem. A primeira no sentido de que existiria em Smith uma confusão entre trabalho contido e comandado, como se, para ele, ambos tivessem o mesmo resultado como determinantes dos valores relativos. A segunda, sobre a medida do valor, atribuindo a Smith duas medidas, o trabalho e o trigo, ambas inaceitáveis por terem valores variáveis, na opinião de Ricardo (1982).

O interessante a ser destacado aqui não é só que a crítica ricardiana é equivocada, fato, aliás, reconhecido por muitos nos dias de hoje. O que surpreende, na verdade, é que, sendo essa crítica ricardiana superficial e até ingênua, tenha influenciado tantos au-

⁸³“Durante meio século ou mais, aproximadamente até a publicação dos *Princípios* de J. S. MILL (1848), Adam Smith serviu de fonte onde o economista médio buscava seus conceitos fundamentais. Na Inglaterra, os *Princípios* de Ricardo (1982) constituíram um sério rival. Mas fora desse país, a maior parte dos economistas não esteve à altura de Ricardo, e o pensamento de Smith continuou sendo dominante” (SCHUMPETER 1971, v.1, p.189, tradução nossa).

⁸⁴O outro não é muito melhor: Napoleoni (1980).

⁸⁵Cartelier (1981) e Dobb (1976), por exemplo, embora não sejam propriamente textos didáticos e do primeiro não haja tradução para o Português até agora.

⁸⁶Por exemplo, percebe a diferença entre medida e determinação do valor. A bibliografia de inspiração ricardiana de melhor nível também o faz, cf. Cartelier (1981) e Dobb (1976).

⁸⁷Blaug (1989), por exemplo, usa tanto a linguagem tipicamente neoclássica, que prejudica sensivelmente a compreensão de Smith. Para autores dessa tradição parece existir uma única linguagem: a deles.

tores posteriores, inclusive Marx. Impressiona que, até hoje, ela tenha importância e influência.

É, em nossa opinião, justamente essa influência que dificulta, atualmente, a adequada compreensão da teoria smithiana do valor. Soma-se a isso o fato de que a bibliografia que utilizamos sobre Smith (1983), além de ser de origem ricardiana, não é a mais adequada. O livro de Napoleoni (1983), de ampla utilização entre nós para o estudo e o ensino de Smith, pelo menos no que se refere a este autor, é muito deficiente, confuso e equivocado⁸⁴. Na verdade, alguma bibliografia de inspiração ricardiana, muito melhor, pode ser encontrada⁸⁵.

A interpretação neoclássica da teoria smithiana do valor, embora não cometa os mesmos erros da crítica de Ricardo⁸⁶, também a deforma e, talvez, seja mais prejudicial ainda⁸⁷.

4.1 A determinação dos preços

Normalmente considera-se que a questão central a ser resolvida por uma teoria do valor é a explicação dos preços de mercado das mercadorias ou, o que termina sendo a mesma coisa, as proporções pelas quais elas se trocam no mercado. Isso na verdade não é certo. O próprio nome do mais famoso livro de Smith (1983) mostra que sua principal preocupação não eram os preços de mercado, mas a natureza da riqueza na época capitalista: *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Na-*

ções. No entanto, por questões didáticas, façamos uma concessão: comecemos pela pergunta relativa aos preços.

Como se **determinam**, para a teoria smithiana, os preços das mercadorias ou as proporções em que elas normalmente se trocam?

Na verdade, para esse autor, os preços das mercadorias (ou **preços de mercado**) flutuam em torno de um certo nível dependendo da relação entre a oferta e a procura. Esse nível em torno do qual oscilam os preços de mercado é o que ele chama de **preço natural** e fica determinado, na verdade, por seus custos de produção, onde estão incluídos os salários pagos para produzir a mercadoria, o lucro e a renda⁸⁸.

É verdade que, além dessas remunerações, os custos incluem os gastos com os insumos necessários para a produção, mas estes também são o resultado de uma produção anterior onde se pagam salários, lucros e renda, mais os insumos correspondentes. Assim, em última instância, os custos se resumem a uma soma das três remunerações⁸⁹.

É importante ressaltar, neste momento, que os preços naturais ficam determinados pelos salários, lucros e rendas pagos não a qualquer nível, mas a taxas naturais. Existiriam assim, em cada sociedade e em cada momento, níveis naturais das três remunerações que seriam os que determinariam os preços naturais:

⁸⁸ Usaremos a expressão *remunerações pagas na produção*, mesmo quando pequemos por falta de propriedade no que se refere ao lucro. Este é, na verdade, apropriado e não pago. [...] embora no linguajar comum, o que se chama custo primário de uma mercadoria não inclua o lucro da pessoa que a revenderá, se ele vender a um preço que não lhe permite a taxa comum do lucro nas proximidades, ele está tendo perda no negócio, já que poderia ter auferido esse lucro empregando seu capital de alguma forma diferente. [...] Portanto, se esses bens não lhe proporcionarem esse lucro, não lhe pagarão o que realmente lhe custaram (SMITH, 1983, p. 83).

⁸⁹ "Poder-se-ia talvez pensar que é necessária uma quarta parte, para substituir o capital [...] ou para compensar o desgaste [...] de equipamentos. Todavia, deve-se considerar que

o próprio preço de qualquer equipamento [...] se compõe também ele dos mesmos três itens enumerados [...] Eis por que [...] o preço total continua a desdobrar-se, diretamente ou em última análise, nos três componentes: renda da terra, salários e lucros" (SMITH, 1983, p. 79).

⁹⁰É importante considerar que o pressuposto básico para Smith é a existência de uniformidade da taxa de lucro, isto é, em todos os setores da economia prevalece a mesma taxa de lucro. Essa pressuposição básica é extremamente importante para entender a teoria do valor e também se encontra em outros autores como Ricardo, Marx, etc.

Em cada sociedade ou nas suas proximidades, existe uma taxa comum ou média para os salários e para o lucro [...]. Essa taxa é regulada naturalmente, conforme exporei adiante [...].

Existe, outrossim, em cada sociedade ou nas suas proximidades, uma taxa ou média de renda da terra [...].

Essas taxas comuns ou médias podem ser denominadas taxas naturais dos salários, do lucro e da renda da terra, no tempo e lugar em que comumente vigoram (SMITH, 1983, p. 83).

O próprio preço natural varia juntamente com a taxa natural de cada um dos componentes: salários, lucro e renda da terra; e em cada sociedade, essa taxa varia de acordo com as circunstâncias, sua riqueza ou pobreza, sua condição de economia em progresso, estacionária ou declinante (SMITH, 1983, p. 89).

A maneira pela qual se determinam as taxas naturais de salário, lucro e renda é um assunto que Smith (1983) procurou explicar em capítulos específicos, ainda na *Riqueza das Nações*.

Para maior facilidade na compreensão da forma como, para Smith, determinam-se os preços naturais e as proporções de troca entre as mercadorias, vamos utilizar um exemplo numérico simples. Consideremos duas mercadorias A e B e suponhamos as seguintes condições:

- taxa média de lucro anual⁹⁰ = 30%

- taxa de salário por hora = \$ 0,50

Imaginemos que para produzir uma unidade da mercadoria A sejam necessárias (incluindo o necessário para produzir os meios que contribuem para a produção de A):

- 500 horas de trabalho
- um capital anual médio desembolsado de \$ 200,00
- um pagamento pro rata de renda, pela terra necessária a produzir a mercadoria inclusive seus insumos (incluindo terreno da fábrica) e pelos recursos naturais (queda d'água, selva nativa etc.): \$ 40,00

Em resumo:

Para produzir uma unidade de A:

500 hs. de trabalho	-->	salário natural pago	=	\$ 250,00
capital = \$ 200	-->	lucro natural pago	=	\$ 60,00
uso de terrenos e recursos naturais	-->	renda natural paga	=	\$ 40,00
				Total
				\$ 350,00

Assim, o **preço natural nominal** (isto é, medido em dinheiro) da mercadoria A é \$ 350,00. Isso significa que, se essa mercadoria alcançar realmente esse preço no mercado, será possível pagar aos trabalhadores, ao empresário e ao proprietário da terra, salários, lucro e renda, as suas taxas naturais.

Vejamos agora a mercadoria B. Suponhamos que para produzir uma unidade dela, seja necessário:

7hs. de trabalho	-->	salário natural pago	=	\$ 3,50
capital = \$ 10,00	-->	lucro natural pago	=	\$ 3,00
uso de terrenos e recursos natu- rais	-->	renda natural paga	=	\$ 3,50

Total				\$ 10,00

Portanto, o **preço natural nominal** da mercadoria B é \$ 10,00. Assim, se os preços de mercado corresponderem, num determinado momento, aos preços naturais, e sendo o preço natural de A igual a \$ 350,00, a proporção de troca entre A e B, ou o que é a mesma coisa, o preço relativo ou o valor-de-troca será:

$$1 A = 35 B$$

Observe-se que, se no mercado prevalecer esse preço relativo (ou valor-de-troca), estarão garantidas as remunerações calculadas à base das taxas naturais: os salários, os lucros e as rendas. Só preços relativos como esses podem garantir as remunerações correspondentes às taxas naturais.

É indispensável também entender que, nas condições expostas, os preços relativos (ou, no caso, o preço relativo) não correspondem

às quantidades de trabalho contido. Isso ocorre porque nem o lucro, nem a renda são proporcionais às quantidades de trabalho contido nas mercadorias.⁹¹

4.2 Sobre a independência recíproca entre as remunerações

Essa forma de explicar a formação dos preços das mercadorias, por meio da soma das remunerações pagas, limitada somente a isso, teria uma consequência, que é importante assinalar neste momento. Trata-se do que podemos chamar de independência recíproca entre os três tipos de remuneração: salários, lucros e renda. Expliquemos um pouco mais o assunto.

Dizer que o preço **determina-se** por soma de remunerações significa pensar que qualquer alteração numa delas tem como resultado uma modificação no mesmo sentido e na mesma magnitude naquele. Assim, o preço seria a variável dependente e as remunerações seriam variáveis independentes. Existiria uma independência total e completa entre os três tipos de remuneração. Por exemplo, uma elevação dos salários naturais não modificaria nem os lucros nem a renda; o único efeito seria sentido na magnitude do preço.

Em alguns momentos, essa parece ter sido a opinião de Smith na Riqueza das Nações e isso foi criticado intensamente por Ricardo e por Marx. Por exemplo:

⁹¹Os lucros devem ser proporcionais ao capital utilizado para que se garanta a taxa uniforme de lucro. Só na sociedade "primitiva", onde lucro e renda são iguais a zero, os preços das mercadorias correspondem aos trabalhos contidos.

Antes de terminar esta questão, convém observar que Adam SMITH e todos os autores que o seguiram, sem nenhuma exceção que eu saiba, sustentaram que um aumento no preço do trabalho seria uniformemente acompanhado por um aumento nos preços de todas as mercadorias. Espero ter conseguido mostrar que tal concepção não tem fundamento [...] (RICARDO, 1982, p. 60).

Na teoria de Ricardo esse assunto é tratado claramente: há uma direta relação de dependência entre salário e lucro (ou excedente). Uma elevação dos salários implica necessariamente uma redução dos lucros (diminuição da taxa de lucro) e não uma modificação dos preços.⁹²

⁹²Na verdade, devido à necessidade da uniformidade da taxa de lucro, em Ricardo (1982) haverá, como ele mesmo sustenta, um efeito sobre os preços, elevando uns e reduzindo outros. No entanto, a consequência mais importante ocorre na taxa de lucro.

Na verdade, porém, a teoria smithiana do valor, se entendida corretamente e desenvolvida em todas as suas implicações, não comete o pecado de considerar independentes as remunerações, apesar do que o próprio Smith possa ter pensado em alguns momentos: ela é muito mais do que uma simples teoria dos custos de produção. Neste instante ainda não temos os elementos necessários para tratar adequadamente do assunto, mas voltaremos a ele ainda neste trabalho, embora uma discussão mais aprofundada não caiba aqui.

4.3 O círculo vicioso

Outra questão deve ser abordada a propósito dessa forma de conceber a determinação dos preços.

Smith recebeu de vários autores a crítica de que sua teoria dos preços implicava num círculo vicioso. Curiosamente tal crítica não aparece em Ricardo (1982). Aparece em Marx (1983) e em autores mais atuais. Vejamos em que consiste tal crítica, iniciando pelas palavras de Marx (1983):

[...] como determinar (em SMITH, RC) o valor dos meios de subsistência necessários e, portanto, das mercadorias em geral? Em parte pelo preço natural do trabalho. E como determiná-lo? Pelo valor das coisas necessárias à vida ou das mercadorias em geral. Um lastimável beco sem saída (MARX, 1983, p. 653).

E também:

Como se determina o preço natural dos meios de subsistência que determinam o preço natural do salário? Pelo preço natural do 'salário', do 'lucro' e da 'renda fundiária', e esses preços formam o preço natural desses meios de subsistência e o de todas as mercadorias e assim até o infinito. Tagarelar com a lei da oferta e da procura não serve para romper o círculo vicioso (MARX, 1980, p. 74).

Talvez as palavras de Blaug (1989) sejam mais esclarecedoras sobre o assunto. Esse autor não diz nada muito diferente sobre Smith do que disseram autores anteriores⁹³, mas talvez sua abordagem, neste aspecto, seja mais didática:

Uma teoria do valor baseada no custo de produção é obviamente vazia e sem significado se não incluir alguma explicação sobre a forma como os preços dos servi-

⁹³Cf. por exemplo Blaug (1989) e Schumpeter (1971).

⁹⁴Aqui, Blaug (1989) utiliza indevidamente uma terminologia típica do pensamento neoclássico ("serviços produtivos" dos fatores que contribuem para a produção da mercadoria: trabalho, terra e capital) para referir-se à teoria de A. Smith. É uma forma de induzir a uma interpretação autoritária.

ços produtivos⁹⁴ são determinados. Mas Smith não tinha nenhuma teoria consistente dos salários e das rendas, nem qualquer teoria do lucro ou do juro puro. Dizer que o preço normal de uma coisa é o preço que cobre exatamente os custos monetários é explicar os preços por meio de preços. Neste sentido, SMITH não tinha qualquer espécie de teoria do valor (BLAUG, 1989, p. 78).

Dmitriev (1977) também trata do assunto:

Nesse estado de desenvolvimento (antes de SMITH, RC), a teoria do custo de produção merece plenamente a crítica, feita tão freqüentemente à teoria do custo de produção em geral [...] que define o preço a partir de preços e que determina uma incógnita por meio de outras incógnitas [...].

É nos trabalhos de seu discípulo RICARDO onde a teoria do custo de produção foi completada. No entanto, o próprio SMITH fez muito para a resolução correta do problema. Desde logo encontramos em SMITH o enunciado preciso do problema colocado, o que é seguramente um passo muito importante para encontrar sua solução correta (DMITRIEV, 1977, p. 5, tradução nossa).

Afinal, essa crítica quando se refere a Smith é correta? Faltam ainda elementos para que possamos discutir o assunto com propriedade, o que pretendemos fazer mais adiante. De todas as maneiras podemos afirmar desde já que temos razões suficientes para concluir que a crítica não é adequada.

4.4 O trabalho como medida do valor e o preço real

Quando analisamos linhas acima os preços de mercado, fizemos questão de chamá-los preços nominais. Assim, \$ 350,00 era o preço nominal da mercadoria A e \$ 10,00 era o preço nominal de B. Essa é uma expressão do próprio Smith.

Por que ele os chama de preços nominais? Porque correspondem a preços em dinheiro, no nosso caso, em reais. Na verdade, Smith trabalha com um dinheiro ainda não tão desenvolvido como os da nossa época; ele trabalha com os metais preciosos como dinheiro, que é o que corresponde à sua época. O problema é que o dinheiro, ao longo do tempo e nos diferentes lugares, muda de valor e, portanto, não pode ser considerado um bom padrão de medida.

Smith (1983) não tem dúvida nenhuma em utilizar o trabalho como padrão adequado de medida do preço porque, segundo ele, tem valor invariável e permite comparar o preço das coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares. A razão explicitamente apresentada na Riqueza das Nações não é, na verdade, a razão de fundo. Foi justamente isso que permitiu o surgimento de muitas críticas à sua posição. Discutiremos esse assunto depois. No momento fiquemos com as alegações explícitas do autor. O trabalho teria valor invariável, pois:

Pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho têm valor igual para o trabalhador, sempre e em toda parte. Estando o

trabalhador em seu estado normal de saúde, vigor e disposição, e no grau normal de sua habilidade e destreza, ele deverá aplicar sempre o mesmo contingente de seu desembaraço, de sua liberdade e de sua felicidade. O preço que ele paga deve ser sempre o mesmo, qualquer que seja a quantidade de bens que receba em troca de seu trabalho (SMITH, 1983, p. 65).

Muito bem. Utilizemos, portanto, o trabalho como medida invariável de preço. Quais seriam os preços de nossas mercadorias A e B, medidos em trabalho?

Sabemos que os preços nominais de A e de B são, respectivamente \$ 350,00 e \$ 10,00. Sabemos também que a taxa de salários é de \$ 0,50:

$$\begin{aligned} 1 A &= \$ 350,00 \\ 1 B &= \$ 10,00 \\ s &= \$ 0,50 \end{aligned}$$

Para sabermos o preço em trabalho da mercadoria A, basta calcularmos quantas horas de trabalho podem ser compradas com \$ 350,00. Para isso, basta dividir 350 por 0,50 e o resultado é 700 horas. Assim, o preço natural da mercadoria A, medido em trabalho (chamado de **preço real**) é:

$$1 A = 700 \text{ hs. de trabalho}$$

Isso significa que, se eu for proprietário de uma unidade da mercadoria A, posso, no mercado (se os **preços de mercado**, naquele instante, corresponderem aos **pre-**

ços naturais), comprar 700 hs do trabalho de um pedreiro que me ajude a construir uma casa, por exemplo. Como posso fazê-lo? Vendo minha mercadoria por \$ 350,00 e com esse dinheiro posso pagar as correspondentes horas de trabalho do pedreiro, uma vez que o salário por hora (taxa de salário) é de \$ 0,50.

O preço natural em trabalho da mercadoria B será igual à quantidade de trabalho que pode ser comprada com \$ 10,00. Como a taxa de salário é \$ 0,50, o preço natural real da mercadoria B, será:

$$1 B = 20 \text{ hs. de trabalho}$$

(ou 20 horas de trabalho **comandado ou exigido**)

Esses, na verdade, são preços **naturais** reais, pois, se ocorrerem no mercado, permitirão pagar remunerações correspondentes às taxas naturais.

O certo é que quaisquer preços podem ser convertidos para o padrão **trabalho comandado**. Assim, se o preço da minha mercadoria A, no mercado, num determinado instante for \$ 300,00 e não os \$ 350,00 indicados, eu posso comprar 600 horas de trabalho do pedreiro, se o salário continuar a \$ 0,50. Assim,

$$1 A = 600 \text{ horas de trabalho}$$

é o preço real da mercadoria A, mas é o preço real de mercado naquele instante. O **preço natural real** continuará sendo

$$1 A = 700 \text{ hs de trabalho,}$$

⁹⁵Obviamente que, se o preço de mercado **real** da mercadoria A for de 120 horas de trabalho, esse será o trabalho comandado por ela. Porém, normalmente, quando se pergunta pelo trabalho comandado por uma mercadoria, se está perguntando pela quantidade de trabalho que ela compra no mercado em condições de correspondência com os preços naturais.

pois é ele que garante remunerações às taxas naturais.

Isso é o que se chama de trabalho comandado ou exigido: a mercadoria A pode comprar, comandar ou exigir pela sua troca, 700h de trabalho. O trabalho comandado pela (ou da) mercadoria A é essa quantidade⁹⁵.

4.5 O conceito de riqueza

Para que se possa entender a relação que existe entre valor e preço para Smith (1983) e, também, para se compreender a verdadeira razão pela qual ele utiliza o trabalho como medida invariável do valor, é indispensável partir de sua concepção sobre a natureza da riqueza. Por certo, em nossa opinião, esse é um tema muito mais relevante para Smith que o da determinação dos preços.

Durante os primeiros três capítulos da Riqueza das Nações, Smith (1983) concebe a riqueza das sociedades (ou dos indivíduos) como um conjunto maior ou menor de bens materiais úteis (ou seja, capazes de satisfazerem necessidades humanas) e produto do trabalho humano. Assim, riqueza é concebida como um conjunto heterogêneo de bens, e seu crescimento se explica pela divisão do trabalho:

É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios [...] que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo. Cada trabalhador tem para vender uma gran-

de quantidade do seu próprio trabalho, além daquela de que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade [...] de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens (SMITH, 1983, p. 45-6).

A amplitude da divisão do trabalho é permitida ou mesmo determinada pela extensão do mercado e quanto maior aquela, maior a capacidade do trabalho de produzir riqueza (bens materiais) no mesmo tempo e com o mesmo esforço.

No entanto, no capítulo quinto do mesmo livro, observa-se uma mudança de cento e oitenta graus na concepção do autor. A riqueza de um indivíduo em particular e, por extensão, da sociedade é ali entendida por Smith (1983) como a capacidade de comandar, controlar trabalho humano alheio. Já não é mais um conjunto heterogêneo de bens materiais, mas a capacidade de um indivíduo ou de uma sociedade comandarem maior ou menor quantidade de trabalhadores ou de horas de trabalho.

A riqueza é agora concebida como uma relação social de domínio sobre homens. Serei rico ou pobre, dependendo da minha capacidade de dispor ou comandar maior ou menor volume de trabalho alheio.

Com esta simples mudança de ideia sobre a natureza da riqueza - que pode inicialmente parecer pouco relevante - a economia política como ciência dá um grande salto de qualidade. É a partir daqui que Marx (1980; 1983; 1985) poderá construir seu enorme e insuperável edifício teórico para explicar a gênese, o desenvolvimento, o funcionamento e a tendência à superação do capitalismo.

É também a partir daí que Smith supera a grande dificuldade que posteriormente atormentará a vida científica inteira de David Ricardo: o problema da homogeneização, a dificuldade para avaliar o excedente e a busca de uma medida invariável do valor (RICARDO, 1982).

Mas, como é possível que Smith apresente duas diferentes concepções sobre a natureza da riqueza: uma nos primeiros capítulos e outra no capítulo quinto do mesmo livro? Não há uma incoerência nisso?

A correta resposta a essa pergunta é negativa. Na verdade, o ponto de partida para que Smith construísse sua segunda concepção foram justamente as ideias expressas nos três primeiros capítulos. Há, portanto, uma estreita relação entre as duas concepções sobre a natureza da riqueza econômica:

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. **Todavia**, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho.

A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade do serviço (do trabalho seria melhor, RC) que está em condições de encomendar ou comprar (SMITH, 1983, p. 63, os negritos são nossos).

Assim, a ideia de que riqueza é uma relação social de domínio tem como ponto de partida o fato de que ela está constituída materialmente por bens úteis, produto do trabalho; esse é o seu **conteúdo material**. A expansão das relações mercantis e a transformação da sociedade em um organismo subordinado ao mercado fazem com que a posse dos bens seja intermediada pelo domínio sobre os seus produtores: **a forma social da riqueza**, portanto, é o domínio sobre o trabalho alheio.

O interessante de tudo é que, mesmo não tendo uma concepção dialética das coisas - e, portanto, não tendo capacidade de compreender a unidade contraditória entre conteúdo material e forma histórica, Smith (1983) aferra-se à ideia de que a riqueza na época capitalista são duas diferentes coisas. Para Marx, isso não é nenhum problema: ao contrário da visão unidimensional do mundo e das coisas (produto de uma limitação do pensamento racional próprio da cultura ocidental) para ele tudo é bidimensional e é justamente essa bidimensionalidade das coisas que lhe permite entender que tudo está em constante desenvolvimento.

Embora não dispondo da visão dialética das coisas, a genialidade de Smith (1983)

lhe conduz à concepção sobre a bidimensionalidade da riqueza. No entanto, embora para Marx (1980; 1983; 1985) a riqueza seja **ao mesmo tempo, simultaneamente**, as duas coisas, Smith (1983) terá que encontrar uma forma de conviver com o fato das duas dimensões, incompreensível para a lógica formal. Assim, para ele, a riqueza representada por uma mercadoria qualquer será ora uma coisa ora outra dependendo da intenção do seu possuidor. Se seu desejo for o consumo desta coisa, a riqueza por ela representada estará constituída por sua materialidade útil; se o propósito for a troca por outra mercadoria, a riqueza representada por ela será sua capacidade de comprar trabalho alheio (SMITH, 1983, p. 63).

4.6 Riqueza, valor e medida

Como vimos, para Smith (1983), a riqueza é uma relação social de domínio sobre trabalho alheio. O trabalho, portanto, constitui o fundamento ou substância da riqueza e, por essa razão, a quantidade de trabalho é a magnitude ou grandeza da riqueza econômica; o trabalho é a sua medida.

Observemos uma mercadoria qualquer que tenha sido produzida com anterioridade, por exemplo A. Ela representa uma riqueza. Por quê? Seu proprietário, ao possuí-la, detém a capacidade de, em troca dela, obter certa quantidade de trabalho alheio, de impor a outrem o desprazer de realizar certo trabalho em determinada magnitude. De que maneira? Seja entregando-a diretamente em troca de trabalho, seja vendendo-

-a primeiro em troca de dinheiro e, depois, pagando salário para algum trabalhador.

Dessa forma, a posse da mercadoria A significa ao seu proprietário uma determinada riqueza. Por isso, a mercadoria A tem valor para ele e para qualquer outro indivíduo da sociedade. Por isso, é possível que outros aceitem a mercadoria A em troca das suas, pois ela representa, tanto quanto as outras, em determinada magnitude, capacidade de comprar trabalho alheio. Ela, tanto quanto as outras, tem valor.

Como se mede a magnitude ou a grandeza do valor da mercadoria A? Obviamente pela quantidade de trabalho que com ela se pode comprar. Não se trata da quantidade de trabalho que foi necessário para produzi-la, mas da quantidade que posso comprar depois de vendê-la por dinheiro.

No nosso exemplo anterior a mercadoria A tinha sido produzida com 500 horas de trabalho e um capital adiantado de \$ 200,00. Como se determina a quantidade de trabalho comandável por essa mercadoria? Isso já discutimos acima: ela se determina pela soma de remunerações. Foi o que chamamos de **preço natural**. Assim **valor** é o mesmo que **preço natural real** (pois este corresponde às taxas naturais e se mede em trabalho).⁹⁶

Portanto, o valor de uma mercadoria é igual à quantidade de riqueza que ela representa.

Dessa maneira e em conclusão, a teoria do valor de Smith (1983) tem dois lados: é uma teoria da medida do valor pelo trabalho e

⁹⁶Poder-se-ia pensar que valor é qualquer preço real. Na verdade, Smith (1983) acertadamente preferiu reservar o conceito de valor para designar os **preços teóricos** que explicam os preços de mercado. Estes, como vimos, flutuam em torno daqueles.

uma teoria da determinação do valor pela soma das remunerações a taxas naturais (CARTELIER, 1981, p.183). Se insistirmos em classificá-la como teoria do valor-trabalho, estaremos destacando só um dos seus lados.

4.7 O valor invariável do trabalho

Como já é compreensível, é importante destacar que a escolha do trabalho comandado como medida do valor não resultou de uma busca realizada por Smith (1983), entre todas as mercadorias, para encontrar aquela que apresentasse valor invariável ou, pelo menos, cuja variabilidade fosse a menor possível. Esse procedimento, na verdade, foi o seguido por Ricardo (1982) ao longo de vários anos e todos nós sabemos que o resultado foi um rotundo fracasso. Ele teve de se contentar em utilizar como medida do valor, na última edição em vida dos *Princípios*, o ouro, mesmo sabendo que seu valor varia com a quantidade de trabalho contido e, também, com as alterações na distribuição.

Em Smith (1983), a problemática é outra. O valor de uma mercadoria é a magnitude da riqueza representada por ela. E esta, a riqueza capitalista, tem como substância material, como vimos, o trabalho. Logo, não há alternativa. O trabalho é a medida do valor e da riqueza e, como quantidade desta, uma hora de trabalho significa sempre a mesma coisa, sempre o mesmo volume ou grandeza de riqueza. O trabalho tem, portanto, valor invariável.

Dizíamos anteriormente que a justificativa explicitamente apresentada por Smith (1983) não constituía a razão de fundo para considerar-se o trabalho medida adequada e, portanto, invariável. Como vimos, ele se situava na posição do trabalhador e observava que quantidades iguais de trabalho têm sempre o mesmo valor para este, uma vez que lhe custa sempre o mesmo esforço, o mesmo desprazer, a mesma desutilidade, na terminologia mais atual (SMITH, 1983, p. 65). De fato, tal argumento não pode ser entendido senão como uma razão adicional ou, melhor ainda, complementar.

Confrontado com o fato inegável de que a taxa de salário não é algo invariável, Smith (1983) não tem a menor dúvida ao sustentar que não é o valor do trabalho que varia, mas o valor das mercadorias que o comprem. Se o salário se eleva, é porque o valor dessas mercadorias diminui:

Pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho têm valor igual para o trabalhador [...] qualquer que seja a quantidade de bens que receba em troca de seu trabalho. Quanto a esses bens, a quantidade que terá condições de comprar será ora maior, ora menor; mas é o valor desses bens que varia, e não o valor do trabalho que os compra (SMITH, 1983, p. 65).

Apesar de que para Ricardo (1982, cap. 1) a posição de Smith (1983) nesse aspecto seja um engano, a afirmação anterior é rigorosamente verdadeira e se deriva lógica e diretamente do que já conseguimos entender da teoria smithiana do valor. É o que veremos a seguir.

Voltemos ao nosso exemplo anterior. Nele a taxa de salário era \$ 0,50 e o valor da mercadoria B era de \$ 10,00. Vamos supor também que B seja a mercadoria denominada bem de consumo dos trabalhadores, isto é, que B seja a única mercadoria consumida por eles. Na verdade B seria assim uma mercadoria composta, uma cesta de consumo ou cesta básica.

Por 48 horas trabalhadas numa semana, com aquela taxa de salário, o trabalhador receberia um total de \$ 24,00. Assim, o seu salário real (em bens de consumo) por semana seria igual a 2,4 unidades da mercadoria B. Façamos um quadro resumo:

taxa de salário	> 1 hora de trabalho = \$ 0,50
Preço natural nominal de B	> 1 B = \$ 10,00
Valor da mercadoria B	> 1 B = 20:00 hs
Salário nominal da semana	> 48 hs de trabalho = \$ 24,00
Salário real da semana	> 48 hs de trabalho = 2,4 B

Vamos agora supor que, por qualquer razão, a taxa de salário tivesse uma elevação de 100% e, também que, em virtude disso e seguindo o exposto por SMITH, o preço natural nominal de B subisse para \$ 13,50. Resumindo:

taxa de salário	> 1 hora de trabalho = \$ 1,00
Preço natural nominal de B	> 1 B = \$ 13,50
Valor da mercadoria B	> 1 B = 13,50 hs de trab. ou melhor 13:30 hs de trab.
Salário nominal da semana	> 48 hs de trabalho = \$ 48,00
Salário real da semana	> 48 hs de trabalho = 3,56 B

Dessa maneira, com a elevação da taxa de salário, o poder de compra de trabalho da mercadoria B se reduziria. Se antes da elevação uma unidade de B comprava 20 horas de trabalho, agora só compraria 13 horas e meia. Como o valor de qualquer mercadoria se mede pela quantidade de trabalho que ela pode comprar no mercado, seu valor diminuiria. Assim, coerente com sua teoria do valor, Smith só podia afirmar que, com uma elevação salarial, não é o valor do trabalho que se eleva, mas é o valor das mercadorias que compram o trabalho que diminui.

4.8 Trabalho contido versus trabalho comandado

Uma das coisas mais importantes para se entender dentro da teoria de Smith (1983) é a relação entre o trabalho contido em uma mercadoria e o trabalho comandado, em condições de preços naturais. É o que procuraremos fazer em seguida.

Já sabemos que o preço natural de uma mercadoria qualquer determina-se pela soma das remunerações, todas consideradas a partir das suas taxas naturais: S, L e R. Assim:

$$\begin{array}{ccc} S & L & R \\ \text{Preço natural de 1 A} & = & \$ 250 + \$ 60 + \$ 40 = \$ 350,00 \end{array}$$

Uma pergunta relevante neste momento é a seguinte: qual é o valor (em trabalho, portanto) dos salários pagos, dos lucros e da renda, dessa mercadoria? Essa questão é mencionada pelo próprio Smith (1983):

Importa observar que o valor real dos diversos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar ou comandar. O trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra, e daquela que se desdobra no lucro devido ao empresário (SMITH 1983, p. 79).

É óbvio que o valor (ou, o que é a mesma coisa, a capacidade de comprar trabalho no mercado) de volumes de dinheiro como \$ 250,00, \$ 60,00, \$ 40,00, ou qualquer outro, depende da taxa de salário. Dessa maneira, no nosso exemplo, com taxa de salário igual a \$ 0,50, as sessenta unidades monetárias (\$ 60,00) compram 120 horas de trabalho (ou 60 dividido por 0,5). Assim, no nosso caso:

- o lucro de \$ 60,00 tem um valor de 120 horas de trabalho,
- a renda de \$ 40,00 tem um valor de 80 horas de trabalho,
- o salário total, pago pela produção de uma unidade da mercadoria A, de \$ 250,00 tem um valor 500 horas de trabalho.

Fixemo-nos, com muita atenção, nesse último resultado. O valor do salário total de \$ 250,00 é de 500 horas de trabalho. Mas, por que o salário total pago era de \$ 250,00? Justamente porque tinha que pagar as 500 horas de trabalho gastas para produzir a mercadoria.

E se a quantidade de trabalho necessária para produzir a mercadoria A fosse maior, digamos 1500 horas? O trabalho contido na mercadoria seria de 1500 horas e o salário total teria que ser uma quantidade suficiente para comprar justamente as 1500 horas ou todo o trabalho contido. O resultado, importantíssimo, é o seguinte: **o valor total do salário pago na produção de uma mercadoria é sempre igual ao trabalho contido nela.** E isso ocorre para qualquer taxa de salário natural.⁹⁷

Assim, podemos escrever o preço natural real, ou o valor de uma mercadoria, como soma dos valores (em trabalho comandado) das remunerações pagas em sua produção:

Onde:

$$V_A = V_S + V_L + V_R$$

Onde:

V_A = valor de A ou trabalho comandado pela mercadoria A.

V_S = valor dos salários pagos na produção da mesma mercadoria.

V_L = valor dos lucro.

V_R = valor da renda.

Se: T_C = Trabalho contido

E_X = Valor do excedente

e como: $V_S = T_C$

$$E_X = V_L + V_R$$

Temos que:

$$V_A = T_C + E_X$$

⁹⁷Estamos considerando que o valor é o preço real (medido em trabalho), mas não qualquer preço. Tem de ser o preço natural.

Isso significa, em primeiro lugar, que o valor da mercadoria é sempre igual ou maior que o trabalho contido. Depende do tamanho do excedente.

Em segundo lugar, devemos concluir que o trabalho produz valor não na medida da sua duração. Vejamos isso com um pouco mais de cuidado.

Para Smith (1983), não há dúvida nenhuma, é o trabalho que produz valor; é ele que agrega valor aos materiais:

O patrão partilha do produto do trabalho dos empregados, ou seja, do valor que o trabalho acrescenta aos materiais trabalhados pelo empregado [...] (SMITH, 1983, p. 92).

E isso ocorre não porque o trabalho seja considerado o fator escasso, como poderiam pensar os neoclássicos, mas pelo fato de que ele é a substância material da riqueza. O fato de que a magnitude do valor se determine por soma de remunerações, para Smith (1983), não quer dizer que ele conceba a produção como resultado do serviço de fatores produtivos.

No entanto, é importante ressaltar, para que não haja confusões, que o trabalho produz valor não na medida da sua duração, mas na proporção em que agrega aos materiais capacidade do seu proprietário de apropriar trabalho alheio no mercado, depois de concluída a produção da mercadoria.⁹⁸

⁹⁸É isso que confunde Napoleoni (1980, p. 27-28) e o leva a fazer afirmações incorretas sobre Smith.

Assim, no nosso exemplo, as 500 horas de trabalho necessárias para produzir a mercadoria A produzem um valor igual a 700 horas de trabalho, que é a capacidade de apropriação de trabalho por parte da mercadoria A, no mercado, uma vez que a taxa de salário é de \$ 0,50. Na verdade, como fica evidente, quanto menor o salário, maior a capacidade do trabalho, por hora, de produzir valor.

4.9 Dedução versus exploração: a mágica de Smith

Se o trabalho é o que produz valor, como explica ou justifica Smith (1983) a existência do lucro em particular, ou do excedente em geral? Haveria nesse autor uma teoria da exploração nos mesmos moldes da teoria marxista? Em outras palavras, a ideia de Smith (1983) é a de que o lucro e a renda são o resultado do fato de que uma parte do trabalho realizado pelo trabalhador não lhe é paga?

Marx (1980), por exemplo, acredita que a visão de Smith (1983) é justamente essa. Ele atribui a esse autor uma teoria sobre o lucro ou sobre o excedente muito próxima da sua, no que se refere à exploração:

[...] (Para SMITH, RC) o valor, isto é, a quantidade de trabalho que os trabalhadores adicionam ao material divide-se em duas partes. Uma paga-lhes o salário ou lhes é paga pelos salários. [...] A outra parte constitui o lucro do capitalista, quer dizer, é quantidade de trabalho que ele vende sem a ter pago (MARX, 1980, p. 58).

E também:

[...] (SMITH, RC) atribui o lucro do capitalista ao fato mesmo de este não ter pago parte do trabalho adicionado à mercadoria ... Desse modo reconheceu Smith a verdadeira origem da mais valia (MARX, 1980, p. 58).

Schumpeter (1971), por seu lado, embora não tenha a mesma opinião de Marx (1980), pelo menos concede que em Smith (1983) a teoria da exploração esteja sugerida:

Não se pode afirmar, no entanto, que (SMITH, RC) tenha sustentado uma teoria do lucro fundada na exploração, embora seja certo que esta esteja sugerida em sua obra." (SCHUMPETER, 1971, p. 185, tradução nossa).

Na verdade, rigorosamente, nenhum dos dois tem realmente razão. A teoria de Smith para explicar o lucro e a renda – ou, em uma palavra, o excedente – é a da **dedução**, que nada tem a ver com a teoria da exploração, como ficará claro a seguir. Talvez a posição de Schumpeter (1971) se sustente em passagens de Smith (1983) do seguinte tipo:

Naquele estado original de coisas que precede tanto a apropriação da terra quando o acúmulo de capital, o produto integral do trabalho pertence ao trabalhador.

[...]

Se tal estado de coisas tivesse continuado, os salários do trabalho teriam aumentado conjuntamente com todos os aprimoramentos introduzidos nas forças produtivas do trabalho. Todas as coisas teriam sido trocadas por uma quantidade menor de trabalho (SMITH, 1983, p. 91).

De certa maneira até poderíamos admitir que as palavras de Smith (1983) sugerem a ideia de exploração. Mas ele, rapidamente, indica que a situação apresentada na passagem anterior é inevitável:

Mas esse estado original de coisas, no qual o trabalhador desfrutava do produto integral de seu trabalho, já não pôde perdurar quando se começou a introduzir a apropriação da terra e a acumular o capital. Já estava no fim, muito antes que se fizessem os aprimoramentos mais consideráveis nas forças produtivas do trabalho, e, portanto, não teria nenhum propósito prognosticar quais teriam sido seus defeitos sobre a recompensa ou os salários do trabalho (SMITH, 1983, p. 92).

Mostraremos, então, que a teoria da dedução de Smith (1983) nada tem a ver com a teoria da exploração. Demonstraremos que a genialidade de Smith (1983) lhe permitiu sustentar que, mesmo sendo o trabalho a fonte da riqueza e, portanto, do valor, o excedente apropriado por não trabalhadores não é fruto de trabalho expropriado sem pagamento. Em outras palavras, Smith (1983) consegue a façanha ou a mágica de sustentar que, apesar do excedente ser produto do trabalho, todo o trabalho é pago. Vejamos o que diz Smith (1983) sobre o assunto:

Sua renda (do proprietário da terra, RC) é a primeira dedução do produto do trabalho empregado na terra. [...] Esse lucro representa uma segunda dedução do produto do trabalho empregado na terra (SMITH, 1983, p. 92).

Observemos o valor de uma mercadoria qualquer e para isso utilizemos nosso exemplo anterior da mercadoria A. O valor de A é igual a 700 horas de trabalho.

Lembremos que, nesse nosso exemplo, a taxa de salário é de \$ 0,50. Observemos atentamente os salários totais pagos aos trabalhadores pela produção de uma unidade de A. O pagamento foi de \$ 250,00 e a quantidade de trabalho entregue pelos trabalhadores foi de 500 horas. Perguntemos: qual é o valor dos salários pagos? Resposta: o valor desse volume de salários é exatamente de 500 horas. Portanto, todo trabalho realizado pelos trabalhadores foi pago.

Suponhamos agora que a taxa de salário baixe para a metade, \$ 0,25 por hora. Os salários totais pagos na produção de uma unidade de A seriam agora de \$ 125,00, mas seu valor continuará sendo de 500 horas, pois essa é a quantidade de horas que agora eles compram. Assim, qualquer que seja o nível salarial (alto ou baixo), eleve-se ou reduza-se a taxa de salário, sempre seu valor será exatamente igual à quantidade de trabalho que esse salário compra. Nessas condições nunca, em nenhuma circunstância, haverá trabalho não pago.

Talvez, para sermos coerentes com as idéias de Smith (1983) - embora em nenhum momento ele seja explícito nesse aspecto -, tivéssemos que reservar a ideia de que o trabalho sempre é totalmente pago desde que a taxa de salário corresponda à que ele denomina taxa natural. No entanto, qualquer

que seja nossa decisão nesse aspecto, Smith (1983) realiza a façanha de construir uma teoria onde existe lucro, o trabalho é a fonte do valor, mas não há exploração. Como ele consegue essa façanha, essa mágica?

Na verdade, para Smith (1983), qualquer montante de salário paga todo o trabalho porque, por definição, o valor de qualquer coisa é sempre igual à quantidade de trabalho que se pode comprar com ela. Assim, qualquer que seja o montante de dinheiro (salário nominal) ou de bens de consumo que se entregue em troca de qualquer quantidade de trabalho (supondo uma não violação da taxa natural) seu valor será, **por definição**, igual a essa quantidade de trabalho comprado.

A varinha mágica de Smith (1983) que lhe permite tal façanha está constituída por sua particular forma de conceber a riqueza e, portanto, o valor. Para ele a riqueza é uma relação social de domínio sobre trabalho alheio e, por isso, o valor de uma mercadoria qualquer não é a quantidade de trabalho contida, mas a quantidade de trabalho que ela pode comprar no mercado, dada a taxa de salário.

Assim, a taxa de salário maior ou menor faz com que a riqueza que eu possuo diminua ou aumente imediatamente de valor. A redução de salário faz imediatamente que o valor dos bens de minha propriedade aumente, por definição. Quando eu vou ao mercado comprar trabalho alheio, se os salários diminuíram, meus bens têm maior

valor que antes e, portanto, pagar com menos dinheiro ou mercadorias não implica pagar menos. Simplificando, pagar menos não significa pagar menos: eis aí a mágica.

Se tenho dois indivíduos proprietários, sendo o primeiro proprietário da mercadoria A e o segundo, exclusivamente, possuidor da sua capacidade de trabalhar; se, além disso, **defino** como **valor** da mercadoria A a quantidade de trabalho que ela consegue comprar, o segundo indivíduo, por definição (minha, é óbvio) jamais poderá ser considerado explorado, qualquer quantidade de trabalho ele seja obrigado a entregar em troca de A. O valor que o proprietário de A entrega será sempre igual à quantidade de trabalho que receba; todo trabalho é completamente pago.⁹⁹

⁹⁹Resta saber se o segundo indivíduo continuará indefinidamente concordando com a definição.

Para Smith (1983) o valor de uma mercadoria, ou a riqueza que ela representa para seu proprietário, não se define pela produção; não é a quantidade de trabalho necessário para produzi-la. Define-se por sua capacidade de apropriação de trabalho no mercado. Na verdade a riqueza que tenho ao ser, neste instante, proprietário de uma mercadoria, define-se pela quantidade de trabalho de que me apropriarei num instante posterior. A produção da riqueza fica definida pela capacidade de apropriação. A **produção** define-se pela **apropriação**. Eis a mágica.

É justamente a teoria de Marx (1980) que chega para destruir essa mágica, ou melhor, para revelar o truque. Marx (1980)

“define” o valor, ou a riqueza representada pela mercadoria, pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-la. O tamanho da riqueza produzida determina-se pela produção. Se com uma riqueza qualquer produzida, na forma de mercadoria (ou metamorfoseada como dinheiro), eu consigo comprar mais trabalho alheio do que ela contém, houve exploração. A magnitude produzida de riqueza se determina na produção e, por sua parte, a apropriação pode ser maior e, também, pode ser menor. Produção e apropriação não se identificam, não se confundem; aquela não se determina por esta.

Marx (1980) não pode concordar com a ideia de Smith (1983). Se sou proprietário hoje de uma mercadoria que tem dentro de si 500 horas de trabalho, essa é a medida da minha riqueza hoje. Se amanhã, com ela comprarei 700 horas de trabalho, amanhã serei proprietário dessa magnitude, mas hoje continuo sendo de 500 horas. A apropriação adicional se dá por existir trabalho não pago. A forma de Marx (1980) conceber a riqueza, embora muito próxima de Smith (1983), revela o truque presente na teoria deste autor. A partir de Marx (1980), já não foi mais possível sustentar uma teoria do valor na qual, sendo o trabalho a fonte ou a substância da riqueza e existindo excedente não apropriável pelos próprios trabalhadores (individual ou coletivamente), inexistia exploração. Com Marx (1980), a natureza social do excedente fica estabelecida em definitivo dentro de um ponto de vista do valor-trabalho. O pen-

samento econômico acadêmico, para evitar a ideia da exploração, a partir daí tem de abandonar a teoria do valor-trabalho e idealizar nova concepção sobre a riqueza: está aberto o caminho e a necessidade de uma teoria subjetiva do valor.

4.10 A teoria do valor de Smith e a distribuição

Retornemos, neste momento, a algo já referido neste trabalho, no item sobre o círculo vicioso. Ali fazíamos referência a uma passagem do livro de Blaug (1989), na qual ele afirmava, em outras palavras, que uma teoria da determinação do valor pela soma das remunerações (salários, lucros e rendas) não teria nenhum significado se não estivesse precedida por uma teoria da determinação dessas remunerações (BLAUG, 1989, p.78).

De fato, não tem o menor sentido querer explicar a determinação dos preços ou dos valores por categorias como o salário, o lucro e a renda, se não tivermos sólida explicação para a determinação destes. Uma teoria do valor pelos custos de produção não tem significado sem uma sólida teoria da distribuição. E o pior de tudo é que a grande maioria dos intérpretes de Smith (1983), senão a quase totalidade, sustenta que ele não desenvolveu minimamente a problemática da distribuição. Dessa maneira, se a teoria smithiana do valor não fosse confusa, incoerente, insatisfatória (o que procuramos negar ao longo destas páginas) seria no mínimo insuficiente ou incompleta.

É inegável que os capítulos em que Smith (1983, cap. IX e XI) procura desenvolver sua concepção sobre a determinação da taxa de lucro e sobre a renda são insatisfatórios, especialmente o que se refere a esta última. O capítulo sobre o lucro, em lugar de desenvolver uma teoria sobre a determinação do nível da taxa de lucro, contenta-se em apresentar considerações sobre as condições de sua elevação ou redução o que, obviamente, é insatisfatório.

No que se refere à determinação dos salários no livro de Smith (1983), não estamos de acordo com a opinião corrente. Parece-nos haver uma suficiente teoria da determinação dos salários, que se sustenta na ideia de reprodução da classe trabalhadora na magnitude necessária para o ritmo de expansão do capital. Trata-se de uma teoria do salário de subsistência, que se baseia nas condições biológicas e sociais da reprodução humana (no que se refere à classe dos trabalhadores), especialmente as condições de mortalidade e no ritmo de acumulação do capital. Não só nos parece ser tal teoria suficiente como também adequada¹⁰⁰, apesar de que não queremos nos estender aqui sobre o assunto.

De todas as maneiras, se a questão não é o salário nominal ou real, na acepção popular, mas o salário como magnitude de riqueza, (ou, o que é a mesma coisa para Smith (1983), medido em trabalho comandado) aí não há nenhuma dúvida, como sustentávamos em trabalho anterior (CARCANHOLO, 1991, p. 200-201) e também

¹⁰⁰Seguramente ganharia maior pertinência se fosse completada com as ideias marxistas de superpopulação relativa e exército industrial de reserva.

nas linhas anteriores. O valor dos salários pagos na produção de qualquer mercadoria fica total e completamente determinado na teoria smithiana. Mais do que isso, ele não depende de nenhum preço, nem mesmo da taxa de salário em dinheiro; é sempre igual ao trabalho contido, que se determina tecnicamente. E é justamente disso, do valor do salário (medido em trabalho comandado) que a completa determinação do valor das mercadorias necessita.

O fato de que os salários fiquem totalmente determinados em valor e não dependam de nenhum preço ou valor, elimina (pelo menos no que se refere a uma das três remunerações, o salário) a alegada existência, dentro da teoria smithiana, do terror do círculo vicioso (CARCANHOLO (1991, p. 201).

No que se refere às outras remunerações¹⁰¹, admitir que não se encontre em Smith (1983) uma teoria satisfatória para a determinação dos lucros nominais, não significa que, da concepção exposta por esse autor, não se derive diretamente uma teoria da determinação do lucro em valor. Deriva-se sim, embora não tenha sido consciente em Smith (1983), e esse é um dos resultados de nossa pesquisa sobre a teoria smithiana do valor, conforme poderá ser visto em capítulo posterior deste livro.

Dentro dessa perspectiva e só para sugerir o caminho que seguimos nessa pesquisa, devemos afirmar que, admitido o trabalho comandado como medida do valor, a ideia de independência recíproca entre as remu-

¹⁰¹Não discutiremos aqui a problemática da renda com mais detalhes, pois consideramos que se trata de questão teórica menor, pelo menos se comparada com a do lucro.

nerações, que em item anterior deste trabalho indicamos e que aparece no próprio Smith (1983), não se sustenta. Vejamos rapidamente alguns elementos do assunto:

- Dada a taxa de salário (real) em termos de uma mercadoria W denominada “bens de consumo dos trabalhadores”, a magnitude do valor desta mercadoria fica determinada, sem que para isso precisemos, previamente, da taxa de lucro. Observemos o assunto supondo que a taxa de salário ou, o que é a mesma coisa, o salário por hora seja de 2 unidades da mercadoria W . Assim,

$$1 \text{ hora de trabalho} = 2 W.$$

Invertamos a relação:

$$2 W = 1 \text{ hora de trabalho}.$$

Dessa maneira, uma unidade da mercadoria W compra, no mercado, nessas condições, meia hora de trabalho. Essa é a magnitude do seu valor.

- Conhecida a magnitude do valor da mercadoria W , conhecida a taxa de salário e a quantidade de trabalho contido, obviamente chegamos imediatamente à magnitude do lucro (supondo-se renda igual a zero) e podemos chegar a conhecer a taxa de lucro.

- Como supomos uniformidade da taxa de lucro, essa será a taxa de todo o sistema.

- Assim, dada a taxa de salário e os coeficientes técnicos da produção, a taxa

de lucro fica total e completamente determinada dentro da teoria de Smith e, portanto, não é independente do salário.

Aceita, portanto, a dependência recíproca entre as remunerações devemos, no mínimo, sugerir aqui outro resultado de nossa pesquisa sobre Smith (1983): a inexistência de círculo vicioso também no que se refere ao lucro, tomado aqui como todo o excedente. O valor das mercadorias e os lucros dependem basicamente, na verdade, e como consequência da teoria smithiana, da apropriação dos trabalhadores na forma de cesta de consumo, portanto, do que Smith (1983) chama de salário real, na acepção popular, e da produtividade do trabalho no setor que produz esses bens. Resultado, por certo, compatível com os que se derivam da teoria ricardiana e marxista. A maior prova de inexistência de círculo vicioso é que em nossa pesquisa a ser divulgada, pudemos calcular os preços naturais reais, em uma economia dividida em dois setores produtivos, partindo:

- do total de horas trabalhadas,
- da relação capital produto em cada um dos setores e
- do que chamamos taxa de dedução (que depende da taxa real de salários e da produtividade no setor que produz bens de consumo dos trabalhadores).

O mais interessante desses preços naturais reais (calculados com base na teoria de Smith) é que eles determinam preços relativos iguais aos que se determinariam pela teoria de Ricardo (1982) e que eles seriam exata-

mente iguais aos preços de produção de Marx (1980b, livro 3, v.4), não fosse a unidade diferente de medida: trabalho comandado para os preços naturais reais e trabalho contido para os preços de produção.

Podemos concluir dizendo algo que deveria parecer, pelo menos inicialmente, paradoxal: a teoria da determinação do valor de Smith (1983) está longe de ser uma teoria que possa facilmente ser classificada dentro do gênero das teorias dos custos de produção ou da soma das remunerações. Frente a uma elevação dos salários pagos, estas afirmariam que o valor ou o preço de todas as mercadorias deveria se elevar. Pelo contrário, de Smith (1983) se deriva que o valor de todas elas se reduz frente a uma elevação dos salários, pois elas conseguem comprar agora muito menos trabalho que antes da mudança salarial.

4.11 Referências

BENETTI, Carlo. **Valor y distribución**. Madrid: Saltés, 1978. 236p.

BLAUG, Mark. **História do pensamento econômico**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989. 837p. Título original: Economic theory in retrospect.

CARCANHOLO, Reinaldo A. O valor, a riqueza e a teoria de Smith. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 9, n. 15, p. 183-205, 1991.

CARTELIER, Jean. **Excedente y reproducción**: la formación de la economía política clásica. México: Fondo de Cultura Económica, c1981. 364p.

COUTINHO, Maurício C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993. 220p.

DMITRIEV, Vladimir K. **Ensayos económicos sobre el valor, la competencia y la utilidad**. México: Siglo XXI, 1977. 212p.

DOBB, Maurice. **Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976. ©1973. 329p.

HOLLANDER, Samuel. **La economía de David Ricardo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. 677p.

MARX, K. **O capital**: livro 3, v. 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b. ©1894.

MARX, Karl. **Teorias da mais valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.

MARX, Karl. **Teorias da mais valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1983. v. 2.

MARX, Karl. **Teorias da mais valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1985. v. 3.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. ©1973. 239p.

NAPOLEONI, Cláudio. **O valor na ciência econômica**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980. ©1977. 193p.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. ©1821. 286p

SCHUMPETER, Joseph A. **Historia del análisis económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1971. 1340p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 765p. (Coleção Os Economistas).

5

ADAM SMITH: UM PRISIONEIRO DA APARÊNCIA (OBSERVAÇÕES SOBRE CRÍTICAS À TEORIA SMITHIANA DO VALOR: UMA VISÃO ANTI-RICARDIANA)¹⁰²

¹⁰²Texto original elaborado em 1994. Publicado em: CARCANHOLO, R. A. Adam Smith, prisioneiro da aparência: observações críticas à teoria smithiana do valor: uma visão anti-ricardiana. **Revista Raízes**, Campina Grande, ano 14, n.11, p. 37-64, 1995.

A teoria smithiana do valor não encontrou nos seus dois mais importantes críticos (Ricardo e Marx) um tratamento adequado: houve, da parte deles, uma incompreensão sobre ela. Em particular, as críticas marxistas, longe de prestarem uma sustentação à própria teoria de Marx, serviram e servem à postura ricardiana, durante um tempo, amplamente representada naqueles autores que, sentindo-se incomodados com a con-

cepção subjetiva do valor, temem as implicações do valor-trabalho. Obviamente que entre o que chamamos ricardianos encontram-se aqueles que, de maneira explícita, colocam-se como seguidores de Sraffa, mas também todos aqueles que, intuitivamente ou não, identificam riqueza com tecnologia e concebem a estrutura de preços como resultado de um conjunto de coeficientes técnicos. Sem dúvida e em particular, não excluiríamos os pós-keynesianos dos que chamamos ricardianos.

PARTE 1: A CRÍTICA DE MARX A ADAM SMITH

Nesta parte do capítulo analisamos as críticas formuladas por Marx (1980b; 1983; 1985) à teoria do valor de Smith que aparecem nas Teorias da Mais-Valia, com umas poucas referências a obra *O Capital* (1980a; 1981). Na verdade nos concentraremos não em todas, mas só em uma parte delas: nas que não consideramos adequadas.

Nosso ponto de partida é, por um lado, a interpretação que temos sobre a teoria smithiana exposta nos capítulos anteriores e, também, a própria teoria marxista do valor, que consideramos muito superior à de Smith (1983), e tão capaz de explicar a realidade capitalista quanto incompreendida por seus críticos. Em outros lugares expusemos nossa interpretação sobre ela.

Como veremos a seguir, Marx tem frente a Smith (1983) uma atitude contraditória. Ao mesmo tempo em que subestima sua teoria

do valor, atribuindo-lhe hesitação ou incoerências, acredita que a teoria smithiana da “dedução” está mais próxima da sua teoria da exploração do que realmente é possível aceitar, superestimando, portanto, as ideias de Smith (1983). O que prevalece em Marx (1980b; 1983; 1985) nas teorias da mais-valia é, na verdade, a subestimação.

Estamos profundamente convencidos de que, à luz da teoria marxista e desde esse ponto de vista, a postura frente a Smith deve ser muito mais favorável. Marx (1980b; 1983; 1985) não percebeu que estava muito mais próximo das ideias de Smith do que das de Ricardo; sua dívida é muito maior com aquele e não com este. Sem nenhuma dúvida esse equívoco de Marx (1980b; 1983; 1985) lhe custou muito caro. Sua indulgência com as imprecisões da teoria ricardiana do valor permitiu aos seguidores dela, especialmente aos mais recentes, uma liberdade muito grande para mal interpretá-lo, julgá-lo e condená-lo.

5.1 As duas definições de valor em Smith

Segundo Marx (1980b), poderíamos encontrar em Smith duas definições para a magnitude do valor das mercadorias. Na primeira, essa magnitude seria igual à quantidade de trabalho contido nelas “[...] requerida para produzi-las”, (MARX, 1980b, p. 49) e, na segunda, igual à quantidade de trabalho que se poderia comprar com uma unidade da mercadoria.

Para Marx (1980b), haveria em Smith (1983) hesitação, confusão, vacilação ou contradi-

ção entre as duas definições; Smith (1983) seria responsável por obscuridade, insegurança e/ou ambigüidade frente às duas possibilidades (MARX, 1980b, p. 49, 131, 50, 56, 132).

Todas essas palavras, em si mesmas, evidentemente não são suficientes para descrever adequada e claramente a posição de Marx (1983) sobre o assunto. Existe uma passagem no capítulo IX das Teorias da Mais-Valia que pode nos dar uma pista para o entendimento dessa questão:

A. Smith identifica o preço natural ou preço de custo¹⁰³ da mercadoria com o valor dela, depois de abandonar a concepção correta de valor e de substituí-la pela que emana e provém irresistível das aparências da competição. O que aparece na concorrência regulando os preços de mercado não é o valor, é o preço de custo, na qualidade por assim dizer de preço imanente, valor das mercadorias (MARX, 1974b, 1983, p. 666).

Analisemos essa passagem de Marx. Adam Smith (1983) partiria de uma concepção correta do valor, a de que sua determinação se faz pela quantidade de trabalho contido nas mercadorias. O segundo passo seria a sua rendição frente à irresistível força das aparências que o faz pensar que o valor se determina pela somatória das remunerações e, portanto, abandona a ideia correta que era a inicial. Imediatamente, então, identifica preço natural ou “preço de custo” (preço de produção) com valor.

¹⁰³Observe que, nesse caso, Marx (1980b) fala de preço de custo, mas está pensando no seu próprio conceito de preço de produção (da 2ª seção do Livro 3 d'*O Capital*) e não no de preço de custo propriamente dito, que ele estuda na 1ª seção do mesmo Livro (MARX, 1980b, p. 5, nota n. 29).

5.2 Marx atribui a Smith o seu próprio caminho

Na verdade Marx estaria assim atribuindo a Smith o mesmo caminho que seguiu n'*O Capital*: descobre o valor no livro 1 e mostra que a sua magnitude depende do trabalho contido; passa ao livro 3 e descobre o preço de produção que pressupõe a uniformidade da taxa de lucro e que está mais próximo das “[...] aparências da competição”. Neste ponto Smith deixaria de seguir o caminho “correto” (de Marx) que seria o de mostrar como o valor se transforma em preço de produção e como este não é, senão, o valor apropriado em condições de uniformidade da taxa de lucro, mantendo, no entanto, a ideia de que a magnitude do valor das mercadorias depende da quantidade de trabalho contido. Smith (1983) abandonaria, então, sua concepção correta de valor, definiria seu preço natural (preço de produção) por somatória de remunerações e identificaria este como o valor.

Veja-se, também, esta outra passagem das Teorias da Mais-valia:

Por isso, importa dirigir a atenção para este estranho curso das ideias no livro de Smith: começa ele pesquisando o valor da mercadoria e o define com acerto em certas passagens, e com tanto acerto que descobre, em geral, a origem da mais-valia e de suas formas particulares, e deriva daquele valor salário e lucro. Mas depois toma o caminho oposto e procura, ao contrário, deduzir o valor das mercadorias (do qual derivou salário e lucro) da adição dos preços naturais do salário, lucro e renda fundiária (MARX, 1980b, p. 76)

Há outra passagem nas Teorias da Mais-valia também relevante:

[...] A. Smith hesita no tocante à definição do valor de troca¹⁰⁴ [...]: ora confunde a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho requerida para produzi-las, com a determinação pela quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria¹⁰⁵ [...]; ora substitui aquela por esta determinação (MARX, 1980b, p. 49).

Por esta última citação, Marx (1980b) admite que Smith não abandona totalmente a ideia inicial (“correta” segundo Marx) de que a magnitude do valor é igual à quantidade de trabalho contido; segundo sua interpretação, ora abandona ora confunde¹⁰⁶. Haveria uma hesitação em nosso autor frente às duas maneiras de determinação. Esta parece ser, mais apropriadamente, a interpretação de Marx, pois, em outras passagens, afirma que Smith retorna a ideia inicial, “correta”.¹⁰⁷

Em nossa opinião não há em Marx (1980b) uma atitude verdadeiramente crítica em relação à teoria do valor de Smith, no sentido de buscar uma compreensão profunda da visão desse autor, partindo do suposto inicial de que poderia haver uma coerência interna em seu pensamento. Ao contrário, o ponto de partida de Marx é a ideia de que a magnitude do valor é igual à quantidade de trabalho contido; de que essa é a única visão correta e de que ela deve estar de alguma forma em Smith, no mínimo, de maneira vacilante. O que Marx pretende é “engessar”

¹⁰⁴Marx (1980b) utiliza aqui, como sinônimos, valor e valor de troca. Salvo quando nos manifestarmos em contrário, entenderemos que esse é o procedimento de Marx nessa obra.

¹⁰⁵“[...] quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria” (MARX, 1980b, p.49) - parece ser uma expressão equívoca. O ponto de vista de Smith, quando se pergunta sobre a magnitude do valor da mercadoria, situa-se no seu possuidor e não no trabalhador.

¹⁰⁶Veja-se também o que afirma Marx (1980a, Livro I, v. 1, p. 54) no primeiro capítulo de *O Capital*: “De um lado, A. Smith confunde, aí (embora nem sempre), a determinação do valor pela quantidade de trabalho despendido na produção da mercadoria, com a determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, e procura, por isso, demonstrar que

iguais
quantidades de
trabalho têm
sempre o mesmo
valor”.

¹⁰⁷Por exemplo:
“[...] Smith,
através de
sua obra, ao
esclarecer
realmente os
fatos, considera
a quantidade de
trabalho contida
no produto como
valor e elemento
que determina
o valor (MARX,
1980b, p. 53).

a teoria de Smith dentro de suas próprias concepções. Atribui a Smith seu próprio enfoque e depois vai nele buscar hesitações, inseguranças, confusões, ambiguidades e contradições. Não há a isenção de buscar a coerência e as intenções do autor criticado.

Observem-se as próximas citações. A propósito de um aspecto da análise smithiana de salário, Marx diz:

Assim, Smith permite que sua teoria correta - a de ser o valor da mercadoria determinado pela quantidade de trabalho nela contida - anule, ou antes, paralise, contrabalance sua ideia errada de o salário, como elemento constitutivo do valor, determinar o valor da mercadoria (MARX, 1983, p. 657).

[...] determinação correta do valor de troca das mercadorias, isto é, [...] a determinação pela quantidade de trabalho nelas despendida [...] (MARX, 1980b, p. 49).

[...] pois ele aí se atém sempre à determinação correta do valor pelo tempo de trabalho despendido em mercadorias diversas (MARX, 1980b, p. 53, ver também MARX, 1983, p. 656).

É realmente curioso esse procedimento de Marx frente à teoria smithiana. A profundidade de seu pensamento e a agudeza de sua análise, demonstrada em um número ilimitado de circunstâncias, não parecem ser compatíveis com as conclusões a que chegou, no que se refere aos assuntos de que estamos tratando. Talvez o fato de que sua teoria do valor seja muito mais profunda e

capaz de explicar a realidade capitalista o tenha induzido a atribuir a Smith a correta visão sobre o valor. Essa modéstia inicial de reduzir sua própria originalidade converte-se numa crítica que chega a comprometer a relevância do pensamento de Smith e reduz a importância desse autor dentro do pensamento econômico, especialmente como antecessor do próprio Marx.

Na verdade, também Marx sofre nas mãos dos ricardianos a mesma injustiça que comete contra Smith. Eles lhe atribuem os seus próprios objetivos e perguntas e depois chegam à conclusão que Marx cometeu erros, imprecisões, insuficiências, equívocos etc. É o que ocorre com a questão da transformação dos valores em preços de produção.

Essa postura de Marx frente a Smith é tão surpreendente que, em pelo menos uma passagem, chega a fazer afirmações que não são corretas do ponto de vista de sua própria teoria:

A troca das mercadorias A e B na proporção do tempo de trabalho nelas contido não é absolutamente perturbada pelas proporções em que os produtores de A e B repartem entre si os produtos A e B, ou melhor, o valor deles. Se uma parte de A cabe ao proprietário da terra, outra ao capitalista e terceira ao trabalhador, qualquer que seja a cota de cada um, tal circunstância não altera o fato de a própria mercadoria A, de acordo com seu valor, se trocar com B. A proporção do tempo de trabalho contido nas mercadorias A e B em nada absolutamente se altera pelo modo como diferentes pessoas se apropriam do tempo de trabalho inserida em A e B (MARX, 1980b, p. 52).

De acordo com a teoria do próprio Marx poderíamos afirmar que:

- é certo que o trabalho contido nas mercadorias e, portanto, a magnitude dos valores delas, não se altera com as magnitudes apropriadas pelos agentes;
- no entanto, a teoria do valor de Marx, quando trata dos preços de produção, afirma justamente o contrário do que se diz na primeira parte daquela citação. Assim, o valor de troca das mercadorias, ou o que é a mesma coisa, a proporção em que elas se trocam, está totalmente influenciada pela apropriação, em particular e no que se refere aos preços de produção, pelo efeito da uniformidade da taxa de lucro. No geral, podemos afirmar que, se o lucro de cada produtor diferir da mais-valia produzida em sua empresa, obviamente a mercadoria A não se trocará com B de acordo com o seu valor.

Além disso, Marx chega, em várias passagens das Teorias da Mais-valia, quando interpreta a teoria do valor de Smith, a substituir, como se fossem sinônimas, as palavras VALOR e TRABALHO. Vejamos dois exemplos disso:

Essa dedução (que origina o lucro e a renda fundiária, RC) porém, como expôs antes o próprio Smith, só pode consistir na parte do trabalho a qual o trabalhador adiciona acima da quantidade de trabalho que só lhe paga o salário ou fornece valor igual ao salário (MARX, 1980b, p. 63).

Logo depois de (Smith, RC) ter classificado renda fundiária e lucro de meras deduções do valor ou do trabalho que o trabalhador adiciona às matérias-primas, como pode chamá-los de fontes originais de valor-de-troca? (MARX, 1980b, p. 72).

Essa identificação, que até certo ponto poderia ser aceitável dentro da teoria de Marx, é um total equívoco para a de Smith e não pode permitir qualquer compreensão aceitável de sua teoria.

5.3 Identidade preço natural - preço de produção

Marx, na verdade, em certo momento, mas em oposição a outros, chega a equivocar-se ao não identificar o preço natural de Smith com o seu próprio preço de produção:

Por preço natural das mercadorias entende A. Smith apenas o valor delas expresso em dinheiro¹⁰⁸. (O preço de mercado está naturalmente acima ou abaixo do valor. Mesmo o preço médio das mercadorias, conforme demonstrarei mais adiante, difere sempre do seu valor¹⁰⁹. Mas A. Smith em sua análise do preço natural nada tem a ver com isso. Ademais não se pode compreender o preço de mercado e muito menos ainda as oscilações no preço médio das mercadorias, sem o apoio do conhecimento da natureza do valor (MARX, 1980b, p. 74).

¹⁰⁸Isso não é totalmente correto, pois embora o preço natural nominal possa ser isso, o preço natural real é o próprio valor (para Smith).

¹⁰⁹Sem dúvida nenhuma, Marx (1974a) está se referindo aqui ao preço médio correspondente ao preço de produção.

É incrível que aqui, nas Teorias da Mais-valia, pelo menos nessa passagem, Marx tenha essa opinião, que inegavelmente significa negar ao preço natural de Smith qual-

quer proximidade teórica com o seu preço de produção. Na verdade, *n'O Capital*, na secção em que discute a conversão do lucro em lucro médio (livro 3, cap. X), afirma justamente o contrário:

O que denominamos preços de produção é na realidade o mesmo que A. Smith chama preço natural, Ricardo, preço de produção, custo de produção e os fisiocratas, preço necessário, pois no curso do tempo, é condição da oferta, da reprodução da mercadoria de cada ramo particular de produção. Mas nenhum deles desvendou a diferença entre preço de produção e valor. Compreende-se também porque os mesmos economistas que se opõem à determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho, pela quantidade de trabalho nelas contida, consideram sempre os preços de produção os centros em torno dos quais oscilam os preços de mercado. Sustentam esse ponto de vista porque o preço de produção é uma forma do valor-mercadoria já deste alheada e evidentemente destituída de conteúdo, tal como aparece na concorrência e passa a existir na consciência do capitalista vulgar e, por conseguinte, na do economista vulgar (MARX, 1980a, livro 3, v. 4, p. 223-224).

¹¹⁰Na verdade Smith consegue a 'proeza' de, definido seu preço natural (com similaridade ao conceito de preço de produção marxista), definir valor como igual àquele.

Contrasta totalmente esta opinião com aquelas emitidas nas Teorias da Mais-valia. Aqui a análise é profunda, aguda, precisa. A crítica é adequada e perfeita: "nenhum deles desvendou a diferença entre preço de produção e valor"¹¹⁰. Lamentavelmente essa diferença é pouco conhecida ou entendida, pois até hoje, mesmo depois de Marx a ter

explicado detalhada e pormenorizadamente, os ricardianos contemporâneos continuaram a merecer a mesma crítica no que se refere especialmente à compreensão da teoria marxista do valor.

Não só aos economistas a que Marx (1980a, livro 3, v.4, p.224) se refere na segunda parte dessa passagem “[...] os que se opõem à determinação do valor pelo tempo de trabalho [...]” é atribuível a radical crítica de Marx: “Sustentam esse ponto de vista porque o preço de produção é uma forma do valor-mercadoria já deste **alheada** e evidentemente **destituída de conteúdo**, tal como aparece na concorrência e passa a existir na consciência do capitalista vulgar e, por conseguinte, na do economista vulgar.” (Lamentavelmente a profundidade dessa afirmação não é perceptível, de forma imediata e fácil, aos acostumados exclusivamente com a lógica formal.). Essa crítica também é legítima se dirigida a Smith e Ricardo, e isso Marx não percebeu. Ela é radical, por definitiva e incontestável.

O que realmente não se pode entender é a diferença de postura de Marx frente à questão. Talvez o assunto se explique por uma mudança de opinião, por parte desse autor, ao longo do tempo. O fato de que a postura que aparece n’*O Capital* seja muito mais profunda e adequada à própria teoria marxista (adequada no sentido que corresponde mais apropriadamente às formulações dessa teoria) sugeriria, então, ser este texto posterior ao das Teorias da Mais-valia.

5.4 Críticas de inspiração ricardiana: haveria em Smith certa concessão ao trabalho contido?

Já vimos que, a despeito da posição de Marx, não há em Smith nenhum propósito de relacionar a determinação do valor na época capitalista, com o trabalho contido. No entanto haveria, pelo menos em certas passagens, alguma vacilação nesse aspecto, ou alguma concessão ou confusão? É o que trataremos de analisar em certa medida aqui.

Vejamos o que diz Marx nas Teorias da Mais-valia, sobre essa questão:

Pode-se evidenciar por numerosos exemplos a freqüência com que Smith, através de sua obra, ao esclarecer realmente os fatos, considera a quantidade de trabalho contida no produto como valor e elemento que determina o valor. Ricardo cita parte deles (MARX, 1980b, p. 49).

Em nota de pé de página esclarece que Ricardo faz essa citação no capítulo 1 dos Princípios, 2ª edição. Isso e o fato de que a crítica de Marx é próxima da que foi feita por Ricardo (1982), mostra que aquele encontrou neste a inspiração inicial.

O exemplo que Marx dá na sequência da afirmação anterior mostra sua incompreensão sobre o assunto. É possível que todas, quase todas ou, no mínimo, muitas das passagens observadas por Marx, mas não indicadas, tenham sido mal interpretadas.

Uma longa citação que Marx faz de Smith a propósito da acumulação do capital nas cidades durante a Idade Média, é muito interessante e pertinente à nossa preocupação:

Em consequência desses regulamentos, cada grupo (dentro das cidades corporativas) era obrigado a comprar, dentro da cidade, as mercadorias que requeria de outro algo mais caro de que, de outro modo, poderia obtê-las. Mas, em recompensa, podia vender as próprias mercadorias no mesmo nível de carestia. Dessa maneira, até aí tudo dava no mesmo, como se diz. No comércio entre os diferentes grupos dentro da cidade, nenhum deles perdia com esses regulamentos. Mas todos eles eram grandes ganhadores nos negócios que faziam com o campo. E nesses negócios consiste o comércio todo que sustenta e enriquece toda cidade. Toda cidade retira do campo a subsistência inteira e todos os materiais para a produção urbana. Paga por essas coisas de duas maneiras principais: primeiro, retorno ao campo de parte das matérias-primas, beneficiadas e manufaturadas, quando o preço delas acresce dos salários dos trabalhadores e dos lucros dos mestres ou empregadores imediatos; segundo, remessa para o campo de parte dos produtos primários e manufaturados que a cidade recebeu de outras regiões [...] com que, de maneira semelhante, o preço original dessas mercadorias acresce dos salários dos transportadores ou marinheiros e dos lucros dos comerciantes que empregam esses trabalhadores. [...] Os salários dos trabalhadores e os lucros dos diversos empregadores formam a soma global [...] (dos ganhos das cidades, RC). Por isso, todas as regulamentações que contribuam para elevar os salários e lucros acima do nível

que de ordinário prevaleceria, capacitam a cidade a comprar com quantidade menor de trabalho o produto de quantidade menor de trabalho do campo (SMITH apud MARX, 1983, p. 662-663).

Marx, como comentário a essa passagem de Smith, entre outras coisas, afirma que Smith está se referindo, aí, na última parte dessa passagem, à determinação “correta” do valor, pelo trabalho contido.

Ali parece não haver dúvidas e Marx, pelo menos nesse aspecto, está com a razão. Smith refere-se inequívoca e explicitamente aos trabalhos contidos, na última parte daquela passagem. No entanto, outra coisa é afirmar que ele está pensando a magnitude do valor como a quantidade de trabalho contido. Observe-se que, mesmo de acordo com a teoria smithiana da determinação da grandeza do valor (na forma como a consideramos) não seria incorreto dizer o que aparece naquela passagem: “[...] elevar os salários e lucros acima do nível que de ordinário prevaleceria (de suas taxas naturais, RC), capacita a cidade a comprar com quantidade menor de trabalho (e aqui, sem dúvida, se trata de trabalho contido, RC), o produto de quantidade maior de trabalho do campo”. Insistimos: isso não é incompatível com a idéia de que a magnitude do valor se determina pela soma das remunerações a taxas naturais e se mede pela quantidade de trabalho comandado. No máximo poderíamos dizer que é uma afirmação pouco clara, enganosa ou não esclarecedora.

Marx, no entanto, usa a afirmação para ressaltar seu ponto de vista crítico “Smith aí retorna, portanto, à determinação correta do valor [...], a determinação do valor pela quantidade de trabalho (MARX, 1983, p. 663).

E também:

Por isso, Smith acha também que a cidade, ao trocar quantidade menor de trabalho por maior de trabalho do campo, consegue, em relação a este, lucro excedente e salário excedente. Isso não ocorreria, se ela não vendesse ao campo mercadoria acima do valor. [...] Preço e salário, portanto, se forem o que naturalmente devem ser não determinarão o valor da mercadoria, mas serão por ele determinados. Lucro e salário então só podem surgir da repartição do valor dado da mercadoria, o qual os antecede; esse valor não pode ser obtido nem resultar de lucros e salários que o pressupõem (MARX, 1983, p. 663).

Finalmente:

Assim, de acordo com a própria exposição de Smith, se as mercadorias urbanas e rurais fossem vendidas na proporção da quantidade de trabalho que cada uma encerra em face da outra, seriam vendidas por seus valores (MARX, 1983, p. 664).

Acreditamos, portanto, que as conclusões de Marx são excessivas. Mas, deixemos isso de lado e destaquemos mais um aspecto sobre aquela passagem de Smith. Trata-se, na verdade, de texto que confirma a ideia de que esse autor concebe claramente a distinção entre produção e apropriação de riqueza.

za (valor), apesar de que, para ele, aquela se define por esta em determinada circunstância como já vimos (taxas naturais). A análise de Smith, à luz de sua própria teoria e de acordo com a nossa interpretação, é impecável e revela a profundidade do pensamento desse autor.

Por outro lado, e relacionado com a crítica anterior de inspiração ricardiana, Marx vai sustentar que Smith confunde o trabalho que se pode comprar diretamente com uma mercadoria, com o produto do trabalho alheio que pode com ela ser comprado. Vai afirmar, ademais, que essa igualação é o primeiro motivo para a confusão, em Smith, entre trabalho contido e trabalho comandado (cf. MARX, 1980b, p. 54-55). Mais uma vez, acreditamos que a crítica não é justa ou adequada. Marx parte da seguinte afirmação de Smith:

Riqueza é poder, como diz Hobbes. [...] o poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; um certo comando sobre todo trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que está no mercado (SMITH, 1983, p. 63-64).

E qual é a reação de Marx frente a essa passagem:

É evidente que Smith [...] confunde o trabalho dos outros com o produto desse trabalho. [...] o valor de troca da mercadoria consiste para seu possuidor nas mercadorias alheias que ele pode comprar, isto é, na quantidade de trabalho alheio nelas contida, na quantidade de trabalho

alheio materializado. E essa quantidade de trabalho alheio é igual à quantidade de trabalho encerrada em sua própria mercadoria (MARX, 1980b, p. 54).

É verdade. O valor de troca de uma mercadoria (por exemplo, A) é igual às mercadorias que podem ser trocadas por ela. No entanto, observe-se que o valor destas mercadorias, segundo Smith, é exatamente igual à quantidade de trabalho vivo que se poderia comprar com elas. Dessa maneira, dizer que o valor de A é igual à quantidade de trabalho comandado ou ao valor das mercadorias que podem ser compradas com ela, é a mesma coisa. Não há, portanto, confusão em Smith nesse aspecto.

Finalmente, e também de inspiração ricardina, é a crítica à idéia smithiana de invariabilidade do valor do trabalho, que Marx apresenta de maneira muito rápida nas Teorias da Mais-valia: “O que é verdadeiro para o próprio trabalho e, portanto, para sua medida, o tempo de trabalho [...] Smith reivindica para o valor mutável do próprio trabalho (MARX, 1980b, p. 55).

É interessante, no entanto, que Marx não se detém muito nessa crítica, dando a impressão que não a considera muito importante.

5.5 Razões para as alegadas dificuldades de Smith

As hesitações que Smith enfrentaria ao tratar as duas diferentes definições de magnitude do valor ou, em outras palavras, as

alegadas dificuldades que encontraria nessa questão, não responderiam, para Marx, a simples erros ou insuficiências do autor, mas derivariam de algo mais profundo a que Ricardo nem teria se dado conta: a percepção da mais-valia no capitalismo:

Mas, em Smith, aquela contradição e aquela transição de uma maneira de definir (a magnitude do valor, RC) para outra derivam de algo mais profundo que Ricardo - ao revelar a contradição - deixou passar, não distinguiu e por isso também não elucidou (MARX, 1980b, p. 50).

Smith segundo Marx percebeu uma diferença essencial no capitalismo:

O produto ou o valor do produto do trabalho não pertence ao trabalhador. Determinada quantidade de trabalho vivo não dispõe (não compra, RC) da mesma quantidade de trabalho materializado, ou determinada quantidade de trabalho corporificado em mercadoria comanda quantidade de trabalho vivo maior que a encerrada na própria mercadoria (MARX, 1980b, p. 51).

Isso é absolutamente correto do ponto de vista da teoria de Marx, mas em Smith a questão não é assim tão clara. É verdade que ele poderia afirmar - sem nenhuma violência à sua teoria - a primeira parte do assinalado: *“o produto ou o valor do produto do trabalho - no capitalismo - não pertence ao trabalhador”*. No que se refere, no entanto, à segunda parte devemos destacar que o conceito de *“trabalho materializado”* ou *“tra-*

balho corporificado” é totalmente estranho ao pensamento de Smith, especialmente se com isso estivermos sugerindo, como está fazendo Marx, a ideia de magnitude do valor.

Se formulássemos a Smith a pergunta: é certo ou errado que, no capitalismo, a quantidade da mercadoria que compra determinada quantidade de trabalho (vivo) foi produzida com quantidade inferior de trabalho (“trabalho materializado”)?; e, se além do mais, o obrigássemos a responder, obviamente a resposta seria positiva: é certo. Mas aí não estaríamos entendendo a teoria de Smith, mas engessando-a aos limites, fronteiras e determinações nossas; não a estaríamos expressando adequadamente.

O que já deve ter ficado claro para quem conhece nossa pesquisa sobre Smith é que, para ele, todo trabalho é pago, embora exista lucro e embora, por isso, a compra de trabalho vivo se faça com mercadoria que se produziu com menos quantidade de trabalho. Isso não foi percebido por Marx.

Mas, Marx prossegue:

[...] assim descobre ele (Smith, RC) (parece-lhe) que na troca entre capital e trabalho assalariado, entre trabalho materializado e trabalho vivo, de imediato se ab-roga a lei geral, e as mercadorias (pois trabalho também é mercadoria ao ser comprado e vendido) não se trocam na proporção das quantidades de trabalho que representam. Daí conclui que o tempo de trabalho não é mais a medida ima-

¹¹¹Medida imanente do valor e regulação do valor são expressões não muito claras nesse contexto; melhor seria: não é mais o que determina o valor de troca.

¹¹²Em outra passagem, Marx (1980b, p. 66) afirma: "O grande mérito de A. Smith é ter percebido [...] a ocorrência de uma ruptura, ao passar ele da simples troca de mercadorias e da correspondente lei do valor para a troca entre trabalho materializado e trabalho vivo, entre capital e trabalho assalariado, para o estudo do lucro e da renda fundiária em geral, em suma, para a gênese da mais-valia; [...] e ter além disso acentuado - e este achado na verdade o perturba - que [...] algo muda na aparência (e de fato no resultado): a lei do valor se transmuta no seu oposto. No plano teórico sua força está em sentir e acentuar essa contradição, e a fraqueza está em ser por ela induzido a enganar-se

nente que regula¹¹¹ o valor de troca das mercadorias [...] (MARX, 1980b, p. 51).¹¹²

E também:

Em todo caso sente A. Smith a dificuldade de inferir da lei que determina a troca das mercadorias, a troca entre capital e trabalho, a qual parece repousar sobre princípios de todo opostos e contraditórios (MARX, 1980b, p. 51-52).

Na verdade, em Smith não existe nenhuma descoberta de que a lei geral das trocas fica negada ou anulada na relação entre capital e trabalho assalariado. Isso simplesmente porque Smith nunca afirmou que as trocas devem ser feitas na proporção das quantidades de trabalho contido. E o erro de Marx fica mais caracterizado na seguinte passagem:

[...] ao tratar da troca entre trabalho materializado e vivo, entre capitalista e trabalhador, Smith acentua que o valor da mercadoria não é mais determinado pela quantidade de trabalho nela inserida e sim pela quantidade - diferente da anterior - de trabalho vivo alheio que pode comandar, isto é, comprar; entretanto, não está com isso dizendo realmente que as mercadorias não se trocam mais na proporção do tempo de trabalho nelas encerrado e sim que o enriquecimento, o acréscimo dependem da maior ou menor quantidade de trabalho vivo que o trabalho põe em movimento. O que, assim posto, está certo. Smith, porém mantém-se obscuro (MARX, 1980b, p. 55-56).

Destaquemos uma passagem dessa citação: “[...] não está com isso dizendo realmente que as mercadorias não se trocam mais na proporção do tempo de trabalho nelas encerrado” (MARX, 1980b, p. 55-56). Está, sim senhor! Para Smith as mercadorias, no capitalismo, não se trocam na proporção do trabalho contido, mas na da quantidade de trabalho que cada uma comanda. O problema é o quê determina essa quantidade.

Para Marx, a determinação da quantidade de trabalho contido em cada mercadoria é um problema estritamente do âmbito da produção, um problema determinado pela tecnologia social. Para Smith, a determinação da quantidade de trabalho comandado não poderia se resolver simplesmente na produção, pois pressupõe a apropriação. Envolve a produção na medida em que o valor dos salários é igual à quantidade de trabalho contido na mercadoria, como já pudemos demonstrar; envolve a apropriação na medida em que depende da taxa de lucro e da renda da terra. Na verdade, é neste último aspecto que Smith está errado, pois a determinação da quantidade de trabalho comandado e, portanto, dos preços naturais reais (os valores para Smith) depende, além da produção, simplesmente do critério de distribuição do excedente (mais-valia para Marx), no caso, a uniformidade da taxa de lucro. Em Smith, embora ele não tenha percebido, esta fica determinada simplesmente se aceitarmos que a medida do valor é a quantidade de trabalho comandado.

Em Marx, a coisa é muito parecida. A proporção de troca das mercadorias só está de-

quanto à lei geral [...]”. É interessante que nessa citação Marx (1980b) se refere à “lei do valor” no sentido de que as proporções de troca das mercadorias estão determinadas pelas quantidades de trabalho contido. Essas referências à “lei do valor”, nesse sentido, são muito menos frequentes em Marx do que se pensa.

terminada pelas quantidades de trabalho socialmente necessário (trabalho contido), no caso das empresas se apropriarem de lucro na medida da mais-valia que produzem. Ao contrário, admitida a uniformidade da taxa de lucro, a proporção de troca fica determinada pelas magnitudes dos preços de produção. Da mesma maneira que em Smith (como é possível demonstrar), em Marx a taxa de lucro, além de depender da magnitude do capital, depende da capacidade do trabalho produzir excedente (mais-valia), que depende da remuneração do trabalho (taxa de salário) e de sua produtividade.

Em uma coisa Marx tem razão. Smith efetivamente está de acordo que o excedente depende da maior ou menor quantidade de trabalho vivo que o trabalho materializado pode comprar. Mas, para este, apesar de tudo, todo trabalho é pago.

5.6 Sobre a existência de um círculo vicioso na determinação da magnitude do valor em Smith

Parece que Marx foi quem por primeira vez advertiu para a suposta existência de um círculo vicioso na determinação do valor por parte de Smith; o fato é que isso não aparece em Ricardo, pelo menos nos Princípios. Essa crítica, que sobrevive até hoje, por exemplo em Napoleoni (1980; 1983), não tem, em nossa opinião, nenhuma consistência.

Em outras palavras, poderíamos indicar a questão da seguinte forma: a magnitude do

valor de uma mercadoria está determinada pela soma das remunerações, salário, lucro e renda da terra, de acordo com suas taxas naturais. Mas essas remunerações também são valores (pelos menos o salário é valor, valor do trabalho) e, assim, estaríamos explicando a magnitude do valor por meio de magnitude de valores.

Em pelos menos três oportunidades nas Teorias da Mais-valia, Marx se refere ao assunto; vejamos:

Smith aí, uma vez que se desviou de sua concepção principal, tinha de dizer: o preço do salário é determinado pelo preço dos meios de subsistência, e este pelo preço do salário (MARX, 1983, p. 653).

[...] como determinar o valor dos meios de subsistência necessários e, portanto, das mercadorias em geral? Em parte pelo preço natural do trabalho. E como determiná-lo? Pelo valor das coisas necessárias à vida ou das mercadorias em geral. Um lastimável beco sem saída (MARX, 1983, p. 653).

Que serve de base a A. Smith quando analisa a 'taxa natural' do salário ou o 'preço natural' do salário? O preço natural dos meios de subsistência necessários para reproduzir a força de trabalho. Mas, como determina o preço natural desses meios de subsistência? Quando chega a determiná-lo, recorre à definição correta de valor, a saber, o tempo de trabalho requerido para produzir esses meios de subsistência. Quando abandona esse rumo certo, cai num círculo vicioso. Como se determina o preço natural dos meios de subsistência que determinam o

preço natural do salário? Pelo preço natural do 'salário', do 'lucro' e da 'renda', e esses preços formam o preço natural desses meios de subsistência e o de todas as mercadorias e assim até o infinito. Tagarelar com a lei da oferta e da procura não serve para romper o círculo vicioso (MARX, 1980b, p. 74).

Já tivemos oportunidade de mostrar que essa crítica a Smith não se sustenta. Marx não percebeu que a magnitude do salário contido no valor de uma mercadoria, medido em trabalho comandado (isto é, o salário real) é sempre e exatamente igual ao trabalho contido naquela mercadoria, qualquer que seja a taxa de salário. Dessa maneira, o fato de que o valor da mercadoria esteja explicado parcialmente pelo "valor do trabalho" gasto para produzi-la só aparentemente constitui um círculo vicioso. E mais, esse fator nada tem a ver com a distribuição, pois a quantidade de trabalho contido está determinada na produção e só depende das condições técnicas.

Também já teremos oportunidade, no próximo capítulo, de estudar a questão do lucro como determinante do valor, e não trataremos do assunto aqui. O fato é que não há na determinação dos preços naturais de Smith nenhum círculo vicioso e, além disso, se levarmos às últimas consequências a ideia smithiana de medida do valor pelo trabalho comandado, podemos mostrar que aqueles preços são mais próximos dos preços de produção de Marx do que qualquer um pode supor até hoje.

5.7 Apreciação de Marx sobre o Conceito de Excedente em Smith

Como veremos, Marx tem uma opinião muito favorável sobre a visão de Smith no que se refere à origem do excedente (mais-valia). Em nossa opinião até sustenta a existência de uma proximidade maior do que a que verdadeiramente há entre a teoria da dedução de Smith e a sua teoria da exploração. No entanto, antes de discutirmos essas questões é indispensável entender como Marx vê o trânsito entre o tratamento que Smith dá à determinação da magnitude do valor e a questão do excedente:

[...] essa insegurança e confusão de definições (sobre o valor, RC) de todo heterogêneas não estorvam as pesquisas de Smith sobre a natureza e a origem da mais-valia, pois, na realidade, ao desenvolver suas idéias sempre se apegam, sem ter clara consciência disso, à determinação correta do valor de troca das mercadorias, isto é, à determinação pela quantidade de trabalho nelas despendida [...] (MARX, 1980b, p. 49, ver também p. 53 e 76).

Em outras palavras, quando vai tratar da questão relativa ao excedente, Smith abandonaria suas vacilações, sua confusão etc. e se submeteria à visão adequada sobre a determinação da magnitude do valor: pela quantidade de trabalho contido. Dessa maneira, como partiria da mesma concepção de Marx sobre a grandeza do valor, poderia também chegar muito próximo da teoria da exploração. Na verdade, essa forma de ver

as coisas deriva, em nossa opinião, de um erro de Marx.

5.8 A Proximidade entre Smith e Marx no que se refere à mais-valia

Marx superestima a proximidade de Smith (1983) com sua própria teoria no que se refere à explicação da mais-valia (lucro). Citando aquela passagem de Smith sobre a 'dedução' ("Neste estado de coisas, o produto do trabalho deixa de pertencer sempre por inteiro ao trabalhador. Este, na maioria dos casos, tem de dividi-lo com o proprietário do capital, que o emprega"), Marx afirma:

[...] absolutamente certo. Supondo-se a produção capitalista, o trabalho materializado na forma de dinheiro ou mercadoria sempre compra, além da quantidade de trabalho que nele se contém, quantidade adicional de trabalho vivo para o lucro do capital, o que, em outras palavras, significa apenas que ele se apropria grátis de uma parte do trabalho vivo, se apropria sem pagá-la. Smith supera Ricardo [...] (nesse aspecto, RC) (MARX, 1980b, p. 60).

A renda fundiária, como o próprio lucro industrial, é apenas parte do trabalho que o trabalhador acrescenta aos materiais, cede, transfere sem pagamento ao proprietário, ao dono da terra e, portanto, não passa de parte do trabalho excedente que o trabalhador executa além do tempo de trabalho destinado a pagar seu salário ou a proporcionar um equivalente ao tempo de trabalho contido no salário. A. Smith, por conseguinte, concebe a mais-valia - isto é, o trabalho excedente,

o que no trabalho executado e realizado na mercadoria ultrapassa o trabalho pago, o trabalho que recebeu o equivalente no salário - como categoria geral de que o lucro propriamente e a renda fundiária são meros ramos. Contudo, Smith não dissociou a mais-valia como tal, como categoria independente, das formas especiais que assume no lucro e na renda fundiária. Está aí a origem de muitos erros e carências nas suas pesquisas e mais ainda nas de Ricardo (MARX, 1980b, p. 61).

Deixando de lado, por agora, a questão da não dissociação da mais-valia, o fato é que Marx está atribuindo a Smith sua própria teoria da mais-valia: valor produzido pelo trabalhador além daquele que lhe é pago.

O que Marx não percebe em Smith é que o trabalho acrescenta valor às matérias, não na magnitude da sua duração, mas na magnitude adicional do poder, possuído pelo produto, de comprar trabalho vivo cf. por exemplo, Marx (1974a, p. 63). Dessa maneira, ao entender que o valor produzido pelo trabalhador tem magnitude igual ao tempo trabalhado é obrigado a concluir que, para que exista lucro e/ou renda fundiária (mais-valia), necessariamente uma parte do trabalho não é paga. Por isso, atribui essa ideia a Smith:

Assim, o lucro não passa de uma dedução do valor que os trabalhadores adicionaram ao material de trabalho. Nada adicionaram ao material além da nova quantidade de trabalho (MARX, 1980b, p. 59).

[...] (Para Smith, RC) o valor, isto é, a quantidade de trabalho que os trabalhadores adicionam ao material, divide-se em duas partes. Uma paga-lhes o salário ou lhes é paga pelos salários. [...] A outra parte constitui o lucro do capitalista, quer dizer, é quantidade de trabalho que ele vende sem a ter pago (MARX, 1980b, p. 58).

[...] (Smith, RC) atribui o lucro do capitalista ao fato mesmo de este não ter pago parte do trabalho adicionado à mercadoria. [...] Desse modo reconheceu Smith a verdadeira origem da mais-valia (MARX, 1980b, p. 58).

Na verdade, para Smith, o capitalista paga todo o trabalho, embora não pague todo o valor incorporado pelo trabalhador ao produto. O que acontece é o seguinte: o trabalhador recebe exatamente um valor de magnitude igual à da duração do seu trabalho; é capaz, além disso, de produzir o excedente, que finalmente se resolve em lucro e renda fundiária, porque o valor que produz é maior que o tempo de trabalho para produzir a mercadoria. Quanto é maior? Isso depende exclusivamente da capacidade de apropriação do proprietário do capital e da terra.

Como vimos, a idéia smithiana de que todo o trabalho é pago, qualquer que seja a taxa de salário é, curiosamente, consequência da ideia de medida do valor pelo trabalho comandado: se a taxa de salário (salário por hora trabalhada) é igual a **1A** (sendo A um conjunto qualquer de mercadorias), por

definição a magnitude do valor de **1A** será igual a 1 hora; se, por exemplo, a taxa de salário se reduzisse em 50% e se pagasse **0,5 A** por uma hora de trabalho, a magnitude do valor de **1A** seria agora igual a 2 horas. Assim, mesmo com redução da taxa de salário, o trabalho continuaria sendo totalmente pago. Acredito que aí esteja uma das genialidades de Smith: conseguiu, utilizando o trabalho como medida do valor, desenvolver uma teoria sobre o lucro que consegue escapar da exploração, do trabalho não pago. É verdade, como veremos depois, ao preço de uma concessão à aparência (que o próprio Marx bem advertiu) que consiste em definir a produção do valor pela sua apropriação.

O que para Smith lhe dá ao trabalho a capacidade de produzir mais valor do que dura é uma pergunta para a qual em algum momento dever-se-ia buscar resposta.

O fato de que Marx atribui sua visão a Smith e, a partir daí, analisa a teoria smithiana, também fica claro na seguinte passagem:

A. Smith não devia igualar a troca (de mercadoria, RC) por dinheiro ou por outras mercadorias, com a troca do produto acabado do trabalho por trabalho. É que na primeira troca a mais-valia decorre de as mercadorias serem permutadas pelo valor, pelo tempo de trabalho nelas contida e em parte não pago. Subentende-se aí que o capitalista não troca a quantidade de trabalho pretérito por igual quantidade de trabalho vivo; que a quantidade de trabalho vivo de que se apropria é maior que a quantidade de trabalho vivo

que ele paga. Do contrário, o salário do trabalhador seria igual ao valor de seu produto. O lucro pela troca de produto acabado do trabalho por dinheiro ou mercadoria, ao ser trocado pelo valor, origina-se portanto de a troca entre produto acabado do trabalho e trabalho vivo seguir outras leis, não havendo aí troca de equivalentes (MARX, 1980b, p. 59).

Destaquemos um aspecto: “[...] a quantidade de trabalho vivo de que se apropria é maior que a quantidade de trabalho vivo que ele (empresário, RC) paga” (MARX, 1980b, p.59). Isso não é verdade para Smith, no entanto o lucro, para este, provém do fato de que o valor que o trabalho acrescenta aos materiais é maior que a ‘valoração do trabalho’. Assim, o valor entregue ao trabalhador pelo empresário é menor do que o valor que aquele entrega a este. Há, portanto, nesse sentido e só nesse sentido, troca de não equivalentes na relação entre empresário e trabalhadores; Marx afirma aí, então, algo de certo. Assim poderíamos até dizer que existe certa aproximação da teoria smithiana com a teoria da exploração. Mas, o sentido escolhido não é o de Smith, pois, para ele, o que interessa é que, por definição, todo trabalho é pago e, portanto, não pode haver exploração.

Existe em Marx uma crítica à teoria da “mais-valia” de Smith que nos parece totalmente adequada. Trata-se do fato já indicado de que esse autor não dissocia a mais-valia das suas formas: o lucro e a renda fundiária, para ficar só nas que são primárias.

Contudo, Smith não dissociou a mais-valia como tal, como categoria independente, das formas especiais que assume no lucro e na renda fundiária. Está aí a origem de muitos erros e carências nas suas pesquisas e mais ainda nas de Ricardo (MARX, 1974a, p. 61)

(Smith) Concebe assim a mais-valia diretamente na forma de lucro (MARX, 1980b, p. 69).

Essa crítica, embora não possa ser entendida como interna, isto é, resultado de uma inconsistência lógica interna ou de uma impossibilidade de solucionar um fato relevante da realidade, tem importância no nosso entender, pois revela a superioridade do pensamento de Marx sobre Smith.

Vejam os a seguinte passagem de Marx (1980b, p.69):

(Smith) “Derivou-a (a mais-valia, RC), antes, do valor que os trabalhadores acrescentam à matéria acima do valor que adicionam em troca do salário recebido”.

(Mas) “A. Smith não percebe que, ao identificar de imediato a mais-valia com o lucro e o lucro com a mais-valia, derubou a lei que acabara de formular sobre a origem da mais-valia. Se a mais-valia é só a parte do valor [...] a qual o trabalhador adiciona acima da parte que acrescenta à matéria para pagar o salário, por que deveria aquela parte crescer imediatamente em virtude de o valor do capital adiantado num caso ser maior que no outro?” (MARX, 1980b, p. 69, aí, Marx está obviamente se referindo à taxa média de lucro).

Deixando de lado o erro de Marx em atribuir a Smith sua própria concepção, é um fato concreto que identificar imediatamente mais-valia e lucro, implica de maneira necessária a impossibilidade de pensar a exploração como explicação daquela. Dessa maneira o lucro, necessariamente, deverá ser deduzido da necessidade imposta pela taxa média de lucro, sem a qual não seria possível entender o capitalismo:

[...] (para Smith) o capitalista não teria interesse em empregar um capital maior em vez de um menor se os lucros não mantivessem determinada proporção com a magnitude do capital. Explica-se aí o lucro não mais pela natureza da mais-valia e sim pelo 'interesse' do capitalista. O que não passa de um simples disparate (MARX, 1980b, p. 69).

Marx, aí, prisioneiro de sua visão, chega à conclusão de que Smith comete um disparate e passa a sustentar uma visão antagônica a que teria como lógica dedução de sua atribuída visão do valor como trabalho contido. Na verdade, não há um disparate, pois não existindo a pretendida visão alternativa em Smith, atribuída por Marx, não se chega à inconsistência lógica nenhuma. No entanto, o que há é que Marx consegue mostrar uma limitação da teoria smithiana se comparada como sua própria teoria.

5.9 Smith, prisioneiro da aparência

Existe uma crítica de Marx (1983), já referida anteriormente quando tratamos da origem do excedente (mais-valia), que nos

parece totalmente correta e de fundamental importância. Trata-se da conclusão de Marx de que, na determinação da magnitude do valor, Smith é prisioneiro da aparência:

A. Smith identifica o preço natural ou preço de custo da mercadoria com o valor dela, depois de abandonar a concepção correta de valor e de a substituir pela que emana e provém irresistível das aparências da competição. O que aparece na concorrência regulando os preços de mercado não é o valor, é o preço de custo, na qualidade, por assim dizer de preço imanente, valor das mercadorias. Mas esse próprio preço de custo nela aparece configurado pela taxa média dada do salário, do lucro e da renda. Por isso, procura Smith estabelecer essa taxa de maneira autônoma, sem depender do valor da mercadoria, ou melhor, como se fosse fator do preço natural (MARX, 1983, p. 666).

Não há dúvida de que, na aparência, os preços de mercado regulam-se pelo que Marx (1980a) chama n'*O Capital* de preços de produção (na verdade, preços correspondentes aos preços de produção - aqui, nas Teorias da Mais-valia, às vezes, chamado de preço de custo) que admite, em sua determinação, uniformidade das taxas de salário e de lucro, respectivamente. A profundidade da pesquisa de Marx e a força de seu método dialético lhe permitiram ir até a essência das coisas, descobrir o valor e explicar sua determinação pelo trabalho contido, construir a partir daí a categoria de preço de produção, de maneira adequada, e aproximar-se assim da determinação dos preços

de mercado. A profundidade e dificuldade da questão é tão grande que, até hoje, sua teoria dos preços de produção não é compreendida pela maioria dos autores, especialmente pelos ricardianos.

Ricardo também se defrontou com a mesma problemática e, embora a postura de Marx em relação a ele seja mais simpática que a que mantém com Smith, não se saiu muito bem.

Smith, é verdade, sucumbiu diante das aparências e teve que renunciar à ideia de que a magnitude da riqueza (o valor) se mede e se determina pelo trabalho contido, que é a posição de Marx. Mas apesar disso conseguiu construir uma teoria dos preços naturais cuja determinação de magnitude, ressaltada as diferenças de unidade de medida, acerca-se muito à magnitude dos preços de produção de Marx. Smith, apesar de preso nas teias da aparência, pode explicar a determinação dos preços de mercado de maneira muito superior a Ricardo, muito próxima a Marx, embora sem referência à essência valor, entendida como determinada pela quantidade de trabalho contido. Não só isso, Smith pode associar a ideia de riqueza ao domínio sobre o trabalho, utilizando-se criativamente do trabalho comandado.

Uma outra passagem das Teorias da Mais-valia em que Marx faz explícita referência ao fato de que Smith se subordina à aparência, é a seguinte:

No início achava de fato que o valor da mercadoria regulava salário, lucro e renda fundiária. Mas, em seguida, põe-se a trabalhar em sentido contrário (mais próximo da aparência empírica e das ideias correntes), propõe que se calcule e se descubra o preço natural das mercadorias por adição dos preços naturais do salário, lucro e renda fundiária (MARX, 1980b, p. 75).

Marx (1981), *n'O Capital*, dedica um capítulo especificamente ao estudo da aparência e à crítica aos economistas que se mantiveram prisioneiros a ela: é o capítulo XLVIII do livro 3. Trata-se de uma das mais profundas, brilhantes e ao mesmo tempo desconhecidas passagens dessa obra. Desconhecida, talvez, por encontrar-se quase que perdida no final do livro III e pelo fato de que a grande maioria dos leitores e críticos de Marx, quando muito, não superou o primeiro livro ou seus primeiros capítulos.

Ali Marx (1981) critica a economia vulgar, e por ser esta um antecedente do pensamento neoclássico, trata-se, na verdade, de uma aguda crítica antecipada a esse pensamento e ao fetichismo que aparece implícito nas ideias marginalistas. Nas Teorias da Mais-valia, e a propósito de Smith, aparece um resumo de uma das ideias centrais tratadas naquele capítulo:

(Salário, lucro e renda fundiária, RC)
São na verdade as três fontes originais de toda renda, mas é falso que do mesmo modo sejam as três fontes originais de todo valor de troca, pois o valor de uma mercadoria se determina exclusivamen-

te pelo tempo de trabalho nela contido. [...] Para os respectivos proprietários são fontes de renda, mas na qualidade de título (condição) para eles se apropriarem de parte do valor, isto é, do trabalho materializado na mercadoria. Todavia, a repartição ou a apropriação de valor não é fonte do valor que é objeto da apropriação (MARX, 1980b, p. 72).

Assim, nos dá a impressão que aquelas críticas de Marx do capítulo XLVIII do livro 3 d'*O Capital* também, de alguma maneira, se destinam a Smith. Ao mesmo tempo ficaria a ideia de que esse autor, pelo menos na medida em que abandona a “verdadeira determinação do valor”, constituir-se-ia, na opinião de Marx, num importante antecedente do pensamento vulgar e, portanto, do pensamento neoclássico.

PARTE 2: A CRÍTICA DE RICARDO NOS PRINCÍPIOS

A crítica de Ricardo a Adam Smith começa cedo. Já o próprio título da seção I do capítulo I (Sobre o Valor) dos *Princípios* envolve uma crítica à teoria do valor de Smith:

O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho (RICARDO, 1982).

Mas, na verdade, Smith jamais afirmaria que a proporção de troca entre as mercadorias depende da remuneração do trabalho,

pois, para ele, dependeria da soma de todas as remunerações pagas.

Além disso, já pudemos mostrar que, na verdade, dentro da teoria de Smith, há uma incompatibilidade entre a medida do valor pelo trabalho comandado e a independência dos determinantes da magnitude do valor (salário e lucro), de maneira que, dados os coeficientes técnicos, basta conhecer o salário para que fique determinado o valor das mercadorias. Assim, como se pode perceber de nossa interpretação da teoria smithiana, uma alteração da taxa de salário não modifica diretamente a proporção de troca entre as mercadorias, embora os valores delas (preço medido em trabalho comandado) se modifiquem com um sentido inverso ao daquela. O que ocorre é que um aumento ou redução da taxa de salário provoca uma diminuição ou incremento (respectivamente) no preço real (medido em trabalho comandado) de todas as mercadorias. Os valores relativos só se modificarão como resultado de uma alteração da taxa de salário, devido ao efeito indireto provocado pela necessidade de nova uniformização da taxa de lucro.

5.10 Haveria em Smith uma confusão ou identificação entre trabalho contido e comandado

Ricardo (1985), além do mais e como vimos, seguido por Marx, vai sustentar que há em Smith uma confusão entre trabalho contido e comandado:

Adam Smith, que definiu com tanta exatidão a fonte original do valor de troca, e que, coerentemente, que sustentar que todas as coisas se tornam mais ou menos valiosas na proporção do trabalho empregado para produzi-las, estabeleceu também outra medida-padrão de valor, e se refere a coisas que são medida-padrão de valor ou menos valiosas segundo sejam trocadas por maior ou menor quantidade dessa medida-padrão. Como medida-padrão ele se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho; não à quantidade e trabalho empregado na produção de cada objeto, mas à quantidade que este pode comprar no mercado, como se ambas fossem expressões equivalentes [...] (RICARDO, 1985, p. 44-45).

Em primeiro lugar, devemos afirmar categoricamente que o trigo não é usado por Smith como medida teórica de valor. Marx, que recolheu muitas das críticas ricardianas a Smith, não faz sequer menção a esta. Na verdade, Smith (1983) no capítulo V da *Riqueza das Nações*, sugere que “rendas perpétuas” deveriam ser pactuadas em trigo e não em dinheiro, para que estivessem menos sujeitas a variações de seu valor. Não se trata de uma questão teórica, mas de uma sugestão prática:

O mesmo preço real é sempre do mesmo valor; todavia, devido às variações ocorrentes no valor do ouro e da prata, o mesmo preço nominal às vezes tem valores muito diferentes. Eis por que, quando se vende uma propriedade territorial com uma reserva de renda perpétua, se quisermos que esta renda conserve sempre o mesmo valor, é importante, para

a família em cujo favor se faz a reserva, que a renda não consista em determinada soma de dinheiro (SMITH, 1983, p. 66).

As rendas que foram reservadas em trigo conservaram muito melhor seu valor do que as reservadas em dinheiro [...] (SMITH, 1983, p. 66).

Quantidades iguais de trabalho são compradas com maior precisão, em um futuro distante, com quantidades iguais de trigo - a subsistência do trabalhador - do que com quantidades iguais de ouro ou de prata, ou talvez com quantidades iguais de qualquer outra mercadoria (SMITH, 1983, p. 67).

Cumpre, porém, observar que, embora o valor real de uma renda em trigo varie muito menos, de um século para outro, do que o valor de uma renda em dinheiro, ele varia muito mais, de um ano para outro (SMITH, 1983, p. 67).

Mas voltemos à afirmação de Ricardo (1982) sobre o fato de que Smith teria concebido como equivalentes o trabalho contido e o comandado e que, portanto, os teria confundido (ideia, aliás, compartilhada por Marx). O certo é que Ricardo não apresenta nenhuma evidência de que isso seja correto. A única coisa que faz é afirmar que eles efetivamente seriam equivalentes só no caso de que a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que produz e que, como o valor do trabalho é variável (próxima crítica a Smith), a única explicação possível

seria que Smith se confundiu ao identificar trabalho contido com comandado. Até a própria lógica formal, sobre a qual se atribui a Ricardo muito rigor, está aqui sendo desprezada! Nossa interpretação da teoria smithiana do valor mostra não só a coerência como a relevância da utilização adequada do trabalho comandado como medida do valor, dentro da perspectiva de Smith.

5.11 Invariabilidade do valor do trabalho

A última crítica de Ricardo a Smith, apresentada no primeiro capítulo dos Princípios, é a que se refere à invariabilidade do valor do trabalho, crítica que de certa maneira encontra-se relacionada com a anterior:

E não será o valor do trabalho igualmente variável, sendo afetado não apenas, como todas as outras coisas, pela proporção entre a oferta e a demanda, que se modifica uniformemente com cada mudança na situação da sociedade, mas também pela alteração no preço dos alimentos e de outros gêneros de primeira necessidade, nos quais se gasta o salário? (RICARDO, 1982, p. 45).

Não é correto, portanto, dizer, como Adam Smith, que, 'como o trabalho muitas vezes compra menor quantidade de bens, o que varia é o valor deles e não o do trabalho que os adquire' [...] (RICARDO, 1982, p. 46).

Igualmente, se o valor do trabalho diminuísse consideravelmente, em relação a todas as outras coisas, e se descobríssemos que essa diminuição resultava de

uma nova oferta abundante, estimulada pela grande facilidade com que eram produzidos o trigo e todos os outros gêneros de primeira necessidade para o trabalhador, penso que seria correto afirmar que o valor do trigo e dos outros bens necessários diminuiu por causa da menor quantidade de trabalho necessária para produzi-los, e que essa maior facilidade para suprir o sustento do trabalhador ocasionou uma redução do valor do trabalho. Não, dizem Adam Smith e Malthus [...] (RICARDO, 1982, p. 47).

Evidentemente se o valor do trabalho não for admitido como constante não teria sentido usar o trabalho comandado como medida do valor, como unidade de medida que define o preço natural real. Como vimos, Marx, embora rapidamente e de passagem, parece endossar essa crítica de Ricardo. Não repetiremos aqui porque ela responde a uma incompreensão da teoria de Smith e nem insistiremos no fato de que a invariabilidade do valor do trabalho deriva diretamente da concepção smithiana sobre a natureza do valor. Um fato, sim, é conveniente destacar: Marx tinha muito menos razões para não compreender a teoria de Smith nesse aspecto, pois sua teoria sobre a natureza da riqueza, como já pudemos explicar, está muito próxima da de Smith; Ricardo encontra-se, nesse particular, muito distante dos dois.

Relacionado com essa crítica está o último parágrafo da seção I do capítulo I dos Princípios. Ali, a falta de rigor da análise lógica de Ricardo só pode revelar uma extrema má vontade sua com a perspectiva de Smith.

Vejamos:

Suponhamos que um trabalhador receba 1 bushel de trigo como pagamento de uma semana de trabalho, quando o preço do cereal é de 80 xelins cada quarter, e que se lhe pague 1 $\frac{1}{4}$ bushel quando o preço cai a 40 xelins. Suponhamos ainda que ele consuma $\frac{1}{2}$ bushel de trigo por semana em sua casa, e que troque o resto por outros bens, tais como combustíveis, sabão, velas, chá, açúcar, sal etc. Se os $\frac{3}{4}$ de bushel que lhe sobram, num caso, não lhe proporcionam o mesmo volume daquelas mercadorias que lhe proporcionavam $\frac{1}{2}$ bushel, no outro caso, terá o trabalho aumentado ou diminuído em valor? Aumentado, deveria dizer Adam Smith, já que seu padrão é o trigo, e o trabalhador recebe mais trigo por uma semana de trabalho. Diminuído, deveria dizer o mesmo Adam Smith, 'porque o valor de uma coisa depende do poder de compra de outros bens que a posse desse objeto confere', e o trabalho tem um menor poder de adquirir esses outros bens (RICARDO, 1982, p. 47).

Na verdade, essas palavras não provam as supostas incoerências de Smith; só desmerecem seu autor. Outra vez a lógica formal deve se sentir profundamente violentada e não precisamente pelo criticado, mas por Ricardo. O certo é que Smith não diria, naquele caso e tampouco em qualquer outro, nem que o trabalho aumentou, nem que diminuiu em valor, pois, precisamente para ele o valor do trabalho é absolutamente isso que Ricardo estava criticando!

5.12 Riqueza e valor

Façamos um paralelo entre a concepção de Smith sobre a natureza da riqueza (que já analisamos detalhadamente) e a de Ricardo, que aparece explicitamente no capítulo XX dos Princípios:

‘Um homem é rico ou pobre’, diz Adam Smith, ‘de acordo com o grau em que possa desfrutar de tudo que é necessário, útil e agradável à vida humana’. Portanto, o valor difere essencialmente da riqueza porque o valor depende não da abundância, mas da facilidade ou dificuldade da produção. O trabalho de um milhão de homens nas manufaturas produzirá sempre o mesmo valor, mas não produzirá sempre a mesma riqueza (RICARDO, 1982, p. 189).

Imediatamente à continuação diz:

Com a invenção de máquinas, os aperfeiçoamentos da habilidade manual, a melhor divisão do trabalho, ou a descoberta de novos mercados onde possam ser feitas trocas mais vantajosas, um milhão de homens pode produzir, em dada situação da sociedade, o dobro ou o triplo da quantidade de riquezas e do que é ‘necessário, útil e agradável’ do que eles produziriam em outras circunstâncias. Mas, nada acrescentariam por essa causa ao valor, pois tudo aumenta ou diminui de valor em proporção à facilidade ou dificuldade de sua produção, ou, em outras palavras, em proporção à quantidade de trabalho empregada em sua produção (RICARDO, 1982, p. 189).

Há aqui, claramente a intenção de criticar a concepção smithiana; aliás, o capítulo XX dos Princípios, que trata da relação entre riqueza e valor, foi montado sobre a base da crítica a Smith e também a Say:

Apesar das correções que Say fez na quarta e última edição de sua obra *Traité d'Économie Politique*, parece-me ter sido particularmente infeliz em sua definição de riqueza e valor. Ele considera que esses dois termos são sinônimos e que um homem é rico na proporção em que aumenta o valor de suas posses e na medida em que pode dispor de mercadoria em abundância (RICARDO, 1982, 192).

A crítica à Smith fica evidente na seguinte passagem, quando Ricardo se refere ao que seria uma nova definição desse autor, a de que 'um indivíduo é rico ou pobre de acordo com a quantidade de trabalho que ele pode adquirir':

Essa definição difere essencialmente da outra e é evidentemente incorreta [...] Portanto, a riqueza não pode ser calculada pela quantidade de trabalho que ela pode adquirir (RICARDO, 1982, p. 191).

Fica assim estabelecida uma clara diferença entre a concepção de Ricardo e a de Smith. Enquanto para este a riqueza é uma relação social de domínio sobre trabalho alheio, a partir do momento em que a divisão do trabalho generalizou-se, para aquele a riqueza está constituída, define-se, pelo conjunto de valores de uso disponíveis para um indivíduo, para um conjunto deles ou para a sociedade

como um todo. Ricardo não consegue, assim, superar a ideia de riqueza como substância material; longe dele a possibilidade de entendê-la com uma determinação social. Por isso não é capaz de ver em Smith uma concepção diversa, alternativa à sua; percebe-a como um engano, um erro do autor.

Apesar de tudo, Ricardo tem certa consciência de que vinculada com a idéia sobre a natureza da riqueza encontra-se a questão da medida do valor:

A maior parte dos erros da Economia Política ocorre devido a erros nessa questão, por considerar um aumento da riqueza e um aumento do valor como tendo o mesmo significado, e por noções sem fundamento sobre o que constitui uma medida-padrão de valor. Um indivíduo pensará que um país será mais rico ou pobre na proporção em que suas mercadorias [...] forem trocadas por mais ou menos dinheiro. Outros [...] a medida apropriada para o valor, de acordo com eles, seria o trigo [...] Outros ainda consideram um país rico ou pobre conforme a quantidade de trabalho que puder adquirir (RICARDO, 1982, p. 190).

Por que, afinal, o padrão deve ser uma mercadoria em particular ou todas as mercadorias em conjunto, quando o próprio padrão está sujeito a flutuações de valor? [...] Só é invariável a mercadoria que requer sempre o mesmo sacrifício em esforços e trabalho para ser produzida. Não conhecemos tal mercadoria [...] (RICARDO, 1982, p. 190).

É verdade que a consciência que ele tem é de que os assuntos referidos (natureza da riqueza e medida do valor) estão relacionados nos outros autores. Para ele, a questão se colocaria de maneira algo diversa:

Mas, mesmo supondo que qualquer desses produtos fosse um padrão de valor apropriado, ainda assim não seria uma medida de riqueza, pois a riqueza não depende do valor. Um indivíduo é rico ou pobre conforme a quantidade de gêneros de primeira necessidade e de luxo de que pode dispor (RICARDO, 1982, p. 190).

A partir de certo momento, no capítulo XX dos Princípios, Ricardo critica Smith por ter ele definido riqueza a partir do indivíduo:

É verdade que o indivíduo que possui uma mercadoria escassa é mais rico, se por meio disso ele pode dispor de mais gêneros de primeira necessidade e de artigos de luxo. Porém, como o estoque geral de onde é extraída a riqueza de cada indivíduo diminui na quantidade exata em que é retirada dele por cada um, a participação dos demais deve necessariamente ser reduzida na medida em que um indivíduo particularmente favorecido é capaz de se apropriar de uma maior quantidade (RICARDO, 1982, p. 190).

Se a água se tornasse escassa [...] e fosse propriedade exclusiva de um indivíduo, a sua riqueza aumentaria [...] mas (os outros, RC) [...] ficarão mais pobres [...] (RICARDO, 1982, p. 191).

[...] se dois países possuírem exatamente a mesma quantidade de todos os gêne-

ros de primeira necessidade e bens de utilidade, eles seriam igualmente ricos, mas o valor de suas respectivas riquezas dependeria da facilidade ou dificuldade comparativas com as quais fossem produzidos (RICARDO, 1982, p. 191, aqui, Ricardo trata os dois países como se não se relacionassem, pois senão o valor seria o mesmo, RC).

Essa crítica de Ricardo no sentido de que o conceito de riqueza social não pode ser derivado do ponto de vista de um indivíduo isolado, por meio de simples agregação, é, sem dúvida nenhuma adequada. No entanto, isso não é suficiente para resolver o problema e dar a razão a Ricardo no que se refere à questão da natureza da riqueza.

É com Marx que o assunto ficará resolvido (e não de maneira definitiva, pois, apesar da profundidade da sua análise, com os neo-clássicos a antiga e superficial ideia de associar riqueza e valor de uso retorna e chega a ser dominante). Marx vai mostrar que ambos, Smith e Ricardo têm algo de razão, embora ao primeiro deva dar-se mérito. A riqueza na época capitalista, como mostrou Marx, é, ao mesmo tempo, valor de uso e valor; simultaneamente as duas coisas, e de maneira contraditória. O valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza capitalista, por ser o aspecto em comum com a riqueza em qualquer época histórica; o valor constitui sua forma social, expressão particular das específicas relações sociais de produção existentes na época capitalista.

Assim, a riqueza capitalista é ao mesmo tempo valor de uso e valor; só que, com a expansão mercantil e capitalista, ela é cada vez mais valor e cada vez menos valor de uso. O valor, como um dos dois polos contraditórios, torna-se cada vez mais dominante; o valor de uso, o outro polo, cada vez mais dominado. No limite, poderíamos dizer que a riqueza capitalista é fundamentalmente valor.

Já tivemos oportunidade de dizer quanto Smith se aproximou dessa perspectiva, embora não dispusesse do instrumental dialético. A limitação e pobreza do pensamento ricardiano, se comparado com o smithiano e especialmente com o marxista, fica patente.

5.13 Referências

CARCANHOLO, Reinaldo A. O valor, a riqueza e a teoria de Smith. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 9, n. 15, p. 183-205, 1991.

CARTELIER, Jean. **Excedente y reproducción**: la formación de la economía política clásica. México, Fondo de Cultura Económica, c1981. 364p.

DOBB, Maurice. **Teorías del Valor y de la distribución desde Adam Smith**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976. ©1973.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. Livros 1, 2 e 3, v. 4.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro 3, v. 6.

MARX, Karl. **Teorias da mais valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980b. v. 1. ©1974a.

MARX, Karl. **Teorias da mais valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1983. v. 2. ©1974b.

MARX, Karl. **Teorias da mais valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1985. v. 3. ©1974c.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. ©1973.

NAPOLEONI, Cláudio. **O Valor na Ciência Econômica**. Lisboa: Presença; Local: Martins Fontes, 1980. ©1977.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. © 1821.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

6

ADAM SMITH: O VALOR E A TEORIA DA DETERMINAÇÃO DA TAXA DE LUCRO¹¹³

¹¹³Texto original
elaborado
em 1996.

Publicado em:
CARCANHOLO, R.
A. Determinação
inequívoca
do valor e da
distribuição
em Smith In:
ENCONTRO
NACIONAL DE
ECONOMIA
POLÍTICA, 2.,
1997, São Paulo.
Anais... São
Paulo: SEP, 1997.
p.192-209.

Desde a principal obra de Ricardo (1982), *Os Princípios*, passando por Marx e até nossos dias, a teoria do valor de Smith (1983) tem sido alvo de críticas tão fortes e tão amplamente aceitas que, no mínimo, fizeram com que se reduzisse a atenção dos novos leitores sobre as suas particularidades e características. Sua importância deve ter sido menosprezada e a correta relação dela com as teorias de Marx e de Ricardo fica necessariamente incompreendida.

As principais críticas a tal teoria poderiam ser resumidas da seguinte maneira:

- a) variabilidade do valor do trabalho e, portanto, impossibilidade de que o trabalho comandado seja usado como medida padrão;
- b) identificação/confusão entre trabalho contido e trabalho comandado;
- c) presença de mais de uma teoria da determinação do valor em Smith, contraditórias entre si;
- d) uso de medidas diferentes para o valor;
- e) indeterminação da magnitude do valor (preço natural real) por insuficiência de uma teoria da distribuição e, mais do que isso, pela presença de um círculo vicioso.

Nos capítulos¹¹⁴ anteriores mostramos os equívocos e inconsistências das críticas e as atribuímos a leituras autoritárias feitas a partir da ótica ricardiana ou marxista. Chegamos até a concluir que, no que se refere a Marx, observa-se, ao mesmo tempo, uma subestimação e uma superestimação da teoria smithiana. Tal autor subestima sua dívida com Smith no que se refere à determinação do valor, identificando-se equivocadamente muito mais com Ricardo, e superestima a proximidade de Smith com sua teoria da exploração¹¹⁵. Nesse caso, suspeitamos até que se trate de excesso de humildade: frente à clara superioridade da sua própria teoria, Marx não é capaz de ima-

¹¹⁴E também em Carcanholo (1991).

¹¹⁵Como vimos, para Smith todo trabalho é pago, por definição e, portanto, seu conceito de dedução não é sinônimo de exploração.

ginar que Smith não tenha se aproximado das mesmas conclusões.

No que se refere a última das críticas assinaladas—insuficiência da teoria da distribuição—convêm algumas palavras preliminares. Consideramos que, naquilo que corresponde à determinação do salário natural, a teoria de Smith é basicamente satisfatória e que a solução por ele formulada não implica na circularidade que lhe é atribuída, quando da determinação do preço natural das mercadorias pela soma de remunerações. O salário natural aparece não como uma magnitude constante e igual ao mínimo de subsistência, mas, no fundamental, determinado fisiologicamente (embora condicionado socialmente) pelo grau de mortalidade (especialmente infantil) e pela exigência que a acumulação de capital faz sobre o crescimento da população trabalhadora. O *valor* do salário natural (em trabalho comandado obviamente), pago na produção de uma mercadoria, não depende de nenhuma maneira dos preços (por exemplo, dos bens de consumo), mas de uma determinação técnica, que é a quantidade de trabalho contido naquela mercadoria produzida, como pudemos mostrar oportunamente em capítulo anterior.

No entanto, até agora, nossa discussão sobre a pretensa indeterminação da magnitude do valor e da existência de círculo vicioso em Smith tinha sido insuficiente. O propósito deste capítulo é superar essa insuficiência, desenvolvendo uma teoria da determinação dos lucros do capital, derivada logicamente dos princípios smithianos.

Lamentavelmente, o tratamento possível da questão implicou um excesso de formalização, embora se trate de matemática elementar. A dificuldade que isso pode significar para alguns leitores nos levou a tentar resumir à continuação as principais conclusões do capítulo.

No que se refere à determinação da renda fundiária, parece não haver dúvidas sobre o fato de que o tratamento de Smith é absolutamente insatisfatório. Acreditamos, porém, que esse não é um problema maior e pensamos deixá-lo de lado, tratando o lucro como se fosse a totalidade do excedente. Pode não ser totalmente aceitável, mas é um primeiro passo.

6.1 Antecipando conclusões

As principais conclusões deste trabalho ficam resenhadas aqui:

- a) Determinação inequívoca da taxa de lucro dentro da teoria do valor de Smith.

É um fato que Smith não tem uma teoria adequada da determinação da magnitude do lucro, mas das suas flutuações e da sua tendência ao longo do desenvolvimento. Isso é totalmente insatisfatório, sobretudo se a magnitude do valor determina-se por soma de remunerações.

Aqui mostraremos, no entanto, que de sua teoria do valor deriva, direta e logicamente, uma teoria inequívoca da determinação dos lucros. Para isso, procederemos da seguinte maneira: dividiremos a economia em dois setores, sendo o primeiro definido como

produtor do conjunto dos bens de consumo dos trabalhadores e, o segundo, de todos os outros bens.

Nossas conclusões são de que a taxa de lucro depende, exclusivamente, de duas variáveis: da taxa de dedução (análoga à taxa de mais-valia de Marx) e da relação capital-constante/produto (análoga à composição orgânica do capital em Marx) em cada um dos dois setores. Por sua parte, a taxa de dedução depende do salário real por hora e da produtividade do trabalho no setor 1.

Assim, nossa conclusão, ao contrário do que podia pensar Smith, é de que não existe independência entre a magnitude dos lucros e a dos salários. Levada às suas últimas consequências, a teoria do valor de Smith permite concluir que os lucros variam no sentido inverso das modificações no salário.

Destaque-se o fato de que as conclusões da teoria smithiana do valor, dessa maneira, são similares às que derivam das teorias de Ricardo (1983) e de Marx (1981).

b) Determinação inequívoca do valor em Smith.

Os preços naturais reais de Smith (ou seja, os valores) ficam totalmente definidos quantitativamente, não havendo a célebre indeterminação fruto de um pretenso círculo vicioso atribuído a ele por alguns de seus críticos.

Mostraremos, de maneira inequívoca que, dados a taxa de dedução, as relações ca-

pital-constante/produto e o total de horas trabalhadas na economia, ficam determinados os preços naturais reais. Existe uma única solução possível para eles.

Se o acompanhamento das formalizações que aparecem à continuação pode parecer excessivamente penoso para alguns, os exemplos apresentados no final do capítulo devem ser suficientes para convencê-los da correção da conclusão anterior e especialmente desta. Os exemplos foram construídos utilizando-se de uma planilha de cálculo, a partir das soluções algébricas encontradas ao longo do capítulo.

c) Relação entre as teorias de Smith e de Marx.

Chegamos a demonstrar também, ao final do capítulo, que existe uma curiosa relação entre Marx e Smith. Trata-se do fato de que, dispondo dos valores de Marx podemos facilmente chegar aos preços naturais reais de Smith. Entre a magnitude dos valores e a dos preços naturais reais existe uma simples relação algébrica. O mesmo ocorre entre estes últimos e os preços de produção de Marx, além do fato de que ambos determinam o mesmo sistema de preços relativos.

Assim, para nós, as três categorias (valor e preço de produção de Marx e preço natural real de Smith) constituem, na verdade, três diferentes dimensões mensuráveis das mercadorias, sendo as duas últimas derivadas da primeira mediante simples lógica formal.

Passemos, pois, às formalizações necessárias.

6.2 Considerações gerais

1. Vamos dividir a economia em dois setores, cada um deles, obviamente, produzindo bens homogêneos:

Setor 1: produtor dos bens de consumo dos trabalhadores;

Setor 2: produtor de todos os outros bens, inclusive dos insumos do setor 1.

2. À diferença de Smith e para uma análise mais realista, consideraremos não só o valor novo dos produtos, mas incluímos o consumo de meios de produção. Em outras palavras - e utilizando a terminologia marxista para maior facilidade -, o capital constante será diferente de zero em ambos os setores.

6.3 Quando o lucro é igual a zero

3. Sabemos que o lucro é, para Smith, dedução do produto do trabalho. Quando o lucro é igual a zero, a dedução é também zero, assim como a taxa de dedução, que definimos como a proporção entre o produto deduzido e a remuneração do trabalho, ambos em valor (análogo ao conceito de taxa de mais-valia em Marx).

Dessa maneira podemos esquematizar a produção social da seguinte maneira:

$$\bar{P}_1 = x_1 \bar{P}_1 + \bar{S}_1$$

$$\bar{P}_2 = x_2 \bar{P}_2 + \bar{S}_2$$

Onde:

- $\bar{P}_1$ e $\bar{P}_2$ o valor ou o preço natural real (trabalho comandado) da produção total, respectivamente, de cada setor;
- $\bar{S}_1$ e $\bar{S}_2$ o valor (trabalho comandado) dos salários pagos respectivamente nos dois setores ou, o que é a mesma coisa, o total de horas trabalhadas em cada um deles;
- $\bar{S}_1 + \bar{S}_2$ o total de horas trabalhadas na economia;
- x_1 e x_2 a relação capital-constante/produto de cada um dos setores.

4. Nesse caso (em que a dedução é nula), a taxa de lucro será zero nos dois setores considerados da economia, o que atende à regra smithiana de uniformidade.

5. A partir desses preços naturais reais (em trabalho comandado) fica definida uma estrutura de preços relativos entre os setores, de maneira que cada preço seria proporcional (corresponderia, na linguagem de Marx) ao trabalho contido.

6. O valor (ou preço natural real) poderia ser medido em trabalho comandado ou trabalho contido e o resultado seria o mesmo. Isso ocorre em razão de que, quando a dedução é igual a zero, o trabalho comandado define-se pelo trabalho contido (são iguais).

6.4 Redução de salários e, conseqüentemente, lucros positivos

7. Nessas condições, qualquer redução da taxa de salários teria as seguintes conseqüências:

a. a taxa de dedução deixaria de ser igual a zero;

b. haveria uma taxa de lucro, também diferente de zero, em cada um dos dois setores;

c. a taxa de lucro deixaria de ser uniforme (o era - e igual a zero - quando a dedução não existia), uma vez que não há nenhuma razão para que as proporções entre o capital constante e o total de horas trabalhadas dos dois setores sejam iguais.

8. Uma nova uniformidade da taxa de lucro, agora diferente de zero, só poderia ser alcançada com uma alteração dos preços relativos, deixando estes de corresponderem aos respectivos trabalhos contidos. Acontece que os novos preços relativos dependem da taxa de lucro e esta depende daqueles. Isto é totalmente claro depois de Ricardo.

9. No entanto, ao contrário de Ricardo, em Smith há algo distinto dos simples preços relativos: o valor, ou seja, o preço natural medido em trabalho comandado (portanto, real).

10. Existe um único preço natural em trabalho (valor) que não depende da taxa de lucro e é justamente este preço que nos permite pensar a possibilidade de chegar a ela:

trata-se do preço natural, em trabalho, dos bens de consumo dos trabalhadores (considerados homogêneos).

11. Dado o volume físico produzido neste setor, seu valor total dependerá exclusivamente da taxa de salário (calculada em bens de consumo, isto é, em termos “reais”) que se considera exógena. Isso é assim pois, dada essa taxa, a capacidade ou poder de comprar trabalho alheio (que é justamente o valor) desses bens, fica determinado. Para melhor esclarecer este ponto, observemos o seguinte exemplo:

Sejam 800 unidades a produção total (P) do setor de bens de consumo dos trabalhadores e 2 unidades a taxa de salário “real” (salário real por hora trabalhada). Nessas condições, a produção total do setor será capaz de comprar, exatamente, 400 horas de trabalho. Assim, o valor (preço natural real) do volume total produzido pelo referido setor será de 400 horas de trabalho. O valor de 1 unidade deste bem será de 0,5 horas de trabalho, pois este é o seu poder de compra de trabalho alheio.

12. Sendo assim, no setor de bens de consumo dos trabalhadores, só não podemos chegar diretamente à taxa de lucro que seria a determinante no sistema, de maneira análoga ao Ricardo (1983b) (do Ensaio), porque o preço do capital constante é desconhecido.¹¹⁶

13. Observemos que a redução da taxa de salários fará com que, automaticamente, o

¹¹⁶Dmitriev (1977) chegou a mostrar que se pode determinar a taxa de lucro por meio da equação de produção do setor que produz bens de consumo essenciais de subsistência dos trabalhadores. No entanto o faz de maneira diferente da que veremos aqui, reduzindo o capital constante por meio de trabalho datado. Dmitriev (1977) atribuiu o mérito dessa ideia a Ricardo (o que parece ser incorreto), mas não faz indicações sobre as passagens ricardianas que o teriam levado a essa conclusão: “O mérito de Ricardo reside em que foi o primeiro a observar que uma das equações de produção permite-nos determinar a taxa de lucro diretamente (isto é, sem recorrer a outras equações). Esta equação é a que corresponde às condições de produção do produto “a” (meios essenciais de subsistência do trabalhador) [...]” (DMITRIEV, 1977, p. 26, tradução nossa). *Os Ensaio*

de Dmitriev (1977), embora anteriores ao livro de Sraffa (1976) criam uma barreira a uma melhor divulgação, por seu excessivo apego à linguagem formal matemática (e isso, mesmo tendo em vista sua comparação com Sraffa). É verdade que muitos dos temas ali tratados encontram dificuldades de ser trabalhados sem formulação matemática (é isso que faz recomendável o esforço dos interessados que não tenham maior familiaridade com essa linguagem) e por isso também o caráter confuso do primeiro capítulo dos *Princípios* de Ricardo (1982). Mas, de todas as maneiras, há em Dmitriev (1977) um excessivo apelo à matemática, como se ela, por si, definisse o caráter de científico. Por certo é o que dizem alguns dos epígrafes escolhidos por ele para o seu primeiro ensaio, por

valor de uma unidade da mercadoria produzida no setor 1 (bens de consumo dos trabalhadores), se eleve proporcionalmente. Vejamos: se a taxa de salários era 4 unidades de bens de consumo, o valor de 800 unidades desses bens era igual a 200 horas de trabalho comandado; tendo baixado a taxa de salário de 4 para 2 unidades, o valor daqueles bens será de 400 horas; uma redução à metade da taxa de salário, implica portanto numa elevação ao dobro do valor dos bens de consumo dos trabalhadores.

14. Assim sendo, dado o novo valor dos bens de consumo, a uniformidade da taxa de lucro só será alcançada com uma alteração no valor do setor 2 (não proporcional a redução da taxa de salário). A partir dessa nova estrutura de valores (preços naturais reais - em trabalho comandado), ficará estabelecida uma nova estrutura de preços relativos (agora não proporcionais ao trabalho contido mas, exclusivamente, ao trabalho comandado).

15. Admitindo-se que r seja o fator de alteração do valor do setor 2 e que seria possível calcular algebricamente sua magnitude, teríamos assim solucionado o sistema de preços naturais reais e o de preços relativos do sistema. Evidentemente, o valor de r depende, entre outras coisas, da taxa de dedução.

16. Passemos então, ao cálculo dos preços em condições de existências de 2 setores e de lucros positivos.

6.5 Cálculo dos preços com redução de salários e lucros positivos

1. Observemos o esquema em preços naturais (trabalho comandado) visto anteriormente:

$$\begin{array}{lcl} \text{Preços naturais} > & \begin{array}{l} \bar{P}_1 = x_1 \bar{P}_1 + \bar{S}_1 \\ \bar{P}_2 = x_2 \bar{P}_2 + \bar{S}_2 \end{array} & (1) \end{array}$$

onde a “taxa de dedução” (T_d) é igual a zero.

Como vimos, nesse caso, a unidade de medida “trabalho comandado” é exatamente igual a “trabalho contido”.

Qualquer redução do salário fará com que apareça uma magnitude positiva de lucro nos dois setores e a “taxa de dedução” (T_d) será positiva.

2. Significado da Taxa de Dedução

Para Smith os lucros e a renda da terra constituem “deduções do produto do trabalho”. Não podemos associar totalmente o conceito de *dedução* de Smith ao de *exploração* de Marx, pois aquele supõe que todo o trabalho é pago (e isso, por definição).¹¹⁷

De acordo com os nossos propósitos, suporemos que a renda da terra é sempre nula e toda dedução resultará em lucro do capital.

Qualquer dedução positiva fará com que a *taxa de salário* (salário em bens do setor 1, por hora trabalhada - o que corresponde em Smith à idéia de salário real) diminua.

exemplo: “Nenhum estudo feito pelo homem pode considerar-se como conhecimento verdadeiro se não foi demonstrado matematicamente” (DA VINCI apud DMITRIEV, 1977); “Eu afirmo que em todo conhecimento das ciências naturais não se encontra mais ciência verdadeira que a matemática que ali se encontra” (KANT apud DMITRIEV, 1977). Outros dois epígrafes são mais razoáveis: “É precisamente a complexidade do raciocínio dedutivo que faz necessária a linguagem dos signos matemáticos.” (W. WUNDT apud DMITRIEV, 1977); “Deve-se empregar a matemática ali onde é impossível chegar à verdade sem ajuda” (HEINRICH VON THUNEN apud DMITRIEV, 1977).

¹¹⁷Como vimos em capítulo anterior.

Sejam:

$\mathbf{s}_A$ = taxa de salário

$\bar{\mathbf{s}}_A$ = taxa de salário com dedução igual a zero

Insistamos num aspecto: essas taxas de salário correspondem ao salário pago em bens do setor 1, por hora de trabalho.

Evidentemente:

$$\bar{\mathbf{s}}_A \geq \mathbf{s}_A$$

Podemos escrever, então:

$$\mathbf{s}_A = \frac{\bar{\mathbf{s}}_A}{(1 + T_d)} \quad ,$$

onde T_d = taxa de dedução.

3. Lembremos que a taxa de salário é única no sistema e dessa maneira $\mathbf{s}_A$ será a taxa de salário para ambos os setores.

Como os trabalhadores do setor 2 também recebem salários em bens do setor 1, a mesma taxa de dedução corresponde aos dois setores. A redução dos salários dos trabalhadores do setor 2 é igual à observada no setor 1.

4. O esquema, em quantidades físicas de produtos (valor de uso), antes da dedução era:

$$\begin{aligned} \text{Valores de uso} > \quad \bar{\mathbf{a}}_1 \mathbf{A} &= \bar{\mathbf{a}}_{1K} \mathbf{A} + \bar{\mathbf{a}}_{1S} \mathbf{A} \\ \bar{\mathbf{a}}_2 \mathbf{B} &= \bar{\mathbf{a}}_{2K} \mathbf{B} + \bar{\mathbf{a}}_{2S} \mathbf{B} \end{aligned} \quad (2)$$

Onde:

$\bar{a}_1 A$ e $\bar{a}_2 B$ são os volumes de produção de cada um dos dois setores, isto é, número de unidades produzidas de A e de B;

$\bar{a}_{1K} A$ é a parte do produto do setor 1 que será convertida em meios de produção (bens do setor 2);

$\bar{a}_{2K} B$ é a parte do produto do setor 2 usado por ele mesmo como meios de produção;

$\bar{a}_{1S} A$ é a quantidade total de bens do setor 1 apropriada pelos seus trabalhadores e

$\bar{a}_{2S} B$ é a parte do produto do setor 2 apropriada pelos seus trabalhadores, que será convertida em bens do setor 1.

Com a dedução positiva e, portanto, com a nova taxa de salário, a situação será a seguinte:

$$T_d > 0$$

$$\begin{aligned} \text{Valores de uso} > \quad & \begin{aligned} a_1 A &= a_{1K} A + a_{1S} A + a_{1L} A \\ a_2 B &= a_{2K} B + a_{2S} B + a_{2L} B \end{aligned} \quad (3) \end{aligned}$$

Onde:

$a_{1S} A$ é a quantidade total de bens do setor 1 recebida pelos respectivos trabalhadores, como salários;

$a_{2S} B$ é a parte do produto do setor 2 que cabe aos seus trabalhadores e que será convertida, pelos preços respectivos, nos correspondentes bens do setor 1;

$a_{1L} A$ e $a_{2L} B$ são respectivamente as partes dos produtos de cada setor que correspondem aos lucros dos capitais; os capitais do setor 1 converterão, por seus preços, em bens do setor 2.

5. Observemos que

$$a_1 A < \bar{a}_1 A$$

pois os salários totais, em bens do setor 1, serão agora menores do que antes da dedução e o sistema, supõe-se, está em equilíbrio.

Assim, o número de horas trabalhadas no setor 1, agora é menor do que antes.

Sendo:

S = o número de horas totais trabalhadas,

S_1 = o número de horas trabalhadas no setor 1

S_2 = o número de horas trabalhadas no setor 2

$$S = S_1 + S_2 = \bar{S}_1 + \bar{S}_2, \text{ e}$$

$$S_1 < \bar{S}_1, \quad S_2 > \bar{S}_2$$

Houve uma transferência de trabalhadores do setor 1 para o 2. A redução do número de horas trabalhadas no setor 1 é proporcional à redução do volume da produção de bens de consumo para os trabalhadores:

$$\frac{a_1 A}{\bar{a}_1 A} = \frac{s_A}{\bar{s}_A} = \frac{1}{1 + T_d}$$

como

$$\frac{S_1}{\bar{S}_1} = \frac{a_1 A}{\bar{a}_1 A}$$

temos que

$$S_1 = \frac{\bar{S}_1}{1 + T_d}$$

6. Se dividirmos todos os elementos do esquema **(3)** por S_A (taxa de salário) chegaremos aos preços reais, isto é, à quantidade de horas de trabalho que aquelas quantidades de valores de uso podem comandar.

$$\begin{array}{lcl} \text{Preços reais} > & \begin{array}{l} P_1 = x_1 P_1 + S_1 + I_1 \\ P_2 = x_2 P_2 + S_2 + I_2 \end{array} & \textbf{(4)} \end{array}$$

No que se refere ao setor 1, não deve existir nenhuma dúvida quanto ao resultado anterior. Mas, talvez, o resultado não seja tão claro no que se refere ao setor 2. Vejamos.

Seja:

S_B a “taxa salário”, supondo-se que os trabalhadores do setor 2 recebam seus salários, em primeira instância, em bens do setor 2, para só depois realizarem a conversão, no mercado, em bens do setor 1.

Assim,

$$s_B = \frac{a_{2S} B}{S_2}$$

Por isso:

$\frac{a_{2B}}{s_B} = P_2$, isto é, capacidade da produção total do setor 2 de comandar horas de trabalho; portanto, seu preço real.

Da mesma maneira:

$$\frac{a_{2K} B}{s_B} = x_2 P_2 ; \quad \frac{a_{2L} B}{s_B} = l_2 .$$

Como **SB = SA** , fica demonstrado o resultado acima indicado.

Poderíamos mostrar a mesma coisa de outra maneira. A produção do setor 1 é igual à soma de todos os salários, pois o esquema está em equilíbrio. Assim:

$$a_1 A = a_{1S} A + a_{2S} B$$

$$\therefore a_{2S} B = a_1 A - a_{1S} A$$

Isso significa que $a_{2s}B$ também representa a quantidade de valores de uso pagos como salários pelas S_2 horas trabalhadas no setor 2; portanto:

$$\frac{a_{2s}B}{S_2} = s_A$$

7. A magnitude de P_1

Conforme assinalado no item 6,

$$a_1 A = a_{1s} A + a_{2s} B$$

Dividindo ambos os membros por , teremos:

$$P_1 = S_1 + S_2, \quad \text{e como} \quad S = S_1 + S_2 ,$$

$$P_1 = S$$

8. Cálculo da magnitude de P_2 .

Seja P_2 a produtividade (“bruta”) do trabalho no setor 2.

a) Quando $T_d = 0$ (isso significa que o lucro é nulo) podemos escrever:

$$\rho_2 = \frac{\bar{a}_2 B}{\bar{S}_2}$$

como $\bar{P}_2 = x_2 \bar{P}_2 + \bar{S}_2$ [ver esquema (1)]

$$\text{então: } \bar{S}_2 = \bar{P}_2(1 - x_2)$$

então

$$\therefore \rho_2 = \frac{\bar{a}_2 B}{\bar{P}_2(1 - x_2)} ; \quad \text{no entanto} \quad \bar{P}_2 = \frac{\bar{a}_2 B}{\bar{s}_A} ,$$

então

$$\rho_2 = \frac{\bar{a}_2 B}{\bar{a}_2 B \left(\frac{1 - x_2}{\bar{s}_A} \right)} \therefore \rho_2 = \frac{\bar{s}_A}{1 - x_2}$$

b) Se $T_d > 0$ (lucros positivos), podemos escrever:

$$\bar{s}_A = s_A (1 + T_d)$$

$$\text{e, como vimos no item a,} \quad \rho_2 = \frac{\bar{s}_A}{1 - x_2}$$

Substituindo o valor de $\bar{s}_A$:

Mas, por outro lado:

$$\rho_2 = \frac{a_2 B}{S_2} \quad (\text{produção da setor 2 dividida pela quantidade de horas trabalhadas}).$$

Então,

$$\frac{a_2 B}{S_2} = \frac{s_A (1 + T_d)}{1 - x_2}$$

$$\text{e} \quad \frac{a_2 B}{s_A} = S_2 \frac{1 + T_d}{1 - x_2} ; \text{ como } \frac{a_2 B}{s_A} = P_2$$

então:

$$P_2 = S_2 \frac{1 + T_d}{1 - x_2}$$

9. Cálculo da magnitude de S_1 .

De maneira similar ao item anterior (8), podemos chegar à magnitude de S_1 :

a) Antes da dedução:

$$\rho_1 = \frac{\bar{a}_1 A}{\bar{S}_1} \quad \text{e} \quad \bar{S}_1 = \bar{P}_1 (1 - x_1)$$

$$\therefore \rho_1 = \frac{\bar{a}_1 A}{\bar{P}_1 (1 - x_1)} \quad . \text{ Como } \quad \bar{P}_1 = \frac{\bar{a}_1 A}{\bar{s}_A}$$

$$\therefore \rho_1 = \frac{\bar{a}_1 A}{\bar{a}_1 A \left(\frac{1 - x_1}{\bar{s}_A} \right)} \quad \text{Logo} \quad \rho_1 = \frac{\bar{s}_A}{1 - x_1}$$

b) Com dedução positiva:

$$\bar{s}_A = s_A (1 + T_d) \quad \text{e} \quad \rho_1 = \frac{\bar{s}_A}{1 - x_1}$$

$$\text{então } \rho_1 = \frac{s_A (1 + T_d)}{1 - x_1} \quad . \text{ Mas } \quad \rho_1 = \frac{a_1 A}{S_1}$$

Logo

$$\frac{a_1 A}{S_1} = s_A \frac{1 + T_d}{1 - x_1}$$

$$\text{e} \quad \frac{a_1 A}{s_A} = S_1 \frac{1 + T_d}{1 - x_1}$$

de trabalho comandado. Isso implica várias coisas, entre outras, a seguinte:

O preço do setor 1 não pode ser alterado pois, dada a taxa de salário **Sa** (em bens do setor 1), ele está automaticamente determinado. O preço total da produção do setor 1 é a quantidade total de horas de trabalho que se pode comprar com este volume de produção.

A produção total do setor 1 **a₁A** é e com essa quantidade de produtos compra-se **S** horas de trabalho.

13. No entanto, o preço do produto do setor 2 pode ser alterado.

Vamos supor que esse preço seja elevado em certa proporção (no caso em que sua taxa de lucro fosse inferior à média). Nesse caso, a parte do produto do setor 2 que se destinará aos trabalhadores, para que eles possam comprar bens do setor 1, deverá ser menor. Com uma quantidade inferior de bens do setor 2, mas agora com preços mais elevados, os trabalhadores continuarão recebendo uma taxa de salário igual a **Sa**.

14. Com a elevação do preço do setor 2, teríamos outras consequências:

- a. A parte do produto do setor 2 destinada ao lucro do seu capital deve ampliar-se, porque menos desses bens destinam-se ao pagamento dos seus trabalhadores.
- b. A parte do produto do setor 1 destinada a comprar os meios de produção deve au-

Portanto:

$$S_1 = P_1 \frac{1 - x_1}{1 + T_d}$$

A quantidade de horas trabalhadas no setor 2 será:

$$S_2 = S - S_1$$

10. Dos elementos do esquema **(4)**, só de dois ainda não temos suas magnitudes, **l_1** e **l_2** , mas, por simples subtrações, podemos obtê-las.

6.6 Os preços naturais

11. Retornemos ao esquema (4):

$$P_1 = x_1 P_1 + S_1 + l_1$$

$$P_2 = x_2 P_2 + S_2 + l_2$$

Todos os elementos aí indicados aparecem medidos em trabalho comandado. No entanto, aparece uma dificuldade: não há uniformidade da taxa de lucro.

Isso significa que não se trata de preços naturais, pois eles implicam taxas de lucro uniforme. Na verdade, esses preços continuam sendo preços proporcionais ao trabalho contido, embora medidos em trabalho comandado. Podem ser considerados preços reais, mas não naturais.

12. Para que se possa obter a uniformidade da taxa de lucro, nos dois setores, é necessária uma relação de preços diferente, não proporcional aos trabalhos contidos.

Não estamos buscando simples preços relativos, mas preços reais, isto é, em unidades

mentar, pois os preços desses meios sofreram uma majoração.

c. Como a parte do produto do setor 1 destinada aos trabalhadores desse setor permanece a mesma, a parte que se destina aos lucros fica reduzida.

15. Em valores de uso a nova situação será a seguinte:

$$\text{Valores de uso} > \begin{matrix} \mathbf{a_1 A} = \underline{\mathbf{a_{1K}}} \mathbf{A} + \mathbf{a_{1S}} \mathbf{A} + \underline{\mathbf{a_{1L}}} \mathbf{A} \\ \mathbf{a_2 B} = \mathbf{a_{2K}} \mathbf{B} + \underline{\mathbf{a_{2S}}} \mathbf{B} + \underline{\mathbf{a_{2L}}} \mathbf{B} \end{matrix} \quad (5)$$

Na circunstância analisada, de elevação do preço do setor 2, teríamos então:

$$\text{do item (13)} \rightarrow \underline{\mathbf{a_{2S}}} \mathbf{B} < \mathbf{a_{2S}} \mathbf{B} \text{ [ver esquema (3)]}$$

$$\begin{array}{ll} \text{do item (14),} & \text{a) } \rightarrow \underline{\mathbf{a_{2S}}} \mathbf{B} < \mathbf{a_{2S}} \mathbf{B} \\ & \text{b) } \rightarrow \underline{\mathbf{a_{1K}}} \mathbf{A} > \mathbf{a_{1K}} \mathbf{A} \\ & \text{c) } \rightarrow \underline{\mathbf{a_{1L}}} \mathbf{A} > \mathbf{a_{1L}} \mathbf{A} \end{array}$$

Se tivesse ocorrido uma redução do preço do setor 2, para se alcançar a igualação das taxas de lucro, o resultado, em termos de valores de uso, seria o inverso:

$$\underline{\mathbf{a_{2S}}} \mathbf{B} > \mathbf{a_{2S}} \mathbf{B} \quad \text{e} \quad \underline{\mathbf{a_{2L}}} \mathbf{B} < \mathbf{a_{2L}} \mathbf{B}$$

$$\underline{\mathbf{a_{1K}}} \mathbf{A} < \mathbf{a_{1K}} \mathbf{A} \quad \text{e} \quad \underline{\mathbf{a_{1L}}} \mathbf{A} > \mathbf{a_{1L}} \mathbf{A}$$

16. Seja $\mathbf{r}$ a proporção entre a parcela do produto do setor 2 que correspondia aos salários pagos neste setor, antes e depois da alteração de preço:

$$r = \frac{a_{2s} B}{\underline{a_{2s} B}}$$

17. O Preço Natural do setor 2.

Seja **N** o preço natural total da produção do setor 2. Então, **N** será a capacidade de comprar horas de trabalho do volume **a_{2s}B** produzido:

$$N = \frac{a_2 B}{s_B} \quad , \quad \text{onde} \quad s_B = \frac{a_{2s} B}{S_2}$$

Lembremos que **S₂** é o total de horas trabalhadas no setor.

$$\text{Como} \quad r = \frac{a_{2s} B}{\underline{a_{2s} B}} > \underline{a_{2s} B} = \frac{a_{2s} B}{r}$$

$$\therefore N = \frac{a_2 B}{\underline{a_{2s} B}} \cdot r \quad ,$$

$$\text{Mas, com vimos: } \frac{a_2 B}{S_2} = P_2 \quad [\text{ver item (6)}]$$

$$\therefore N = P_2 \cdot r$$

Portanto, **r** é o fator de alteração do preço real do setor 2 que garante a uniformidade da taxa de lucro, pois **N** é o preço natural.

18. Por razões similares às indicadas no item (17), o preço natural dos meios de produção consumidos nos setores 1 e 2 serão, respectivamente:

$$x_1 P_1 \cdot r \quad ,$$

$$x_2 P_2 \cdot r \quad .$$

19. O preço natural dos salários continuará sendo S_1 e S_2 e , respectivamente nos setores e S o preço natural do salário total.

20. No que se refere ao lucro dos dois setores, já vimos que a alteração não se explica somente por efeito do fator r (cf. Itens 14 e 15).

21. Dessa maneira, podemos escrever a estrutura dos preços naturais:

$$\begin{array}{lcl} \text{Preços} & & P_1 = x_1 P_{1,r} + S_1 + L_{1,r} \quad (a) \\ \text{naturais} & > & P_{2,r} = x_2 P_{2,r} + S_2 + L_{2,r} \quad (b) \end{array} \quad (6)$$

22. No esquema (6), já conhecemos as seguintes magnitudes:

$$P_1, P_1, P_2, x_1, x_2, S_1, S_1 \text{ e } S_2.$$

Lembremos que:

$$P_1 = S \quad (\text{cf. item 7})$$

$$P_2 = S_2 \frac{1 + T_d}{1 - x_2} \quad (\text{cf. item 8})$$

$$S_1 = P_1 \frac{1 - x_1}{1 + T_d}, \quad S_2 = S - S_1 \quad (\text{cf. item 9})$$

$$S_1, x_1, x_2 \text{ e } x_2, \text{ são dados.}$$

23. Nossas incógnitas são:

$$r, L_1 \text{ e } L_2.$$

No entanto, dispomos de uma terceira equação:

$$\frac{L_1.r}{x_1 P_1.r + S_1} = \frac{L_2.r}{x_2 P_2.r + S_2} \quad , \quad (c),$$

isto é, a taxa de lucro é uniforme.

24. Determinação da magnitude de r .

Da equação (c), podemos escrever que:

$$L_2.r = \frac{L_1.r}{x_1 P_1.r + S_1} (x_2 P_2.r + S_2)$$

Substituindo o valor de $L_2.r$ na equação (b), temos:

$$P_2.r = S_2 + x_2 P_2.r + \frac{L_1.r}{x_1 P_1.r + S_1} (x_2 P_2.r + S_2)$$

Desenvolvendo e fazendo:

$$A = P_2.x_1 P_1$$

$$B = P_2.S_1 - x_2 P_2.S_1 - x_2 P_2.S_2$$

$$C = -(S_2^2 + S_1.S_2) \quad ,$$

teremos:

$$A.r^2 + B.r + C = 0 \quad {}^{118}$$

$$\therefore r = \frac{-B + \sqrt{B^2 - 4AC}}{2A}$$

¹¹⁸Para maior facilidade observemos que:

$$a) S_2 x_1 P_1 r + S_2 L_1 r = S_2 (x_1 P_1 r + L_1 r) = S_2 (P_1 - S_1) = S_2^2$$

$$\begin{aligned} b) x_1 P_1 x_2 P_2 r^2 + L_1 x_2 P_2 r^2 &= (x_1 P_1 r) (x_2 P_2 r) + (L_1 r) (x_2 P_2 r) = \\ &= x_2 P_2 r (x_1 P_1 r + L_1 r) = x_2 P_2 r (P_1 - S_1) = x_2 P_2 S_2 r \end{aligned}$$

que é a única raiz aceitável, pois a outra é negativa.

25. Magnitude dos lucros.

Facilmente chegaremos a:

$$L_1 = (P_1 - x_1 P_1 \cdot r - S_1) \cdot \frac{1}{r}$$

$$L_2 = (P_2 - x_2 P_2 \cdot r - S_2) \cdot \frac{1}{r}$$

26. Assim, partindo da taxa de dedução, das relações capital-constante/produto e do total de horas trabalhadas na economia, ficam determinados os preços naturais nos dois setores, e as respectivas magnitudes de lucro.

6.7 De Smith a Marx

1. Observemos, em primeiro lugar, o esquema em preços reais mostrado no item (cf. seção 6.5, item 6):

$$\begin{array}{lcl} \text{Preços reais} & > & \begin{array}{l} P_1 = x_1 P_1 + S_1 + l_1 \\ P_2 = x_2 P_2 + S_2 + l_2 \end{array} \end{array} \quad (4)$$

Vimos que se trata de preços reais (medidos em trabalho comandado), mas não de preços naturais, pois a taxa de lucro não é uniforme. Vimos também que se trata de preços proporcionais aos trabalhos contidos (seção 6.5, item 11).

2. Podemos mostrar que:

a) $l_1 = S_1 \cdot T_d$, e

b) $l_2 = S_2 \cdot T_d$.

Vejamos:

a) Sabemos que $l_1 = P_1(1 - x_1) - S_1$ (cf. seção 6.5, item 10)

como $S_1 = P_1 \frac{1 - x_1}{1 + T_d}$ (cf. seção 6.5, item 9), logo

$$P_1(1 - x_1) = S_1(1 + T_d)$$

$$\therefore l_1 = S_1(1 + T_d) - S_1$$

$$\text{portanto } l_1 = S_1 T_d$$

b) Da mesma maneira, temos que:

$$l_2 = P_2(1 - x_2) - S_2 \quad (\text{cf. seção 6.5, item 10})$$

como $P_2 = S_2 \frac{1 + T_d}{1 - x_2}$ (cf. seção 6.5, item 8), logo

$$P_2(1 - x_2) = S_2(1 + T_d)$$

$$\therefore l_2 = S_2 T_d$$

3. Demonstraremos a seguir que, se multiplicarmos todos os elementos do esquema anterior **(4)** de preços reais por $\frac{1}{1 + T_d}$, chegaremos aos valores de Marx (onde T_d é a taxa de mais-valia), conforme o seguinte esquema:

$$\begin{array}{lcl} \text{Valores} & & \\ \text{de Marx} & > & \begin{array}{l} V_1 = x_1 V_1 + V_{F1} + M_1 \\ V_2 = x_2 V_2 + V_{F2} + M_2 \end{array} \end{array} \quad (7)$$

Onde:

$$V_1 = \frac{P_1}{1 + T_d} \quad \text{é o valor total da produção na} \\ \text{setor 1,}$$

$$x_1 V_1 \quad \text{é o capital constante do setor 1,}$$

$$V_{F1} = \frac{S_1}{1 + T_d} \quad \text{é o capital variável do setor 1, e}$$

$$M_1 = \frac{I_1}{1 + T_d} \quad \text{é a mais-valia produzida nesse} \\ \text{setor.}$$

Da mesma maneira no setor 2.

Todos esses elementos, obviamente, aparecem medidos em trabalho contido.

4. Para provar que o esquema **(7)** é realmente o esquema com os elementos em valor (conforme Marx), bastará demonstrar que:

a) $V_{F1} + M_1 = S_1$ isto é, o valor novo produzido no setor 1 é (deve ser) igual ao número de horas trabalhadas ali,

b) $V_{F2} + M_2 = S_2$ idem, setor 2,

c) T_d é a taxa de mais-valia.

Demonstração de que: $V_{F1} + M_1 = S_1$:

$$V_{F1} = \frac{S_1}{1 + T_d} \quad \text{e} \quad M_1 = \frac{I_1}{1 + T_d}$$

$$\therefore V_{F1} + M_1 = \frac{S_1 + I_1}{1 + T_d}, \text{ como } I_1 = S_1 T_d \quad (\text{cf. item 2})$$

$$\text{então } V_{F1} + M_1 = S_1$$

Da mesma maneira, demonstramos que

$$V_{F2} + M_2 = S_2$$

Demonstração de que T_d é a taxa de mais-valia:

$$M_1 = \frac{l_1}{1 + T_d} \quad \text{e} \quad V_{F1} = \frac{S_1}{1 + T_d}$$

$$\therefore \frac{M_1}{V_{F1}} = \frac{l_1}{S_1} = T_d$$

Da mesma maneira:
$$\frac{M_2}{V_{F2}} = T_d$$

5. Do anterior podemos concluir algo muito importante.

Conhecida a medida em trabalho comandado de uma determinada magnitude, basta multiplicá-la por $\frac{1}{1 + T_d}$ e teremos sua medida em trabalho contido.

6. Outra conclusão com certa importância é que, dos valores de Marx, podemos chegar aos preços naturais reais de Smith. Para isso, basta multiplicar aqueles por $(1 + T_d)$ e calcular o valor de r utilizando a fórmula indicada no item (seção 6.5, item 24).

Isso significa que, entre a magnitude dos valores de Marx e os preços naturais de Smith existe simplesmente uma relação algébrica. Essa relação, como é óbvio, é mediadora de

magnitudes com distintas unidades de medida (trabalho contido e comandado).

7. Observemos agora o esquema em preços naturais reais indicado no item (cf. seção 6.5, item 21):

$$\begin{array}{lcl} \text{Preços} & & \mathbf{P_1 = x_1 P_{1.r} + S_1 + L_{1.r}} \quad (\text{a}) \\ \text{naturais} & > & \mathbf{P_{2.r} = x_2 P_{2.r} + S_2 + L_{2.r}} \quad (\text{b}) \end{array} \quad (6)$$

Duas características importantes apresenta este esquema: a) todos seus elementos aparecem medidos em trabalho comandado e b) há uniformidade na taxa de lucro.

8. Sabemos (item 5) que se multiplicarmos determinada magnitude em trabalho comandado por $\frac{1}{1+T_d}$ obtemos sua medida em trabalho contido.

Assim, se fizemos esta multiplicação com os elementos do esquema (6) obteremos os preços de produção de Marx?

Já mostramos anteriormente (CARCANHOLO, 2000) que os preços de produção de Marx são, na verdade, valores apropriados em condições de uniformidade da taxa de lucro; por isso, eles devem ter como unidade de medida o trabalho contido.

Os neo-ricardianos, ou quaisquer outros que leiam Marx com olhos sraffianos, estão convencidos de que a unidade de medida dos preços de produção marxistas é o dinheiro. Esse é um equívoco derivado da errônea redução dos preços de produção a simples preços relativos. Parecem não entender que em Marx valor e valor de troca (ou valor relativo) são coisas diferentes.

9. A resposta da pergunta anterior é negativa e isso pelo seguinte: a soma dos preços de produção (ou preço de produção total) deve ser igual à soma dos valores (ou valor total). Isso não ocorre, naquele caso, como podemos mostrar:

$$\text{como } V_1 = \frac{P_1}{1 + T_d} \quad \text{e} \quad V_2 = \frac{P_2}{1 + T_d}$$

$$\text{então } V_1 + V_2 = \frac{P_1 + P_2}{1 + T_d} \neq \frac{P_1 + P_2 \cdot r}{1 + T_d}, \text{ se } r \neq 1$$

10. Para que tenhamos os preços de produção de Marx, será necessário multiplicar cada elemento do esquema (6) dos preços naturais de Smith por $\frac{P_1 + P_2}{(1 + T_d)(P_1 + P_2 \cdot r)}$.

Dessa maneira cumprem-se as características exigidas pelos preços de produção:

a) unidade de medida: trabalho contido, pois a dimensão de $\frac{P_1 + P_2}{P_1 + P_2 \cdot r}$ é abstrata;

b) uniformidade da taxa de lucro, pois todos os elementos do esquema (6) serão multiplicados pelo mesmo fator; e

c) preço de produção total igual a valor total pois:

$$(P_1 + P_2 \cdot r) \frac{P_1 + P_2}{(1 + T_d)(P_1 + P_2 \cdot r)} = \frac{P_1 + P_2}{1 + T_d} = V_1 + V_2$$

11. Nossa conclusão é a seguinte: a magnitude dos preços de produção de Marx pode

ser diretamente deduzida dos preços naturais reais de Smith pois, entre eles, existe simplesmente uma relação algébrica, mediadora de diferentes unidades de medida (trabalho contido e trabalho comandado).

Marx (1981) já havia se referido à relação entre esses conceitos:

O que denominamos preço de produção é na verdade o mesmo que A. Smith chama preço natural, Ricardo, preço de produção, custo de produção e os fisiocratas, preço necessário, pois, no curso do tempo, é condição de oferta, da reprodução da mercadoria de cada ramo particular de produção. Mas nenhum deles desvendou a diferença entre preço de produção e valor (MARX, 1981, livro 3, cap. X, p. 223).

Na verdade, o que Marx (1981) diz é que esses conceitos cumprem o mesmo papel teórico, em cada uma das diferentes teorias, pois são “condição da oferta”; são tais que implicam os mesmos preços relativos, não proporcionais aos trabalhos contidos. O que Marx (1981) não podia pretender, mas que comprovamos agora, era que seu preço de produção fosse tão próximo do preço natural de Smith, que entre eles mediasse apenas uma simples relação algébrica, em razão de terem unidades diferentes de medida (trabalho contido e trabalho comandado).

12. Para terminar, podemos dizer que, se a magnitude do valor de Marx expressa o trabalho contido na mercadoria,

a) o preço natural real de Smith expressa a capacidade da mesma de comprar trabalho alheio, e

b) a magnitude do preço de produção de Marx expressa a capacidade da mercadoria de comprar trabalho contido nas outras mercadorias (excluída a força de trabalho).

Portanto, trata-se de três dimensões das mercadorias (magnitude do valor de acordo com Marx, preço natural real e magnitude do preço de produção), sendo que as duas últimas podem ser calculadas algebricamente a partir da primeira.

6.8 Sobre o excedente em Smith

1. Tendo em vista o desenvolvimento até aqui, deveremos responder duas questões básicas dentro da teoria que estamos considerando:

a) a magnitude da riqueza nova (líquida) produzida (que para Smith é o preço natural real) durante certo período de tempo, um ano por exemplo, varia com modificações na distribuição?

b) dada a magnitude do valor (preço natural real), quais são os fatores que determinam a magnitude do excedente?

2. Chegaremos às respostas necessárias se tivermos em conta o fato de que os preços naturais reais podem ser derivados dos valores de Marx, conforme vimos no item (seção 6.7, item 6).

3. Chamemos de P_r preço natural real (valor em Smith) da riqueza nova (líquida) produzida anualmente. Assim:

$$P_T = P_1(1 - x_1 \cdot r) + P_2 \cdot r(1 - x_2), \text{ (cf. esquema (6))}$$

Chamemos de V_T o valor (de Marx) líquido anual produzido:

$$V_T = V_1(1 - x_1) + V_2(1 - x_2), \text{ (cf. esquema (7))}$$

Como vimos:

$$P_1 = V_1(1 + T_d)$$

$$P_2 = V_2(1 + T_d) \quad \text{(cf. seção 6.7, item 3)}$$

4. Fatores que determinam a magnitude de P_T .

a) Como P_T pode ser derivado de V_T e este é igual a S (quantidades de horas totais trabalhadas), S é um dos fatores que explicam a magnitude de P_T .

b) É necessário multiplicar os valores de Marx por $(1 + T_d)$ para encontrar os preços naturais reais. Portanto T_d é outro fator que explica a magnitude de P_T . Dada certa quantidade física de produto, quanto maior T_d e, portanto, menor a taxa de salário, maior será a capacidade daquela quantidade de produto de comprar horas de trabalho.

c) A magnitude de P_T depende, finalmente, de r . Podemos mostrar (cf. item 5) que r depende da relação entre x_2 e x_1 , de tal modo que:

$$\text{se } x_2 = x_1 \quad \rightarrow \quad r = 1$$

$$\text{se } x_2 > x_1 \quad \rightarrow \quad r > 1$$

e quanto maior $\frac{x_2}{x_1}$, maior será r ;

se $x_2 < x_1 \rightarrow r < 1$

e quanto menor $\frac{x_2}{x_1}$, menor será r .

Na verdade x_1 e x_2 funcionam como indicadores similares à composição orgânica do capital de Marx.

5. Mostraremos agora a relação entre r e x_1 e x_2

De acordo com os itens (seção 6.5, itens 8 e 9):

$$S_1 = P_1 \frac{1 - x_1}{1 + T_d}, S_2 = P_2 \frac{1 - x_2}{1 + T_d}, \text{ logo } \frac{S_1}{S_2} = \frac{P_1}{P_2} \cdot \frac{(1 - x_1)}{(1 - x_2)}$$

De acordo com o item (seção 6.7, item 2):

$$l_1 = S_1 \cdot T_d, \quad l_2 = S_2 \cdot T_d, \quad \text{logo} \quad \frac{l_1}{l_2} = \frac{S_1}{S_2}.$$

Substituindo $\frac{S_1}{S_2}$ pela expressão anterior, temos

$$\frac{l_1}{l_2} = \frac{P_1}{P_2} \cdot \frac{(1 - x_1)}{(1 - x_2)} \quad \text{ou}$$

$$\frac{l_1}{P_1} = \frac{l_2}{P_2} \cdot \frac{(1 - x_1)}{(1 - x_2)}$$

a) se $x_1 = x_2$, a taxa de lucro dos dois setores seria a mesma, pois $\frac{l_1}{P_1} = \frac{l_2}{P_2}$ e não seria necessário ocorrer alteração de preço no setor

2 e, dessa forma $r = 1$,

$$\text{b) se } x_2 > x_1, \rightarrow \frac{l_1}{P_1} > \frac{l_2}{P_2},$$

e seria necessário elevar o preço do setor 2 para que se alcançasse a uniformidade da taxa de lucro; assim $r > 1$,

c) se $x_2 < x_1$, pela razão inversa $r < 1$

6. Em resumo, podemos dizer que o preço natural real da produção líquida anual depende da quantidade de horas de trabalho dedicadas à produção, da taxa de dedução (que altera salário e modifica a capacidade de certo produto de comprar trabalho - este é seu efeito direto) e da relação entre as composições orgânicas do capital. Uma alteração na taxa de dedução, além do mais, provoca um efeito indireto sobre o preço natural real. Uma elevação dela, por exemplo, ao reduzir salários, vai favorecer mais aquele setor com baixa composição orgânica, rompendo a uniformidade da taxa de lucro. Se o setor 2 tiver maior composição orgânica que o setor 1 ($x_2 > x_1$), o valor de r deverá reduzir-se. Se, ao contrário, $x_1 > x_2$, r deverá aumentar. Uma redução na taxa de dedução provocará efeito contrário. Esse efeito indireto das modificações na taxa de dedução foi demonstrado por Ricardo, nos Princípios.

7. O fato de que a magnitude do produto novo total em valor (isto é, seu preço natural real), que é igual à soma dos salários e lucros (supomos renda igual a zero), seja alterada por uma simples modificação na

distribuição, não apresenta, na verdade, nenhuma dificuldade na teoria de Smith.

Dentro da concepção de Ricardo, esse resultado seria inaceitável, pois esse autor concebe a riqueza exclusivamente em sua dimensão física e, portanto, sua magnitude deve ficar definida na produção, sem nenhuma influência da distribuição.

8. A magnitude do excedente, dado o valor (preço natural real) líquido da produção dependerá de T_a e de r , elementos já considerados nos parágrafos anteriores. Agreguemos aqui, algo mais sobre a taxa de dedução.

Como sustenta Smith, o salário natural depende de condições fisiológicas (também sociais, históricas e morais como afirma Marx) vinculadas à sobrevivência e reprodução do trabalhador, ao mesmo tempo que do ritmo de acumulação da economia que responde pela demanda de trabalho. Portanto, dada a taxa de salário, a taxa de dedução dependerá da produtividade do trabalho no setor dos bens de consumo dos trabalhadores. Dessa maneira, o resultado a que chegamos em Smith sobre a taxa de dedução, é o mesmo que encontramos em Marx para a taxa de mais-valia.

6.9 Alguns exemplos

Apresentaremos, para finalizar, alguns exemplos de preços naturais reais (PN), valores (V) e preços de produção (PP) (estes dois últimos conforme concebidos por

Marx) calculados a partir, exclusivamente dos seguintes parâmetros: horas totais trabalhadas, taxa de dedução, relação capital-constante/produto para cada um dos dois setores (x_1 , x_2).

Os cálculos foram realizados utilizando uma planilha eletrônica.

Consideramos:

K = capital constante

S = salário

L = lucro

Exemplo 1

Horas trabalhadas =	200.00
Taxa de dedução =	1.00
x_1 =	0.20
x_2 =	0.25

Preços Naturais

	PN	K	S	L		%
Setor 1	200.00	41.79	80.00	78.21	Tx lucro	64.22
Setor 2	334.31	83.58	120.00	130.73	Tx lucro	64.22
Total	534.31	125.37	200.00	208.95	Tx lucro	64.22
$r = 1.0444727$						

Valores

Taxa de mais-valia = Taxa de dedução = 1.00

	PN	K	S	L
Setor 1	100.00	20.00	40.00	40.00
Setor 2	160.00	40.00	60.00	60.00
Total	260.00	60.00	100.00	100.00

Preços de produção

	PN	K	S	L		%
Setor 1	97.32	20.33	38.93	38.06	Tx lucro	64.22
Setor 2	162.68	40.67	58.39	63.62	Tx lucro	64.22
Total	260.00	61.00	97.32	101.67	Tx lucro	64.22

Exemplo 2

Horas trabalhadas =	200.00
Taxa de dedução =	0.80
x1 =	0.20
x2 =	0.25

Preços naturais

[illegible]

Valores

Taxa de mais-valia = Taxa de dedução = 0.80

	PN	K	S	L
Setor 1	111.11	22.22	49.38	39.51
Setor 2	148.15	37.04	61.73	49.38
Total	259.26	59.26	111.11	88.89

Preços de produção

	PN	K	S	L		%
Setor 1	108.82	22.57	48.36	37.89	Tx lucro	53.41
Setor 2	150.44	37.61	60.45	52.38	Tx lucro	53.41
Total	259.26	60.18	108.82	90.27	Tx lucro	53.41

Exemplo 3

Horas trabalhadas =	200.00
Taxa de dedução =	0.60
x1 =	0.20
x2 =	0.25

Preços naturais

	PN	K	S	L		%
Setor 1	200.00	41.14	100.00	58.86	Tx lucro	41.70
Setor 2	219.43	54.86	100.00	64.58	Tx lucro	41.70
Total	419.43	96.00	200.00	123.43	Tx lucro	41.70
	r =	1.028595				

Valores

Taxa de mais-valia = Taxa de dedução = 0.60

	PN	K	S	L
Setor 1	125.00	25.00	62.50	37.50
Setor 2	133.33	33.33	62.50	37.50
Total	258.33	58.33	125.00	75.00

Preços de produção

	PN	K	S	L		%
Setor 1	123.18	25.34	61.59	36.25	Tx lucro	41.70
Setor 2	135.15	33.79	61.59	39.77	Tx lucro	41.70
Total	258.33	59.13	123.18	76.02	Tx lucro	41.70

Exemplo 4

Horas trabalhadas =	200.00
Taxa de dedução =	2.00
x1 =	0.20
x2 =	0.25

Preços naturais

	PN	K	S	L		%
Setor 1	200.00	43.09	53.33	103.58	Tx lucro	107.43
Setor 2	631.92	157.98	146.67	327.28	Tx lucro	107.43
Total	831.92	201.07	200.00	430.86	Tx lucro	107.43
$r = 1.077143$						

Valores

Taxa de mais-valia - Taxa de dedução = 1.00

	PN	K	S	L
Setor 1	66.67	13.33	17.78	35.56
Setor 2	195.56	48.89	48.89	97.78
Total	262.22	62.22	66.67	133.33

Preços de produção

	PN	K	S	L		%
Setor 1	63.04	13.58	16.81	32.65	Tx lucro	107.43
Setor 2	199.18	49.80	46.23	103.16	Tx lucro	107.43
Total	262.22	63.38	63.04	135.81	Tx lucro	107.43

6.10 Referências

CARCANHOLO, R. A. O valor, a riqueza e a teoria de Smith. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 9 , n. 15, p. 183-205, 1991.

CARCANHOLO, R. A. O paradoxo da desigualdade dos iguais: incompreensões ricardianas sobre os preços de produção. **Revista Perspectiva Econômica**. Vitória, ano 1,, v.1, n. 0, jan. 2000.

CARTELIER, Jean. **Excedente y reproducción: la formación de la economía política clásica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. 364p. ©1976.

DMITRIEV, V. K. **Ensayos económicos sobre el valor, la competencia y la utilidad**. México: Siglo XXI, 1977. ©1904.

DOBB, Maurice. **Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976. ©1973.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. ©1973.

NAPOLEONI, Cláudio (1977). **O Valor na Ciência Econômica**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980. ©1977.

RICARDO, David. Valor absoluto e valor de troca. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. © 1951.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. ©1821.

RICARDO, David. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capita. In: NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. ©1973.

SRAFFA, P. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. © 1960.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. ©1776. (Coleção Os Economistas).



Impresso em dezembro de 2012

Fontes: Garamond, Bookman Old Style e Cambria

Formato: 15 x 21 cm

Papel: Supremo 300 g, cor 4/0 (capa) e
Apergaminhado 75 g, cor 1/1 (miolo)

Impressão: off set
